



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS

Rhaíssa da Rosa Machado Cruz

Expulsões e redes: migrações latino-americanas em Araguaína – TO

Araguaína/TO

2024

Rhaíssa da Rosa Machado Cruz

Expulsões e redes: migrações latino-americanas em Araguaína – TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Centro de Ciências Integradas, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Araguaína/TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C957e Cruz, Rhaíssa da Rosa Machado .

Expulsões e redes: migrações latino-americanas em Araguaína-TO / Rhaíssa da Rosa Machado Cruz. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.

140 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Miguel Pacífico Filho.

1. Redes migratórias. 2. Expulsões. 3. América Latina.

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Rhaíssa da Rosa Machado Cruz

Expulsões e redes: migrações latino-americanas em Araguaína – TO

A Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Centro de Ciências Integradas, foi avaliada para a obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: 10/12/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho – Orientador (UFNT)

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes – Membro Interno (UFNT)

Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt – Membro Externo (UNISC)

A todos aqueles e aquelas que ao cruzarem as fronteiras, o fazem movidos pela esperança.

AGRADECIMENTOS

Até me envolver no processo de escrita do trabalho que entregamos aqui, eu não entendia muito bem o argumento do uso da primeira pessoa do plural, mas desde o início da jornada essa questão se resolveu para mim. Nada do que foi colocado aqui teria sido possível sem o envolvimento de muitas pessoas, então vamos lá.

Agradeço aos meus pais, Vanderlei e Cássia, por todo incentivo, e exemplo, à leitura, à criatividade, ao pensamento crítico e que se esforçaram por nos dar uma educação de qualidade, muito além da educação formal, também por orarem por mim. As minhas irmãs, Ghiovana e Mharessa, por serem meu primeiro clube de leitura e por todo o incentivo desde sempre, nossos contrapontos me enriquecem! Ao Rafael, o Cunha, por também, sempre ter uma palavra de apoio. Um agradecimento especial a Elisa que, generosamente, cedeu várias de suas tardes para brincar comigo, me possibilitando descanso e refrigério.

Agradeço as minhas amigas, em especial, Paula, Alani, Gleyce e Bruna, primeiro por não desistirem de mim, mesmo com tantos “hoje não”, mas principalmente por orarem por mim, por torcerem por mim, por todos os momentos de rir até doer o rosto e por também chorarem comigo, por me abraçarem, por viverem essa jornada juntas, por sempre terem uma palavra de ânimo, eu honestamente não sei se teria atravessado sem vocês.

Agradeço ao meu orientador, um homem de quem tenho muito orgulho de ser orientanda. Por todas as vezes que o senhor acreditou em mim mais do que eu, professor, pela paciência, por tratar com tanto respeito todo o processo, por todos os diálogos de tão alta qualidade. “Vamos caminhando”. Muito obrigada.

Agradeço ao “Sec.” e à “Prof.^a”, ou José da Guia e Suzana Salazar, ao primeiro por me desafiar com a possibilidade de trabalhar com migrações no município de Araguaína, porque isso mudou minha vida; e à Prof.^a por caminhar comigo nessa jornada, foram anos preciosos de aprendizado e a ambos, por toda compreensão durante esse período.

Agradeço a toda a equipe da DPPS, por se envolverem, por se disporem a entender, a estudar, por saírem da zona de conforto, por fazer dessa uma luta delas também. Vocês são preciosas e o trabalho de vocês muda a vida das pessoas!

A Agda, pela companhia em tardes de estudo, pelo compartilhamento das comemorações e reclamações. A Zaira, por todos os abraços, todo o apoio e incentivo.

Agradeço a todas as pessoas migrantes, que dividiram comigo um pouquinho de suas histórias, de suas esperanças, dores, medos, alegrias, conquistas, lágrimas de felicidade e de desconsolo, tanto para as entrevistas como no dia a dia. Tem sido uma jornada muito especial e conviver com vocês alargou muito as fronteiras do meu mundo, isso não tem preço e eu não tenho palavras suficientes para agradecê-los.

Por fim, registro aqui os agradecimentos que faço continuamente em meu coração, a Deus, pela misericórdia dEle que se manifesta na minha vida de tantas maneiras e especialmente por meio de pessoas, estas mencionadas acima e tantas outras com as quais pude aprender e compartilhar ao longo de toda a caminhada.

Estamo' aquí
Oye, que estamo' aquí
Mérame, estamo' aquí
(Residente, 2019)

RESUMO

A pesquisa aborda as migrações latino-americanas para Araguaína, Tocantins, sob o prisma das redes migratórias e das expulsões. Delimitando-se a Venezuela e Cuba, sob a perspectiva das migrações de crise, que propõe um novo enfoque a abordagem sobre migrações, uma vez que entende que crises multivetoriais têm forçado pessoas se deslocar em novos fluxos, abrangendo cidades médias brasileiras. Justifica-se pela necessidade de compreender qual o papel das redes migratórias nas dinâmicas de deslocamento. Fundamentada nos conceitos de expulsões e migrações de crise, a pesquisa investiga o papel das redes no suporte e inserção dos imigrantes em um novo contexto social e econômico. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas e análise de conteúdo para compreender as experiências dos migrantes e suas interações com o contexto local. Os resultados indicam que as redes migratórias desempenham um papel crucial no direcionamento dos deslocamentos e favorecem a adaptação e a integração social. A contribuição do estudo está na problematização das relações entre migração forçada, redes de apoio e políticas públicas em cidades médias, ampliando a compreensão sobre a governança migratória e seus desafios regionais

Palavras-chave: Migrações latino-americanas. Redes migratórias. Expulsões. Migrações de crise. América Latina.

ABSTRACT

The research focuses on Latin American migrations to Araguaína, Tocantins, through the lens of migratory networks and expulsions. It specifically examines migration flows from Venezuela and Cuba, framed within the perspective of crisis migration, which proposes a new approach to migration studies. This perspective recognizes that multi-faceted crises have compelled individuals to move through new flows, including to medium-sized Brazilian cities. The study is justified by the need to understand the role of migratory networks in shaping displacement dynamics. Grounded in the concepts of expulsions and crisis migration, the research investigates the role of networks in supporting and integrating migrants into new social and economic contexts. A qualitative approach was adopted, employing interviews and content analysis to understand migrants' experiences and their interactions with the local context. The findings indicate that migratory networks play a crucial role in guiding displacement and fostering social adaptation and integration. The study contributes by problematizing the relationships between forced migration, support networks, and public policies in medium-sized cities, thereby expanding the understanding of migration governance and its regional challenges.

Keywords: *Latin American migrations. Migratory networks. Expulsions. Crisis migration. Latin America.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dimensões do Projeto MigraCidades	26
Figura 2 – Documentos Internacionais relacionados à migração	68
Figura 3 – Repertório da ação migratória.	99
Figura 4 – Os principais trajetos realizados pelos migrantes	110
Figura 5 – Nuvem de palavras sobre possível regresso	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado	20
Gráfico 2 – Comparação de nacionalidade de imigrantes por ano	25
Gráfico 3 – Comparação de faixas etárias por ano.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Interiorização de venezuelanos e venezuelanas	19
Tabela 2 – As cinco cidades mais escolhidas pelos imigrantes em cada região.	19
Tabela 3 – Dimensões do Projeto MigraCidades desenvolvidas em Araguaína-TO.	27
Tabela 4 – Critérios de escolha dos entrevistados.....	96
Tabela 5 – Dados gerais sobre os participantes	98
Tabela 6 – Categoria 1: O enquadramento social da decisão de migração (parte 1)	100
Tabela 7 – Categoria 1: O enquadramento social da decisão de migração (parte 2)	103
Tabela 8 – Categoria 2: A provisão de recursos (financeiros).....	105
Tabela 9 – Categoria 2: A provisão de recursos (colaboração de terceiros).....	106
Tabela 10 – Categoria 3: A viagem (Venezuela - Araguaína)	107
Tabela 11 – Categoria 3: A viagem (Cuba - Araguaína)	109
Tabela 12 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino.....	112
Tabela 13 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino (a escolha da cidade).....	114
Tabela 14 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino (a decisão de ficar)	118
Tabela 15 – Profissões dos migrantes no país de origem e no Brasil.....	119
Tabela 16 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (informações).	121
Tabela 17 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (recursos).....	123
Tabela 18 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (“Voltar?”).....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ACP	Ação Civil Pública
BCB	Banco Central no Brasil
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CF	Constituição Federal
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNN	<i>Cable News Network</i>
COMIGRAR	Conferência Nacional de Migrações e Refúgio
DH	Direitos Humanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública e
FIETO	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NUAMAC	Núcleo de Minorias e Ações Coletivas de Araguaína e região
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais -
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
PLS	Projeto de Lei do Senado
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
VIW	Venezuelano Indígena Warao
VNI	Venezuelanos Não Indígenas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ARAGUAÍNA E A INTERIORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS.....	18
3 EXPULSÕES E MIGRAÇÕES DE CRISE	30
3.1 Expulsões na América Latina.....	37
3.2 Migração.....	46
3.2.1 O estudo das migrações.....	46
3.3 Teorias da Migração	49
3.3.1 As Redes Migratórias	52
3.3.2 Repertório da ação imigratória.	55
4 DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO NACIONAL	68
4 1. Documentos internacionais e conceitos iniciais.....	68
4.2 Brasil e a Nova Lei de Migração.....	77
4.2.1 Operação Acolhida	85
5 PESQUISA QUALITATIVA, ENTREVISTA E ANÁLISE DE CONTEÚDO.	87
6 ANÁLISE.....	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

As análises que percorrem o texto construído começaram muito antes do início das primeiras páginas, se fundamentam naquilo que foi vivenciado no dia a dia a frente do departamento responsável pelo atendimento dos migrantes e refugiados em Araguaína-TO, ou um pouco antes, a partir da atuação como assessora jurídica da Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade, à época em que a “crise” com os imigrantes era trazida à tona.

Ao longo dos anos, diante dos atendimentos, dos diálogos, das inúmeras reuniões, muitas perguntas e inquietações surgiram e estas levaram ao caminho da Pós-graduação, uma vez que a necessidade de entender melhor como aquelas pessoas do meu dia a dia se relacionavam com as constantes manchetes em jornais retratando a tão alarmada “crise migratória” por todo o mundo. Ao iniciar cada uma das entrevistas procurava explicar aos entrevistados o que estávamos fazendo ali, no entanto percebi que não havíamos redigido um texto padrão para esse momento, no entanto em todas as oportunidades me manifestei quase que da mesma maneira: “estamos aqui para entender, como vocês escolheram Araguaína, como foi o caminho de vocês até aqui”.

Como o estudo das migrações nos mostram, esse é um fenômeno multifacetado e entendemos que isso ocorre desde sua origem, a partir de tudo que permeia o enquadramento da decisão migratória. Nos fluxos que nos dedicamos a estudar, o de venezuelanos e cubanos para a cidade de Araguaína entre os anos de 2021 a 2024, nossa hipótese é a de que subsequentes cenários de degradação político-econômica nos países de origem, desencadearam expulsões e inseriram latino-americanos no contexto das migrações forçadas, ativando assim redes migratórias.

Nosso objetivo principal é o de identificar e problematizar o movimento migratório de latino-americanos para Araguaína, sob a perspectiva da inter-relação de expulsões e redes migratórias. Para a consecução deste objetivo estabelecemos como objetivos específicos: identificar o perfil socioeducacional e profissional dos imigrantes alvo da pesquisa, compreender o papel da rede migratória na inserção dos imigrantes em Araguaína e em alguma medida problematizar a dinâmica entre o papel da rede migratória e da ação dos entes estatais.

O desenvolvimento do trabalho se dá em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro apresentamos a cidade de Araguaína, percebida como potência econômica do norte do Tocantins e Capital Regional C, inserida, como tantas outras capitais regionais, no contexto da interiorização de migrantes latino-americanos. Movimento que passa a ser percebido e discutido, em nível municipal, a partir de 2019 e se intensifica entre 2020 e 2021, momento no qual o ente municipal passa a figurar no polo passivo de demanda judicial empreendida pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho. Apresentamos dados relativos à chegada de imigrantes a cidade, a partir de levantamentos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pasta responsável pela articulação das ações de acolhimento e acompanhamento do tema no município, bem como apontamos alguns dos esforços empreendidos pela municipalidade.

O segundo capítulo é dedicado a discutir o conceito de Expulsões como articulado por Sáskia Sassen (2016), a partir do qual a autora propõe um novo olhar, ou uma nova perspectiva no olhar, a partir de uma aproximação na análise de fenômenos já muito conhecidos objetivando reverter o posicionamento homogeneizante e despertar para a compreensão das formas extremas de manifestação destes fenômenos em nossos dias, bem como suas manifestações na América Latina, especialmente Cuba e Venezuela. Aborda também as discussões sobre Migrações tendo como lente as Migrações de Crise e as Redes Migratórias, que são as ideias centrais em nossa fundamentação teórica, tendo em vista que articulam a ideia de Sassen (2016) no campo específico da migração. A primeira teoria propõe que afastemos a concepção socialmente reforçada de que o migrante é o causador de crise nos locais aonde chega e a segunda apresenta a possibilidade de entendermos os movimentos migratórios para além das questões econômicas tão destacadas por teorias clássicas, busca estudar os movimentos a partir das relações humanas que se desenham para a realização do movimento.

No capítulo que segue, nos dedicamos a entender como se deu a construção das principais legislações e documentos atinentes ao tema, associando a construção da ideia de Direitos Humanos que hoje conhecemos, podemos perceber que o tema toma proporções globais a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando, em um curto espaço de tempo, uma grande quantidade de pessoas é obrigada a se deslocar, em decorrência dos horrores da Guerra. Do plano internacional passamos ao

nacional, discorrendo e analisando o caminho legislativo percorrido pelo Brasil na garantia de direitos as pessoas migrantes, encerramos o capítulo apontando de que maneira o aumento da migração venezuelana ao país demandou medidas específicas e a implementação da Operação Acolhida.

Nos dois últimos capítulos passamos às questões metodológicas e de análise. O primeiro deles esmiuça as decisões tomadas quanto a abordagem qualitativa, a escolha da entrevista como instrumento de coleta de dados e o uso da análise de conteúdo. Compreendemos que abordagem qualitativa faz-se pertinente uma vez que nosso intento é o de compreender os significados nos quais se encaixam as ações dos grupos pesquisados, relacionando-se com temas centrais como experiência, vivência, senso comum e ação, por meio da maneira como são enunciadas (Fraser, Gondim; 2004), tendo isso em vista, a utilização da entrevista mostra-se adequada por ser o meio que permite maior liberdade no expressar-se por parte da comunidade pesquisada e mostra-se viável, uma vez que trata-se de um número limitado de participantes em um período específico de tempo. O capítulo explica também a opção por mencionar os nomes completos das pesquisadoras e autoras cujas ideias e teorias colaboraram para a construção do texto, visando evitar sua invisibilização, nos abstermos, no entanto, de discussões relacionadas a gênero, tendo em vista que provocaria um tangenciamento difícil de ser superado, uma vez não ser este o foco do presente trabalho.

Como pontuado, nossa análise é apresentada no último capítulo e se dá por meio da análise de conteúdo, tomamos como base as categorias propostas pela teoria das Redes Migratórias, o Repertório da ação migratória como proposto por Ramírez Gallegos e Ramírez (2005), tendo em vista que a partir do contato prévio e diário com a comunidade estudada foi possível perceber pontos em comum dentro do que era vivenciado com o que é teorizado pelos autores. A partir dos elementos propostos construímos as categorias de análise e a partir destas, subcategorias surgiram, após as primeiras leituras das entrevistas.

2 ARAGUAÍNA E A INTERIORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Como podemos observar a partir de Painel Interativo mantido pelo MDS como parte das ações empreendidas por meio da Operação Acolhida, das vinte cidades que mais receberam imigrantes e refugiados venezuelanos até junho de 2024, por reunião familiar ou social, metade delas são Capitais Regionais, sendo que entre as cinco cidades que mais receberam imigrantes e refugiados três delas se encaixam nesta classificação. Capitais Regionais são cidades que não dispõem de toda estrutura de acolhimento que é possível encontrar em cidades hierarquicamente superiores o que aponta que estas cidades vêm sendo levadas a atender e acolher pessoas para as quais não estavam preparadas.

De acordo com o REGIC2018, as Capitais Regionais “são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (IBGE, 2018, *online*). Queiroz et. al. (2020) nos diz que o estudo das cidades, começa a se voltar das metrôpoles para o interior a partir de 1950 mas se fortalecerá em definitivo a partir de 1970, tendo forte relação com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, nesse mesmo contexto temos que a população urbana ultrapassa a rural, o custo de vida nos grandes centros urbanos começa a se elevar, contexto que favorecerá o deslocamento das pessoas a cidades que hoje consideramos como médias ou as Capitais Regionais.

Aprofundando as discussões quanto a cidades médias, temos o padrão observado por Pacífico Filho et al. (2022, p. 1025) a partir de revisão teórica, apontando que tais cidades podem ser caracterizadas por pelo menos seis pontos estruturantes: “elos com o rodoviarismo, constituição de áreas de influência, discussão do espaço intra-urbano, conexão com metrôpoles intra e extra regionais e mercados internacionais de commodities”.

Ainda considerando o painel interativo do MDS que é alimentado a partir dos dados coletados pela Operação Acolhida, quanto a interiorização de venezuelanos e venezuelanas, até junho de 2024 um total de 135.668 venezuelanos foram interiorizados no Brasil, desse total, destacamos o recorte de 90.510 pessoas, ou 67% do total, correspondentes as interiorizações relacionadas à reunião social e reunião familiar, tendo em vista que dentre a estratificação dos dados na plataforma, esses perfis são os que se assemelham a padrões de redes migratórias.

Dessas 90.510 pessoas, fizemos o recorte das 20 cidades mais escolhidas e a partir disso, considerando o REGIC2018 (IBGE,2018), descartamos as cidades consideradas como Grande Metr pole Nacional (1), Metr pole (6) e regiões metropolitanas (3), restando assim 10 cidades:

Tabela 1 – Interioriza o de venezuelanos e venezuelanas

Ordem	Posi�o Ranking Nacional	Cidade	Estado	Pessoas Interiorizadas	Hierarquia
1	2	Chapecó	SC	5.223	Capital Regional – B
2	3	Dourados	MS	3.475	Capital Regional - C
3	4	Cascavel	PR	3.240	Capital Regional – B
4	6	Joinville	SC	2.645	Capital Regional – B
5	7	Caxias do Sul	RS	2.351	Capital Regional – B
6	8	Cuiabá	MT	1.817	Capital Regional – A
7	14	Campo Grande	MS	1.142	Capital Regional – A
8	16	Maringá	PR	869	Capital Regional – B
9	18	Passo Fundo	RS	850	Capital Regional – B
10	20	Blumenau	SC	791	Capital Regional – B

Fonte: Painel interativo do MDS. Elaborado pela autora.

Seguindo os mesmos parâmetros podemos também listar as 05 cidades mais escolhidas considerando uma cidade por região em ordem decrescente apresentada pelo Painel:

Tabela 2 – As cinco cidades mais escolhidas pelos imigrantes em cada região.

Ord.	Cidade	UF	Região	Total*	Reunião social	Reunifica�o familiar	Hierarquia
1	Chapecó	SC	Sul	5683	3874	1349	Capital Regional – B
2	Dourados	MS	Centro-Oeste	4489	2287	1188	Capital Regional – A
3	Juiz de Fora	MG	Sudeste	1011	378	124	Capital Regional – B
4	Conde	PB	Nordeste	624	52	46	Capital Regional – A
5	Porto Velho	RO	Norte	568	311	113	Capital Regional – B

* Números referentes a pessoas interiorizadas.

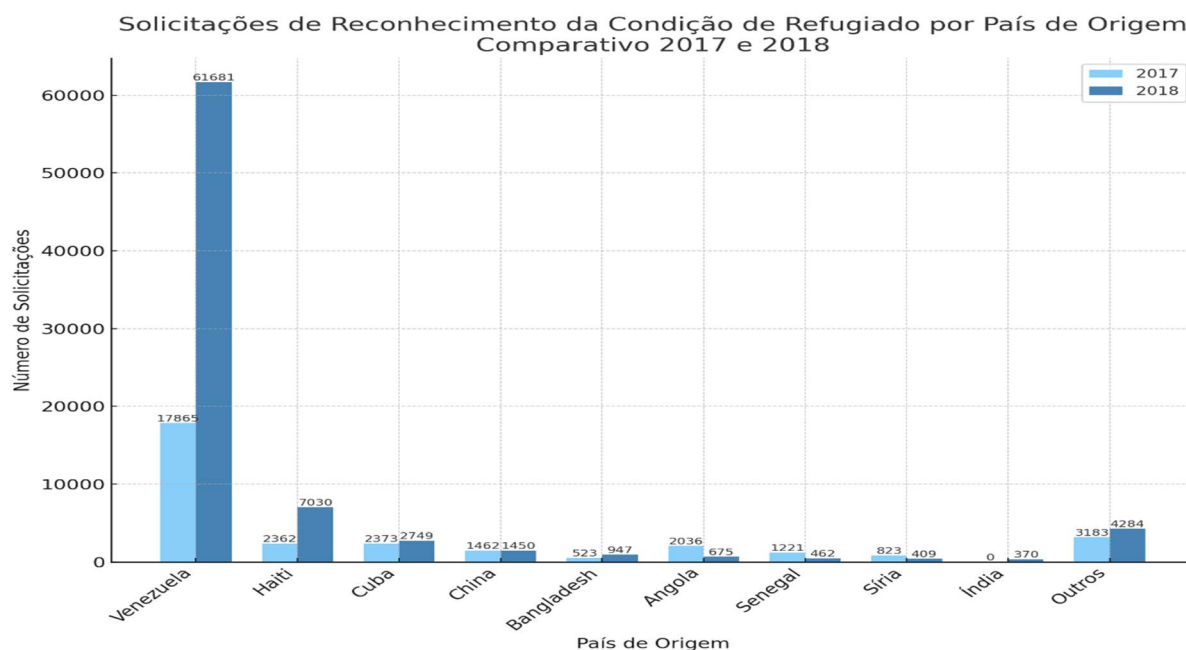
Fonte: Fonte: Painel interativo do MDS. Elaborado pela autora.

O que os números acima nos apontam   a relevância das Capitais Regionais enquanto receptoras de imigrantes no Brasil, tendo em vista o fator óbvio de que a

partir de um maior número de pessoas sendo obrigadas a deixarem seus lares para outras localidades, provavelmente levará a uma mais rápida exposição das debilidades já enfrentadas pelo sistema antes da chegada dos migrantes nas grandes capitais, isso nos aponta Bauman (2017), reforçando que os migrantes não são os causadores das crises, no entanto sua presença torna inegáveis os pontos fracos da atuação estatal na garantia de direitos.

Em texto de 2018, Vandermurem e Obregon, (2019, p. 506) “As cidades que acabam sendo ocupadas por um grande número de pessoas, geralmente não têm a preparação necessária para isso, causando conflitos com a população local, o que é resultante de uma localidade sem a infraestrutura para receber uma quantidade de pessoas que não é habitual.” Quando os autores nos falam de um “grande número de pessoas”, precisamos nos situar quanto ao contexto do momento no qual o fazem. Como podemos observar dos dados do gráfico abaixo, a quantidade de pessoas solicitando refúgio, advindas da Venezuela aumentou aproximadamente 245,26% entre os anos de 2017 e 2018.

Gráfico 1 – Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado



Fonte: Refúgio em Números. 4ª Edição. Elaborado pela autora

Além do evidente acréscimo dos números venezuelanos, devemos pontuar que houve também um aumento geral, como podemos observar, em 2018 recebemos mais haitianos, cubanos, bengalis e indianos, bem como um aumento geral no somatório

dos demais países. A discussão quanto ao pano de fundo da mudança dos números trazidos é abordada em momento oportuno. Por hora, destacamos por exemplo que 2018 foi o primeiro ano que se encerrou sem um Castro no poder em Cuba, como nos informou Luciana Cantó (2018, *online*), e a Venezuela enfrentava duras sanções por parte dos Estados Unidos da América do Norte, desencadeando o agravamento das dificuldades que já enfrentava a anos.

Os números trazidos nos apontam, a realidade que passaria a permear a vida de cada vez mais brasileiros e brasileiras: a presença de imigrantes nas ruas e cidades, cada vez mais interiorizados, passaram a ser realidade em cidades que até então mantinham afastadas de suas portas a dura realidade das crises nos países ao redor. De acordo com a ACNUR (2022) o deslocamento dos Warao no Brasil perpassou, inicialmente, cinco principais cidades: Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém, no entanto a partir de 2019, iniciaram novas rotas, que passaram a incluir cidades do Maranhão, Piauí, Ceará, chegando ao Tocantins.

Baeninger; Demétrio; Domeniconi¹, (2022) nos trazem a perspectiva de que o ano de 2018 inaugurou a terceira onda da migração Venezuelana para o Brasil, ocorrendo da seguinte maneira, uma primeira onda de processos mais lentos e definida por seu perfil seletivo, entre os anos de 2000 e 2015, fase na qual pode-se constatar o deslocamento de venezuelanos e venezuelanas de determinado perfil profissional e econômico, uma gradual emigração de talentos, com destino principalmente a capitais e grandes cidades do Sudeste brasileiro. Entre os anos de 2016 e 2017, com o agravamento da crise, intensifica-se a entrada de pessoas pela fronteira, a partir de Roraima, ainda identificando um grande número de pessoas de classe média, profissionais liberais, e ensino superior de maneira geral, no entanto com uma maior mescla de grupos mais empobrecidos, como colocam as autoras.

A intensificação da chegada dessas pessoas por via terrestre leva a concentração de pessoas em Roraima. Em 2018 tem início a terceira onda de migração, agora de uma população em sua maioria mais empobrecida, a partir de fevereiro do mesmo ano, começam as atividades da Operação Acolhida, por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, que em junho do mesmo ano se transformará na Lei nº 13.684. Com o início da Operação, logo tem início o projeto

¹ Rosana Baeninger, Natália Belmonte Demétrio, Joice De Oliveira Santos Domeniconi.

de interiorização que passará a modificar as cidades do interior país, apresentando-os a uma realidade até então ignorada.

Dias (2022) aponta a hipótese de que o Governo Federal, ao empreender a estratégia de interiorização age no sentido de transferir a responsabilidade pelo acolhimento destas pessoas aos entes subnacionais, uma vez que:

Após, transcorrida a construção dos abrigos, muitos migrantes e refugiados venezuelanos não possuíam suas próprias atividades laborais e começaram a buscar alternativas para não depender apenas de doações da sociedade civil e da ajuda humanitária dos órgãos responsáveis pela Operação. Dessa forma, ficou mais latente a busca por outros estados na perspectiva de conquistar vagas de empregos no Brasil e melhores condições de vida. Como alternativa para essa demanda, o governo federal através da Operação Acolhida, desenvolveu a interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos para outros estados do país. (Dias, 2022, p. 3-4)

Nesse contexto a entendemos que Araguaína pode ser inserida entre estas cidades, como nos apontam os fundamentos do ajuizamento da Ação Civil Pública - ACP (Processo nº 1003299-63.2021.4.01.4301 da 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Araguaína-TO) no qual o Município de Araguaína, juntamente com o Estado do Tocantins e a União figuravam no polo passivo e os Ministérios Público do Trabalho e Federal juntamente com a Defensoria Pública do Estado, figuravam no polo ativo. Araguaína, que foi oficialmente declarada pela Lei nº 4.200, de 18 de julho de 2023, como Capital Econômica do Estado do Tocantins, uma Capital Regional C2, de acordo com o IBGE, tem sua população de 2024 estimada em 181.493 habitantes, não é estranha a migração.

Tendo as bases de sua formação fincadas na afluência de migrantes de outros estados, principalmente do Nordeste e Norte do Brasil, como nos aponta Antero (2016):

Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intra-regional. Entre as décadas de 1950 a 1970 ocorreu duas tendências de migração simultâneas – a inter-regional e rural-urbano – uma iniciada por agricultores nordestinos, que na condição de posseiros beneficiaram terras no vale do rio Lontra, em seguida expropriados, em forçoso movimento rural-urbano; e após 1980 movimentos migratórios interestaduais, mantendo-se fluxos de maioria nordestinos, mas com origens espalhadas por todas as grandes regiões brasileiras. (Antero, 2016, p. 2)

No entanto, percebemos uma mudança na configuração das migrações recebidas pela cidade, a partir das reconfigurações no cenário internacional. Informações de relatório do Defensor Público, a época responsável pelo NUAMAC - Núcleo de Minorias e Ações Coletivas de Araguaína e região, dão conta de que a partir

de 2019 a presença dos venezuelanos indígenas passa a ser em uma quantidade que o apoio dado até então por parte da sociedade civil deixa de ser suficiente e as ausências estatais tornam-se evidentes (Chaer, 2022).

A cidade do norte tocantinense, que foi reconhecida pela Lei nº 4.200 de 18 de julho de 2023 como Capital Econômica do Estado do Tocantins, está na região conhecida como Amazônia Legal, uma região que pode ser equivocadamente vista como um todo homogêneo no qual as cidades não seriam relevantes, como nos pontuam Pacífico Filho et al. (2022), no entanto, a cidade às margens da BR 153 apresenta protagonismo regional, os autores apontam dados de 2018 no qual a cidade aparecia em 2º lugar na geração de empregos, de acordo com a FIETO (Pacífico Filho et al., 2022, p. 1026).

O mesmo documento, Perfil das Indústrias do Estado do Tocantins de 2024, nos mostra alguns números que corroboram a imagem de potência econômica apregoada pela Lei nº 4.200/2023, no relatório de 2024 a cidade segue como a segunda maior geradora de empregos formais na indústria, com 20,5% das vagas, atrás apenas da capital do estado, no crescimento das empresas o documento aponta que de 13,4% das empresas no estado em 2022 a cidade passou a 17,6% em 2024, o que aponta um crescimento percentual superior ao da capital, que de 29,3% chegou a 31% em 2024 (FIETO, 2024).

Além de aspectos econômicos, o município ostenta índices relacionados a qualidade de vida que apontam algum tipo de avanço no sentido de promover uma atenção holística as necessidades sociais, citamos aqui a reconquista do Selo UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, na edição 2021 -2024, sendo um dos 16 municípios no estado do Tocantins a receber o reconhecimento, dentre os quais não se encontra a capital, Palmas. O UNICEF informa que os municípios reconhecidos desenvolveram ações de priorização da primeira infância e adolescência, a partir da melhora na oferta educacional, investimentos na promoção de saúde física e mental, medidas que visem a garantia de proteção a crianças e adolescentes de violências bem como a promoção de hábitos de higiene e acesso à água limpa (UNICEF, *online*).

Por sua vez o Índice de Progresso Social Brasil - IPS Brasil 2024, que, dentre outras análises, mede a qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil, a partir da apuração de 12 componentes divididos em 03 dimensões, quais sejam “Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades” apontam que entre

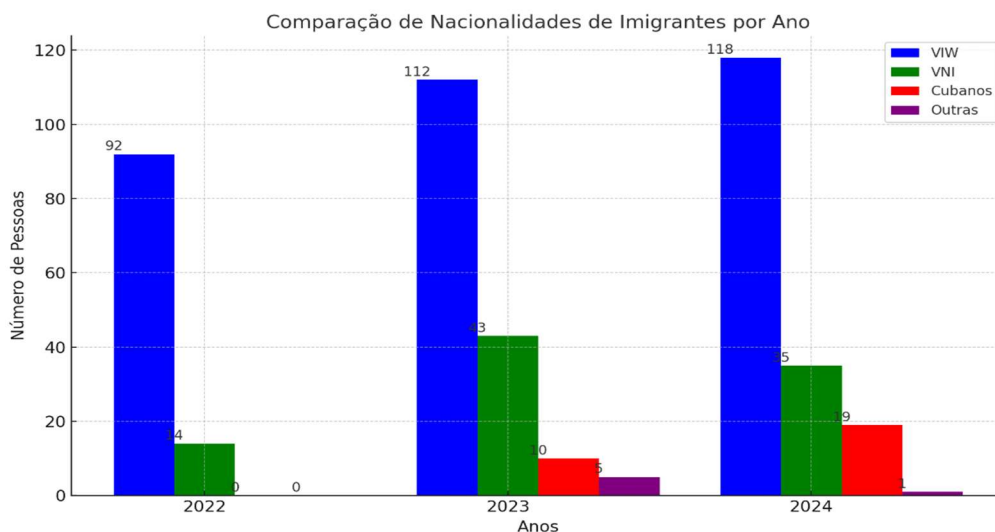
a totalidade dos municípios brasileiros Araguaína ocupa a posição nº 1774, com a pontuação de 60,51 dos 100 pontos possíveis, o que é considerado pelo instituto resultado “Relativamente NEUTRO” no entanto quando comparamos na escala estadual o município em questão ocupa apenas a sétima posição o que pode ser considerada um ponto de atenção, tendo em vista a proeminência econômica desta na região não exatamente se refletir diretamente no resultado apresentado pelo IPS.

Mesmo considerando que o escopo das nossas discussões não é dissecar a presença de venezuelanos em Araguaína, é inegável que as ações direcionadas ao atendimento de imigrantes passaram a se estruturar a partir do momento mencionado pelo Defensor. Observamos que a atuação foi desencadeada pela especificidade do fluxo migratório dos venezuelanos Warao, que viajam em famílias e grupos maiores, o que dificulta sua invisibilização.

Tal constatação é respaldada, por números como os apontados no Migracidades Relatório de Diagnóstico /2022 de Araguaína-TO (Migracidades, 2022, p.8) no qual observamos que até o fechamento do documento, 271 imigrantes estavam registrados como residentes na cidade, destes a maioria era de cubanos, chegando a 22%, enquanto os venezuelanos eram apenas 17% do total. No entanto nenhum movimento estatal específico foi constatado antes da chegada dos grupos de venezuelanos. Como comprovado pelas informações constantes da ACP acima mencionada.

Considerando que a estruturação nos atendimentos a imigrantes em situação de vulnerabilidade passa a se estruturar no município de Araguaína entre os anos de 2021 e 2022, entendemos ser relevante pontuar a gradual mudança no cenário do imigrante latino-americano que chega até a cidade. Como podemos observar no gráfico abaixo, no ano de 2022, das 106 pessoas acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, aproximadamente 13,21% não eram Indígenas Venezuelanos Warao. Nos anos seguintes, o número de imigrantes Warao (Venezuelano Indígena Warao a partir deste ponto apenas VIW) continua sendo a maioria de atendidos, no entanto podemos perceber a presença gradualmente de cubanos e cubanas em atendimento, bem como de venezuelanos não indígenas (VNI).

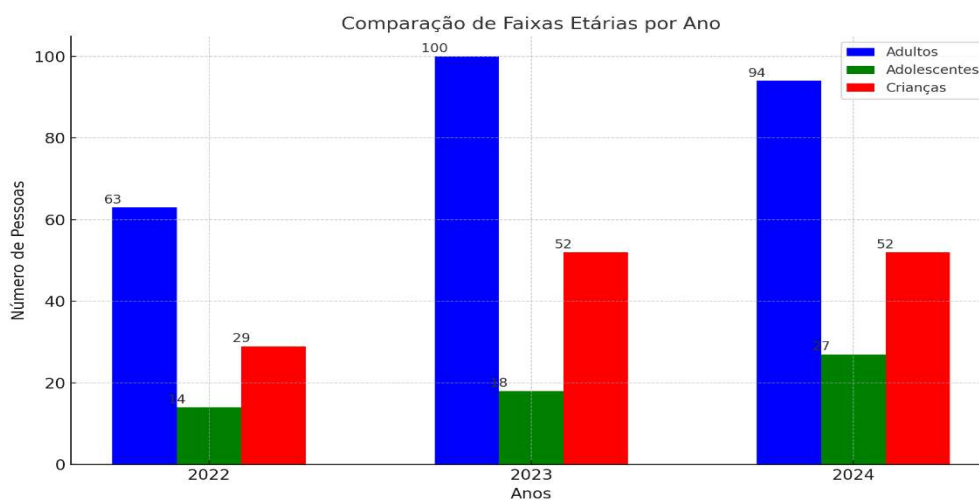
Gráfico 2 – Comparação de nacionalidade de imigrantes por ano



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Quanto ao perfil das famílias, percebemos uma maior migração de mulheres em todos os anos registrados, mesmo que não em quantidade muito mais elevada do que a dos homens, contabilizando-se até julho de 2022, 48 homens e 58 mulheres, divididos em 28 grupos familiares, até setembro de 2023, 70 homens e 91 mulheres, divididos em 37 grupos familiares e até setembro de 2024, 78 homens e 95 mulheres, 43 grupos familiares. Considerando como grupo familiar o núcleo a partir do qual se apresentam. Tendo em vista o mesmo período do levantamento, os apontamentos quanto as faixas etárias, temos:

Gráfico 3 – Comparação de faixas etárias por ano



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Observamos que o maior número de crianças são as crianças VIW, sendo que dentre as famílias cubanas acompanhadas até então não há registro de crianças que tenham feito o trajeto acompanhando os pais ou posteriormente, para acompanhá-los, apenas adolescentes. Destacamos também o perfil dos grupos que se deslocam, enquanto pode-se observar dentre os VIW o deslocamento de família extensa, no intuito da reunião familiar, observamos que dentre os VNI a incidência de deslocamento em grande número é menor, restringindo-se em sua maioria ao deslocamento de um núcleo familiar, em sua maioria, enquanto a chegada dos cubanos e cubanas, é principalmente marcada por relações sociais não propriamente sanguíneas ou familiares. Tais observações são feitas a partir da atuação junto ao departamento responsável pelo atendimento dos imigrantes em Araguaína, desde o ano de 2022.

No que diz respeito a estruturação de políticas públicas voltadas ao atendimento de imigrantes, observa-se a inserção do município no projeto MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil, a partir de 2022. O mencionado projeto tem como objetivo certificar a disposição de governos locais em aprimorar as perspectivas do atendimento a imigrantes e refugiados com base em 10 dimensões:

Figura 1 – Dimensões do Projeto MigraCidades



Fonte: Disponível em <<https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades-2/10-dimensoes-da-governanca-migratoria/>>.

Dentre as quais os municípios escolhem anualmente 5 dimensões a serem priorizadas. A plataforma é resultado de parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS, a Organização Internacional para as Migrações - OIM e conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública e ENAP, e apoio financeiro do Fundo da OIM para o Desenvolvimento, e a primeira leva de governos certificados ocorreu em 2020 (MigraCidades, *online*). Considerando que os governos são certificados a partir das ações desenvolvidas no ano anterior, no caso 2019, percebemos aí a convergência entre o início do projeto e a intensificação das interiorizações que passam a ocorrer em 2018.

Nos anos de 2022 e 2023 o município recebeu destaque de seis boas práticas ao todo, três em cada ano:

Tabela 3 – Dimensões do Projeto MigraCidades desenvolvidas em Araguaína-TO.

2022		2023	
DIMENSÃO	AÇÃO	DIMENSÃO	AÇÃO
Transparência e acesso à informação para migrantes.	Elaboração e distribuição de cartilha “Directrices para los venezolanos indígenas” com informações sobre documentação e acesso a serviços públicos, em espanhol.	Parcerias institucionais	O estabelecimento de parceria, via termo de cooperação entre o município e a Associação, que permite o acolhimento temporário de famílias em período de regularização documental.
Acesso e integração à educação.	A contratação de dois venezuelanos que atuam como monitores nas escolas, auxiliando migrantes e professores no processo de integração.	Acesso à saúde	Realização de ações do tipo mutirão, para o atendimento dos imigrantes, com disponibilizando datas exclusivas para atendimento médico e orientações de saúde.
Acesso ao mercado de trabalho.	A contratação de 16 representantes de famílias migrantes para atuação no serviço público municipal.	Acesso e integração à educação	Parceria estabelecida entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Federal de Tocantins, por meio do Edital nº 75/2022/REI/IFTO, que visa a realização do projeto de extensão “Língua de Acolhimento: ensino de português para imigrantes e refugiados em Araguaína-TO”

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MigraCidades (2022, 2023).

Além das medidas consideradas como boas práticas, podemos observar que o município informa o estabelecimento de um departamento específico para a articulação das ações voltadas a migração, sendo a DPPS – Diretoria de Políticas Públicas Setoriais e ainda o alinhamento de parcerias, tais como com a “Associação Casa Tra Noi Dom Carlos Sterpi, para acolhimento de migrantes recém-estabelecidos na cidade, a fim de que seja organizada a regularização documental, cadastro socioassistencial e acomodações em residências individuais ou familiares” (Migracidades, 2023) e que estas acomodações podem incluir a concessão de aluguel social, mediante análise caso a caso.

Também de acordo com a plataforma, o número de governos que não são estaduais ou de capitais estaduais, aumentou gradualmente desde 2020, que dos 27 governos participantes contou com 16 cidades dentro deste perfil passando a 38, em 2024, (Migracidades, 2025, *online*) o que sinaliza o crescente interesse dos municípios em buscar apoio ao desenvolvimento de ações de atendimento a migrantes, em todo o país.

Os dados apresentados pela plataforma reforçam a compreensão de que a partir da colocada em prática do projeto de interiorização por parte do Governo Federal, a migração internacional no Brasil toma outros fluxos, uma vez que como veremos adiante, tendo em vista a ação das Redes Migratórias, as pessoas não se deslocam unicamente com objetivos econômicos ou financeiros. O que vem alargando o contato de Cidades Médias ou Capitais Regionais, pelo país, como Araguaína, com a realidade da migração internacional.

Ana Laura Anschau (2024, p.31), ao discutir o papel das cidades na atuação quanto a migração, destaca a necessidade de que a atuação dos governos locais e de Estado “devem ser analisadas simultaneamente para possibilitar a formulação de alternativas, a definição de ações e o desenvolvimento de políticas migratórias qualificadas e sustentáveis ao longo do tempo”. A autora pontua ainda a percepção de que os governos municipais tendem a formular políticas públicas “inclusivas, pragmáticas e orientadas para a comunidade” decorrente do fato de que no nível local, os migrantes se relacionam diretamente com dificuldades de acesso a direitos básicos, como a saúde e educação ou inserção no mercado de trabalho, percepções que tocam questões do dia a dia e em geral passam despercebidas a governos federais e estaduais, além do que há que se considerar que cada localidade apresenta

suas peculiaridades culturais e sociais o que demanda da gestão a atenção a essas particularidades.

No que tange especialmente a Araguaína, observamos a principal demanda sustentada pela Ação Civil era a contratação de aluguel social aos refugiados Warao, ainda em 2021, no entanto a solução apresentada pela gestão municipal foi a da contratação de um representante de cada núcleo familiar, nos termos da Manifestação juntada aos autos, Ação Civil Pública nº 1001804-81.2021.4.01.4301, em 09 de setembro de 2021, pela Procuradoria Geral do Município:

A forma de contratação será no seguinte molde: (i) contratação temporária por até 2 (dois) anos realizadas diretamente pela Secretaria de Infraestrutura; (ii) Cargos: ASG – auxiliar de serviços gerais, com jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais, com remuneração de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) e em caso de excedência com pagamento de horas extras; (iii) atuação na limpeza e manutenção de praças e jardins do município; (iii) fornecimento de EPI's – Equipamento de Proteção Individual e uniformes pelo município; (iv) fornecimento de almoço (marmitex) para os trabalhadores em campo; (v) fornecimento de transporte do órgão para frente de trabalho e da frente de trabalho para o órgão de lotação. (Município de Araguaína, 2021)

Temos então que a solução implementada pela gestão municipal, escapa ao que foi intentado pelos autores da Ação Civil Pública, a concessão de aluguéis sociais, que apesar de atualmente serem concedidos, mediante análises caso a caso, não se constituíram a base da resolução judicial à época, bem como ao que a época era a solução mais difundida entre os interlocutores do tema, junto ao governo federal, qual seja a instalação de abrigo.

Observamos então na prática o que nos diz Anschau (2024, p.33) quando formula que os governos locais tendem a elaborar respostas que considerem melhor o contexto local e as soluções que podem ser melhor aceitas na comunidade. A análise dos dados mostra também, que a gestão municipal, iniciou o desenvolvimento de políticas públicas de imigração em 2021, no sentido de atender a demanda judicial, que versava especialmente a respeito de refugiados indígenas da etnia Warao, no entanto, como apontam os Gráficos 2 e 3, atualmente o atendimento abrange também venezuelanos não indígenas e cubanos, os últimos chegados a partir de 2023.

3 EXPULSÕES E MIGRAÇÕES DE CRISE

“Sob Trump, críticas; sob Biden, o silêncio: democrata já deportou mais de 700 mil imigrantes em 12 meses, Gazeta do Povo, em 19 de junho de 2024. “Crise migratória: pescador diz que encontrar corpos em sua rede é comum”, BBC Brasil em 22 junho 2023, “Entenda como a recente crise migratória nos EUA pode afetar a reeleição de Biden”, diz a chamada no portal da CNN Brasil em 27/09/2023, “Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados da Venezuela”, anunciava o portal Agência Brasil em 09 de março de 2024 e “Número de refugiados no Brasil aumenta 117% em 2023; venezuelanos e cubanos são maioria, diz estudo”, era uma das notícias em destaque no site de notícias G1, em 13 de junho de 24.

As manchetes acima reproduzidas tratam do tema da migração e são pertinentes no contexto deste trabalho, tendo em vista que a abordagem aqui proposta visa precisamente discutir o enfoque dado as migrações e parte desta abordagem passa pela maneira como esta é retratada na mídia e na academia. No entanto, aqui, damos destaque às manchetes tendo em vista serem estas as que alcançam a maior parte da sociedade, principalmente quando comparamos com o alcance dos trabalhos acadêmicos.

Como pudemos observar o tratamento dado as migrações conota uma relação de tensão, uma situação de crise e um observador honesto não pode se negar a admitir que há uma crise em curso, ou várias, no entanto nosso enfoque propõe observamos o contexto da migração de maneira mais abrangente, compreendendo para além do viés econômico ou material por meio de um exercício de análise que se debruce sobre as questões que permeiam o fenômeno, que constituem o contexto migratório atual, uma vez que ao nos referirmos a esses acontecimentos apenas como “crise migratória” incorremos na possibilidade de não sermos capazes de perceber as diferentes nuances que compõem o cenário em discussão.

Nesse sentido, observamos que o tratamento dado ao tema incute a concepção de que os processos de deslocamento são desencadeadores de problemas nos países-destino, que se veem obrigados a acolher pessoas não desejáveis, uma vez que “trazem consigo características sociais, culturais e colocam questões econômicas tidas como inconvenientes” (Moreira, Borba, 2021, p. 30), parte também do constructo de que os migrantes não tem a capacidade de integrar-se de maneira adequada a sociedade receptora o que desencadearia desequilíbrios diversos, ameaçando

inclusive a identidade nacional, raciocínios que levam a compreensão de que o migrante representa perigo, razão pela qual deve ser mantido afastado da sociedade, preferencialmente para fora das fronteiras. O que estas ideias deixam de fora é a possibilidade de perceber o migrante como uma vítima, (Moreira, Borba, 2021, p. 30) como parte de um sistema amplo de Expulsões. Uma vez que, tais ideias, partem do princípio de que essas pessoas escolheram deslocar-se até determinado país, com o objetivo de ali usurpar de recursos e disputar os, em alguns casos, já escassos postos de trabalho, a parcela da população que já se vê acossada pelos embates diários com já conhecidas dificuldades se vê intimidada também pela presença de “estranhos” (Bauman, 2017, p. 10).

Bauman (2017, p. 13-14), ao abordar o pânico migratório, faz interessante reflexão quanto a reação das sociedades diante da chegada de refugiados, o autor inicia ressaltando que o fluxo de pessoas refugiadas ocorre a muito tempo, ressaltamos aqui que muito antes de que fosse cunhado o termo, no entanto apesar de não ser uma novidade:

Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram - como o são agora - estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem "diferentes" - e, assim assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar. Pelo que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional. Essas pessoas com as quais estamos acostumados a coexistir em nossos bairros, nas ruas das cidades ou nos locais de trabalho, nós as dividimos em geral entre amigas ou inimigas, bem-vindas ou apenas toleradas. Mas, qualquer que seja a categoria em que as situemos, sabemos muito bem como nos comportar em relação a elas e como conduzir nossas interações. Sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas -adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo. (Bauman, 2017, p. 14-15)

O autor destaca ainda que além do estranhamento atemporal, as reações violentas aos refugiados têm suas raízes em dois aspectos, o primeiro deles se relaciona com as camadas sociais já em extrema vulnerabilidade, mediante os quais os refugiados mostram-se como um nível abaixo destes, Bauman (2017) afirma que os indesejáveis em seu país de origem ao perceberem que a situação dos refugiados é pior que a sua, sentem-se no direito agir com xenofobia, racismo demais tipos abjetos de violência, cita como ilustração a fábula das lebres e das rãs, de Esopo e

ainda a situação no Sul dos Estados Unidos da América do Norte, na qual o que evitou que os brancos pobres, ou “lixo branco”, chegassem a um grau elevado de autodestruição foi a possibilidade de descontarem, de diante daquilo que consideravam “negros subumanos” poderem se “vangloriar” de sua pele clara.

O segundo aspecto diz respeito àqueles que podem ser considerados “emergentes precariados”, seriam pessoas que diferentemente dos “indesejáveis”, já alcançaram algumas conquistas materiais e um lugar social, não sólidos o suficiente para ser considerado estável, razão pela qual os migrantes representam uma ameaça, no sentido de que torna inegável que forças globais que são facilmente consideradas como agentes distantes e como um problema de difícil definição exercem influência muito mais perto do que gostaríamos de admitir (Bauman, 2017, p. 16 -21).

A aplicação dos apontamentos de Bauman (2017) puderam ser acompanhadas vividamente no decorrer dos últimos meses de 2024, em decorrência, principalmente da disputa eleitoral nos Estados Unidos da América do Norte, declarações que tomaram forma de ações desde o dia 20 de janeiro de 2025 com a posse do republicano Donald Trump, a despeito do fato de que as deportações de pessoas indocumentadas seja uma política perpetrada também por democratas como Joe Biden (janeiro de 2021 à janeiro de 2025) e Barack Obama (janeiro de 2009 à janeiro de 2017), as medidas do atual presidente são acompanhadas de declarações como “Vou resgatar Aurora e todas as cidades que foram invadidas e conquistadas. (...) Vamos colocar esses criminosos sanguinários na prisão ou expulsá-los do nosso país.” (G1,2024, *online*) e ainda “Durante o debate presidencial da terça-feira (10/9), Trump disse que “em Springfield, eles estão comendo cachorros. As pessoas que chegaram estão comendo gatos. Elas estão comendo – estão comendo os pets das pessoas que vivem aqui”.” Conforme informações de Thomas e Wendling (2024) para a BBC News.

A mensagem reforçada através das declarações infundadas, como classificadas no título da matéria da BBC News, reforça a ideia de que os problemas enfrentados nos países destino estão relacionados a presença de imigrantes indesejados, não considerando a reflexão quanto a participação do país deportante na situação dos países de origem dos deportados.

Sendo assim, visando evitar o caminho das generalizações, devemos iniciar sob a compreensão do “migrante como indicador de uma história em construção” (Sassen, 2016), esse movimento nos permitirá olhar o migrante para além do contexto

da crise, mas percebê-lo, bem como a migração, como parte de um sistema, conseqüentemente entender que “elas têm início em determinado momento, mesmo quando uma família ou uma comunidade é pobre há muito tempo.” (Sassen, 2016, p. 30). As migrações no contexto que aqui analisamos não foram desencadeadas pela pobreza, fome, falta de perspectivas ou ameaças como conceitos já conhecidos, mas sim pelas versões extremas desses conceitos, razão pela qual podem ser conhecidos como Expulsões.

Considerando que já abordamos largamente as definições de migração em capítulo anterior, devemos aqui nos dedicar a compreender o que significa “crise”, uma vez que, como já mencionado, este é um termo utilizado constantemente em associação a migração, mas para além disso o mundo conhece diversas versões de crise e como acontece com termos largamente utilizados podemos acabar perdendo a atenção do que de fato significa. O dicionário Michaelis (*online*) apresenta 12 definições para o vocábulo, dentre os quais a maioria se relaciona com pontos decisivos para piora ou melhora, momentos de virada e decisão, período de desequilíbrio, pode significar a carência de algo, destacamos aqui os significados de crise para sociologia “Conjuntura desfavorável; situação anormal e grave; conflito, tensão, transtorno.” e para política “Situação de conflito de extrema intensidade em que estão presentes altas expectativas de uso da violência” (Michaelis, *online*).

Francisca Saraiva (2011) traz alguns conceitos de crise, invocando as raízes da palavra no grego *Krisis*, que etimologicamente pode ser entendida como “julgamento” ou “decisão”, a autora aponta ainda que este é um termo que passou a ser mais amplamente utilizado após sua apropriação pela medicina, na qual o seu uso remete a uma situação na qual uma decisão deve ser tomada com urgência e que pode sinalizar o momento de melhora ou piora fatal, no entanto a definição de que crise “enquanto fenômeno político associado a acontecimentos disruptivos que afetam o equilíbrio do sistema internacional.” (Saraiva, 2011, p. 13-14) entendemos ser o que mais se adequa ao estudo aqui proposto.

Operando diversos conceitos Moreira, Borba, (2021) nos apontam a eventualidade, como parte do conceito de migração de crise, que diz respeito ao momento acima trazido por Sassen (2016b), trata-se justamente de quando a situação de agravamento da crise se torna insustentável para populações que já vinham sendo sistematicamente afetadas por ela, a crise, portanto, não é uma novidade mas chega ao ponto de ruptura no qual desencadeia uma “pressão súbita e profunda que esta

provoca sobre pessoas ou comunidades, não lhes restando outra alternativa senão migrar – ou, ainda, ensejando uma crise aguda que impede a emigração mesmo daqueles que assim o desejam.” (Moreira, Borba, 2021, p. 9) a eventualidade pode então ser entendida como aquele momento em que o termo crise pode ser utilizado em um de seus conceitos, como um ponto de virada que desencadeará mudanças na sociedade da qual estejamos tratando. Entendemos também que este é um momento que compõe o enquadramento social da decisão migratória, como apontaremos em capítulo posterior.

Sáskia Sassen (2016a) nos chama a compreender as categorias subterrâneas, na qual somos convocados a repensar estruturas antigas afastando-nos das categorias familiares que classificam e por muitas vezes, após tanto uso, são tomadas sem grandes reflexões, com certo distanciamento o que facilita para que as deixemos sempre no mesmo campo das explicações que já não explicam.

Utilizar o conceito de tendências subterrâneas é uma maneira de questionar categorias familiares de organização do conhecimento sobre nossas economias, nossas sociedades e nossa interação com a biosfera. Ajuda-nos a avaliar se os problemas de hoje são versões extremas de antigas dificuldades, ou manifestações de alguma coisa ou coisas novas e perturbadoras. (Sassen, 2016a, p. 14-15)

O termo não foi cunhado pela autora pensando exclusivamente as migrações ou deslocamentos, assim como outros aspectos teóricos elaborados por ela que também traremos aqui, trata-se mais de nomenclaturas “guarda-chuva” que podem ser utilizados para pensar diversos aspectos envolvendo o incremento da agressividade nas formas de atuação do capital nos últimos anos, especialmente após os anos 80, como pontua a própria socióloga. Dentro das tendências subterrâneas podemos encontrar então antigos padrões de violência e vulnerabilização de comunidades, elevados, no entanto, a uma versão até então, desconhecida.

Buscando caminhar nesse sentido, o de nos afastarmos de conceitos que já não ajudam a explicar situações graves e que servem em sua maioria para forjar uma sensibilização que já não ocorre diante de temas que apesar de extremos tornaram-se corriqueiros, devemos nos aproximar da ideia de “migração de crise” por meio da perspectiva transnacional, como proposta por Moreira e Borba (2021, p. 7) que, articulando diversos teóricos, propõem que o estudo das migrações seja feito de maneira a transcender a “primazia metodológica relegada ao Estado-nação”. A compreensão da migração de crise como algo que extrapola essas conhecidas

fronteiras tem a finalidade evitar que nos agarremos a categorias como origem ou destino, tendo em vista que essa perspectiva terminaria por limitar as possibilidades de estudo, facilitando que incorrêssemos com frequência na ideia de atração x repulsão.

Como nos apontam Baeninger e Peres (2017, p. 123) nos dizem, por exemplo, que a migração corresponde a um campo social que encapsula um “microcosmo dentro do espaço global”, significando dizer que o fenômeno é complexo, envolvendo relações em níveis familiares e interpessoais de diferentes níveis, movimentos do capital, agentes estatais, trabalhadores humanitários, capital simbólico social e humano, tratando-se de uma questão que envolve e interliga os locais de destino e origem por meio de camadas que vão além das questões econômicas ou de decisões pessoais.

Dentro do conceito da migração de crise, abordamos também as pessoas que não conseguiram empreender o deslocamento, a imobilidade pode ocorrer então de pelo menos duas maneiras, uma através da insuficiência de capital econômico ou social, como por exemplo a não associação a alguma rede migratória, por limitações físicas, etárias, de gênero, por exemplo ou por meio do enclausuramento, promovido pelos Estados que por meio da implementação de políticas migratórias excludentes encontram uma maneira de manter fora de suas fronteiras pessoas “indesejáveis” cerceando destas direito humano de deslocar-se. (Bauman, 2017; Moreira, Borba, 2021).

As políticas preventivas para controlar a imigração, ensejando, assim, o enclausuramento ou impedimento da mobilidade nos espaços de trânsito, expressam as maneiras pelas quais os Estados contribuem para as crises. Ao declarar que os esforços devem ser direcionados à redução da liberdade nas fronteiras externas e nos territórios de trânsito, autoridades governamentais “enclausuram” os migrantes de crise, (...). (Moreira, Borba; 2021, p. 12)

Observamos então que as decisões dos Estados em dificultar o acesso de imigrantes a seus países passa por um recorte específico de raça, Castles, (2010, p. 37) ressalta que por mais distintos que sejam cada um dos processos migratórios e as estratégias adotadas por cada país diante dessas pessoas, é possível percebermos padrões recorrentes e especificamente sobre a inserção na sociedade por meio do trabalho, nos diz que “A oportunidade de ser empregado não depende somente da condição do capital humano (educação e habilidades), mas também do gênero, raça, etnia, origem e status legal.”

O relatório do ACNUR que desenha o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil, em 2019 apontavam que mais da metade dos refugiados em nosso país declaravam-se pardos ou negros. Diante das discussões aqui propostas nos resta entender como a migração de crise percebe a escolha, tendo em vista o debate que se constitui diante da possibilidade ou não da escolha de migrar, como nos apontam Moreira e Borba (2021, p. 16) quadro dizem que há dificuldade no “discernimento sobre noções de escolha (ou não escolha) e voluntariedade (ou involuntariedade)”.

Adotamos aqui o entendimento de que a migração de crise se constitui mediante ao cerceamento das possibilidades reais de escolha por parte dos migrantes, em concordância com o que nos diz Bauman (2017, p. 21) ao abordar o fato de que a presença dos imigrantes e refugiados nos confronta com questões indesejáveis uma vez que “Esses nômades - não por escolha, mas por veredicto de um destino cruel nos lembram, de modo irritante, exasperante e aterrador, a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado.” No mesmo sentido, Gildas Simon (2010 *apud* Guy Di MÉO 2010, p. 187, tradução nossa) destaca, que “a imensa maioria das populações do mundo, inclusive nos países do Sul, não deseja partir, não deseja ter que emigrar”, estas “decisões” migratórias são tomadas, com o objetivo de “tentar responder algumas das necessidades mais fundamentais da pessoa humana” mediante o fato de que em seu lugar de origem não mais pode satisfazê-las.

O que nos leva de volta a Sáskia Sassen (2016) que por meio do conceito das Expulsões busca explicar que os movimentos migratórios que temos conhecido em nossos tempos se trata meramente de migrações, são por outro lado, expressões de um processo acentuado e contínuo de movimento do capital que a partir da ação de formações predatórias, que trata-se da junção de elites e capacidades sistêmicas viabilizadas pelos entes estatais, vêm expulsando pessoas de suas casas, regiões e países. Por isso é essencial ver além da crise, buscar a compreensão para além dos discursos já conhecidos, “O conceito de expulsões nos leva além daquela ideia que nos é mais familiar da desigualdade crescente como forma de entender as patologias do capitalismo global atual.” (Sassen, 2016a, p. 9).

Em outro texto também de 2016 a autora nos fala especificamente de três² deslocamentos e de como seus processos estão intrinsecamente associados a ideia

²O primeiro deles é o aumento acentuado da migração de menores desacompanhados da América Central – especificamente, de Honduras, Salvador e Guatemala. O segundo é o aumento do fluxo

das expulsões por ela proposta, mostrando como processos desencadeados em lugares diferentes mostram uma relação subterrânea entre si:

No entanto, cada um aponta para um contexto originário mais amplo marcado por condições, em sua maioria extremas, que podem ser descritas ou, pelo menos, feitas visíveis porque não se trata somente de parte de uma migração em série em que as famílias podem desempenhar um papel crucial na elaboração de um cálculo econômico que aloca a determinados membros da família a opção de migração. Esses três novos fluxos podem ser descritos como emergentes de situações mais amplas do que as lógicas internas das famílias. Eles emergem de condições claramente delineadas que operam, respectivamente, em âmbito municipal, regional e geopolítico global. (Sassen, 2016b, p. 30)

Compreendemos então que os processos que desencadeiam as migrações que nos propomos a discutir neste trabalho estão relacionados as Expulsões que ocorrem sob diferentes faces, no entanto de uma maneira sistêmica, portanto similar em diferentes países da América Latina. Diante disso compreendemos que o aporte das Migrações de Crise associado as Expulsões, compõem um quadro teórico adequado com o entendimento das Redes Migratórias que se constituíram entre países como Cuba e Venezuela e Brasil, tendo em vista sua perspectiva abrangente da temática bem como a valorização do indivíduo, do ser humano, muito além da estatística, nos permitem a análise das motivações e contextos que permeiam a migração no contexto específico das migrações de crise.

3.1 Expulsões na América Latina

Um texto dedicado a esmiuçar as características das expulsões ocorridas na América Latina a partir do movimento predatório do capital, tomaria muito mais páginas do que as que são possíveis destinar no contexto da investigação a qual nos propomos aqui. Para além da conceituação proposta por Sassen (2016), quando tomamos o significado do termo “expulsar” como proposta pelo dicionário, sendo o ato de fazer sair violentamente (Michaelis, *online*) fica evidente que a expulsão é constituinte da invenção da América, podendo ser constatada desde que comunidades originárias foram expulsas e subjugadas, como apresentado por Altamirano (2023).

migratório dos Rohingya, uma minoria muçulmana em fuga de Mianmar/ Birmânia, onde ela viveu e conviveu pacificamente, por muito tempo, com a população majoritariamente budista até poucos anos atrás. O terceiro é a migração em direção à Europa, originária, principalmente, da Síria, do Iraque, do Afeganistão e de diversos países africanos, especialmente, da Eritreia e da Somália. (SASSEN, 2016b, p. 30)

Concomitante a expulsão física, diante do longo do processo que nos trouxe até aqui, é possível destacar as diversas maneiras pelas quais esse fenômeno se manifestou, alcançando proporções extensas tanto interna quanto externamente.

Uma manifestação possível de apontarmos é a complexa discussão a respeito do que significa ser América Latina bem como latino-americano. Altamirano (2023, p. 16) ao mencionar texto de Simón Bolívar reflete que “Não somos índios, nem europeus, dizia nesse texto, ‘mas uma espécie média entre os legítimos proprietários do país e os usurpadores espanhóis’.”. Outro exemplo clássico pode ser encontrado no chamamento de José Martí (1891) à união de *Nuestra America*, à tomada de rédeas pelo povo latino no sentido de abandonar as tentativas de resolução dos problemas internos a partir de soluções externas, partindo da valorização daquilo que há de potencial e da compreensão de que um governo verdadeiramente bom seria

(...) aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e acumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país. (Martí, 1891)

Martí (1981), conclama à valorização das ideias, do modo de viver, de tudo aquilo que é originariamente americano no sentido de colocarmos em segundo plano as imposições intelectuais exógenas, que em algum momento nos expulsaram, inclusive da nossa maneira de pensar o mundo e de nos vermos nele.

Ao lermos sobre os países latino-americanos podemos perceber diferentes maneiras pelas quais esse conflito se manifesta, em especial as nações de origem das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa, quais sejam Venezuela e Cuba. Por mais dissonante que possa parecer, atualmente, associar a ideia de países econômica e intelectualmente pujantes a essas nações, é o que elas foram em algum momento de uma história não tão distante.

Tomemos como exemplo a Venezuela. Brito, Silva e Carmo (2021, p. 115) nos apontam que as condições favoráveis de negociação do petróleo no início do século XX, tais como a imensa reserva do país e a proximidade com os EUA possibilitaram um salto de desenvolvimento e infraestrutura, especialmente portuária, que a

posteriormente resultara na possibilidade de investimentos em bem-estar social, vejamos:

houve investimentos em programas sociais com o intuito de solucionar os problemas enraizados na Venezuela com a ascensão do chavismo, reduzindo, assim, a desigualdade social, que, segundo o índice GINI, era de 54% a pobreza, caindo para 7,6% em 2010, mas com um avanço tremendo na saúde pública, diminuindo significativamente a mortalidade infantil, aumentando o acesso à saúde para a população, com a média de dezoito médicos para cada dez mil habitantes. (Brito, Silva e Carmo, 2021, p. 115)

Os autores destacam ainda que mesmo quando já com o agravamento da crise iniciado, em 2016, o país ainda figurava entre os maiores PIBs da América Latina, ocupando a quarta posição. No entanto encadeamentos de fatores específicos, trouxeram à realidade cenários que hoje podemos caracterizar como as expulsões propostas por Sassen (2016).

Entendemos que os países têm em comum, dentre algumas outras similaridades, o fato de optarem por caminhos que contrariaram aquilo que coadunaria com interesses da potência mundial localizada ao norte do continente Americano. No entanto reforçamos a compreensão de que o quadro que hoje resulta nas expulsões de cubanos e venezuelanos de seus países de origem, não deve ser visto sob um olhar homogeneizador, uma vez que as relações entre cada um destes países e o restante do mundo é crivado por particularidades e ainda que não excluimos a responsabilidade que deve ser atribuída aos governantes de agora e do passado.

Tendo em vista que a análise a que nos propomos é voltada a compreender a partir das falas dos imigrantes como suas vidas foram afetadas pela realidade da expulsão em seus países de origem, nos ateremos a abordar pontos centrais nas relações de Cuba e Venezuela com o restante do mundo e em especial com os Estados Unidos da América do Norte, no que tange aos embargos que ambos os países enfrentam em que medida contribuem para o cenário de expulsões.

Começamos pelo mais antigo deles, o de Cuba. O embargo ao país se inicia em junho de 1960 com a proibição das empresas de petróleo de que suas refinarias processassem o óleo vindo da ilha, bem como deixam de enviar a mercadoria ao país, em reação a essa medida o governo cubano nacionalizou mais de 60 empresas norte-americanas em outubro do mesmo ano. No entanto a intrincada relação entre os países pode ser rastreada a anos antes, uma vez que o temor pela intervenção dos EUA na ilha era uma preocupação expressa ainda no século XIX, nos anos anteriores à

independência da Espanha, como podemos observar em correspondência de José Martí (1895) a Manuel Mercado, temor esse que se mostrou coerente com a realidade. (Leite³, 2023; Almeida e Shuen, 2023; Rodríguez, Alves⁴ e Ramos, 2023)

Leite (2023) nos mostra que 1959, com a tomada do poder pelas forças revolucionárias pode ser apontado como a consolidação da divisão política entre os países, no entanto o envolvimento da potência norte-americana no processo da independência da ilha em relação à Espanha, pode ser considerado o ponto de partida dos acontecimentos que eclodiram na revolução e que acompanhamos até os dias atuais, nas palavras da autora:

Em 1º de janeiro de 1899, foi baixado o pavilhão da Espanha do Palácio dos Capitães Gerais em Havana, pondo fim à dominação colonial. Em seu lugar, foi hasteada a bandeira dos EUA, que despontava como potência imperial no cenário do mundo. Com o fim das hostilidades, a chamada Emenda Platt oficializou o direito a intervenções militares e a autorização aos EUA para arrendar as terras necessárias às bases navais. Aprovada em 2 de março de 1901 e convertida em apêndice da Constituição Cubana de julho do mesmo ano, essa emenda colocou a Baía de Guantánamo sob o controle imperialista até os dias de hoje. O Tratado Permanente de Reciprocidade, assinado em 22 de maio de 1903, constituía uma relação comercial específica, o que terminou por vincular fortemente as importações e as exportações da Ilha, sobretudo do açúcar, aos mercados estadunidenses. (Leite, 2023, p. 150)

Como podemos observar pelo movimento simbólico das bandeiras, Cuba deixa a dominação colonial e passa a uma dominação neocolonial, não tendo a oportunidade de desfrutar de uma independência em seu significado completo, movimento reforçado pela invasão da Constituição cubana, por meio da Emenda Platt, e as amarras comerciais do Tratado Permanente de Reciprocidade.

Em 1959, após a mudança no governo cubano e o a aproximação do país à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o início do embargo econômico em 1960, seguido pela Crise dos Mísseis em 1962 e o conseqüente rompimento diplomático (Almeida; Shuen, 2023) Cuba se reorganiza aprofundando as relações com a URSS o que lhe possibilita algum tempo de implementação de políticas e estabilização, no entanto a ilha entra em colapso com a desintegração do bloco em 1991, tendo em vista a perda de mercados e fontes de ingressos, desencadeando assim uma degeneração de seu aparato produtivo. (Rodríguez, Alves e Ramos, 2023) o que potencializa os efeitos das restrições sofridas.

³ Maria do Carmo Luiz Caldas Leite

⁴ Milena L. Alves

Os embargos em relação a ilha passaram por diversas fases e formatos e tem sido largamente questionados, desde novembro de 1992 a ONU já emitiu 32 resoluções nas quais determina que a situação seja revertida, com base nos princípios da soberania igualitária dos Estados, da não intervenção e da não interferência em assuntos internos, bem como a liberdade internacional de comércio e navegação:

3. Once again urges States that have and continue to apply such laws and measures to take the steps necessary to repeal or invalidate them as soon as possible in accordance with their legal regime;

4. Requests the Secretary-General, in consultation with the appropriate organs and agencies of the United Nations system, to prepare a report on the implementation of the present resolution in the light of the purposes and principles of the Charter and international law and to submit it to the General Assembly at its eightieth session; (UN,2024)

No entanto ao longo dos anos o posicionamento dos EUA foi de oposição às resoluções e pouco mudou de sua postura em relação ao país, exceto pelos movimentos empreendidos por Barack Obama (2009-2016), Almeida e Shuen, (2023, p. 278) nos dizem que “Até 2015 houve variações nos votos pró e contra a reivindicação cubana, e o que prevaleceu foi o não dos EUA. O fato novo em 2016 foi a abstenção norte-americana.” O mencionado presidente visitou a ilha em março de 2016, 88 anos após a visita do último presidente norte-americano em 1928, quando Calvin Coolidge participou da Conferência Pan-Americana em Havana, e houve movimentos significativos de reaproximação dos países e retomada do diálogo.

As medidas adotadas por Obama, apesar de relevantes, tiveram uma curta sobrevida, uma vez que, em razão da Lei Helms- Burton de 1996, aprovada por Bill Clinton, os embargos contra Cuba tornaram-se lei e impediam que qualquer presidente norte-americano alterasse seus termos ou desenvolvesse políticas duradouras de normalização das relações sem a aprovação do congresso, o que a época era inviável, dada a maioria republicana (Silva, 2022, p. 225). Diante desse cenário, ao assumir a presidência em 2017, Donald Trump, cumprindo promessas feitas em campanha, tomou medidas que desarticularam as ações implementadas pelo presidente anterior, em meados daquele ano determinou:

1) a proibição das relações econômicas, comerciais e financeiras das companhias estadunidenses com empresas cubanas relacionadas com o Ministério das Forças Armadas (FAR) e o Ministério do Interior; 2) a proibição das viagens individuais de cidadãos estadunidenses na categoria de intercâmbios “povo a povo” e uma maior vigilância sobre os demais viajantes; 3) a revisão da política de vistos para assegurar uma maior efetividade dos

programas de apoio, por parte dos EUA que, de acordo com as autoridades cubanas, tem como propósito essencial subverter a ordem institucional cubana; 4) a anulação da Diretiva Presidencial, emitida por B. Obama em outubro de 2016, que conduzia a paulatina normalização das relações bilaterais (Silva, 2022, p. 231)

A alternância de poder ao final do mandato de Trump e a ascensão de Joe Biden à Casa Branca, um democrata, não foi sinônimo das mudanças positivas em relação a Cuba que se esperavam, uma vez que foram prometidas em campanha, o governo Biden não só manteve as restrições ressuscitadas por Trump como as aprimorou em alguns pontos (Augustin, 2024).

Dadas as especificidades do governo cubano, há certos entraves para encontrarmos dados que possibilitem a quantificação das informações quanto a pobreza ou extrema pobreza na ilha, as informações não estão disponíveis em portais como os da ONU, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL ou do Banco Mundial no entanto os noticiários nos permitem perceber que nos últimos anos houve um agravamento da situação humanitária, especialistas como Ricardo Torres, economista cubano e pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos e Latinos da American University, nos EUA, ouvido pela BBC News Mundo em março de 2024 aponta que há indícios de que a crise experimentada pelo país atualmente é ainda mais grave e profunda do que a desencadeada pela perda de apoio da URSS na década de 90.

Nos anos 1990, o país apresentava um certo bem-estar que tinha sido alcançado na década de 1980, tanto em termos de consumo quanto em termos de qualidade e profundidade dos serviços sociais, de educação, de saúde, com conquistas esportivas a nível mundial. E tudo isso em uma sociedade muito mais igualitária em termos de rendimentos do que a que existe agora. Não quer dizer que não havia problemas, mas era definitivamente muito mais igualitária em termos de rendimentos. (BBC, 2024, *online*)

Assim como a Venezuela, Cuba terá os próximos anos afetados por uma eleição presidencial ocorrida este ano, tendo em vista que o ex-presidente republicano Donald Trump foi eleito para mais quatro anos a frente da Casa Branca em uma campanha mais uma vez marcada pela combinação de “elementos associados a um conservadorismo fundamentalista com uma perspectiva populista e nacionalista com a crítica à globalização e às instituições multilaterais” que, como aponta Silva (2022, p. 229) deu o tom de sua primeira campanha.

Tal como no caso cubano, a situação atual da Venezuela pode ser melhor compreendida a partir da leitura de sua história e suas relações internacionais a partir dos movimentos internos.

Ao tomar posse em 1999, Chávez imediatamente referenda a população quanto a necessidade de uma reelaboração constitucional, sob a ideia simbólica da refundação da pátria, o autor (Lander, 2005) destaca que não havia um projeto claro do que se pretendia alterar, uma vez que não havia um posicionamento a respeito de que maneira o texto Constitucional vigente a época, de 1961, seria um empecilho ao bom desenvolvimento do país.

O que ocorreu foi um processo dúbio, em alguns aspectos, houve um grande chamamento popular à participação, o que resulta num texto que se destaca por se diferenciar da ortodoxia neoliberal tão presente em todo o continente, no entanto o processo todo se desenrola em apenas três meses, o que evidentemente limita a participação popular e dá lugar a inclusões no texto de temas não discutidos pela Assembleia, como por exemplo a possibilidade de privatização de filiais da Petróleos da Venezuela, considerando-se principalmente que em 1999 a comunicação não ocorria com a agilidade que a internet permite atualmente.

Resumindo da seguinte maneira:

O novo texto constituinte garante a liberdade econômica e a propriedade privada, ao mesmo tempo em que define claras e centrais responsabilidades do Estado na política comercial e na defesa das indústrias nacionais. Reserva para o Estado a atividade petrolífera e outras de caráter estratégico, e lhe atribui um papel de direção no desenvolvimento de uma agricultura sustentável e da segurança alimentar. (Lander, 2005, p. 197)

O autor destaca ainda a valorização dos direitos humanos dada pelo texto e destaca que o principal avanço do texto de 1999 em relação ao de 1961 é a ampliação nas formas de participação social em uma combinação de uma democracia direta e de protagonismo popular, direta, por meio de referendos a população quanto a projetos de lei, revogação de mandatos e de leis já promulgadas, parcial ou integralmente à democracia representativa liberal tradicional, como eleição de representantes executivos e legislativos nos níveis municipal, estadual e nacional.

Ribeiro et al. (2024, p.2) aponta dois períodos marcantes da economia Venezuelana que se relacionam diretamente com o tempo presente, o primeiro deles vai de 1985 a 1989, num período que os autores chamam de vertical uma vez que se caracteriza pela relação Norte-Sul e um segundo período chamado de horizontal, por

seu enfoque nas relações Sul-Sul. Ocorre que durante seu segundo mandato, Carlos Andrés Pérez (1989-1993) faz movimento no sentido de aproximar-se do Norte, o que causa estremecimento nas relações com o Sul. Ao assumir o poder Chávez muda a abordagem, focando em fortalecer as relações Sul-Sul, opondo-se a abertura petrolífera e espelhando-se na Rússia ao limitar a autonomia da petrolífera estatal.

A partir disso compreendemos que:

(...) o cenário venezuelano atual deu-se por profunda contradição entre um ideário socialista em uma estrutura de economia de mercado e de inserção dependente na esfera mundial. Assim, além da dificuldade para controlar a inflação, em decorrência, entre outros fatores, da crise global e a manutenção de dependência do mercado externo de importação produtos básicos, agregou-se a queda do preço do petróleo e derivados no mercado internacional (Ribeiro et al., 2024, p. 3)

Podemos então perceber o quão multifacetada é a crise venezuelana, que tem início nos anos finais do governo Chávez (1999-2013) e se entranha durante os sucessivos mandatos de Nicolás Maduro (2013 - atual). A partir do que nos trazem os autores, destacamos a combinação entre 1. A contradição entre o ideário socialista e a estrutura econômica, 2. A excessiva dependência do petróleo e 3. Contexto geopolítico de sanções e ameaças de intervenção dos Estados Unidos da América do Norte, como o contexto que propicia os quadros de expulsões que hoje podemos constatar.

Como já mencionado no capítulo anterior a situação venezuelana passa a produzir expulsões em maior escala a partir de 2018, no entanto o desabastecimento e o declínio econômico eram a realidade desde pelo menos 2014, com a brusca queda no valor do barril do petróleo, que no decorrer de 2014 chegou a ser vendido pela metade do que era negociado no início do ano, o que afetará diretamente o ponto 2 do parágrafo anterior. (Corazza; Mesquita, 2018).

As razões apontadas para os embargos Norte Americanos são de caráter humanitário, o país questiona a democracia venezuelana e acusa o governo de genocídio, alegações que são contestadas pela CELAG (2019) que aponta ser possível rastrear um posicionamento contrário ao governo venezuelano desde o início do governo Chávez, atribuindo a indisposição à ameaça que o modelo proposto pelo país representaria a hegemonia intentada pelo país do Norte.

No mesmo sentido, Leon e Cicero (2022) ao discutirem os embargos econômicos como instrumento da política externa dos EUA levantam pelo menos três momentos nos quais as relações com a Venezuela foram colocadas em cheque tendo

em vista o temor Norte Americano de que o país Latino assumisse o protagonismo na região. O primeiro deles em 1999, quando o governo de Chávez estreita relações com a China, segundo decorrente da “defesa da integração latino-americana e caribenha a partir dos acordos da Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América (ALBA), consolidados em 2004” e o terceiro com o estabelecimento, em 2005, do PetroCaribe, que “conferiu vantajosas condições para a compra de petróleo às nações caribenhas, com consideráveis descontos e parcelamentos a juros de 1% ao ano” a países como Guiana, Nicarágua e Jamaica. (Leon, Cicero; 2022, p. 78)

A despeito das alegações quanto as razões, é inegável que as sanções aplicadas agravaram a crise econômica que o país enfrentava e deu a ela o tom de crise humanitária. O Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (2019, *online*) aponta que uma das consequências diretas dos bloqueios financeiros e comerciais foi a perda de mais de 350 milhões de dólares, num acumulado desde 2013, o que, *per capita*, corresponderia a mais de 12 mil dólares.

Leon e Cicero (2022, p. 75-76) apontam quatro âmbitos nas quais as sanções podem ser observadas, o primeiro deles o individual, quando as sanções afetam pessoas específicas, no caso da Venezuela, essa foi a modalidade de sanção que predominou até 2017, direcionando-se a membros do governo, a partir de 2017 as modalidades se ampliam e passam a ocorrer mais sanções financeiras, afetando a capacidade de financiamento do país e empresas petrolíferas, principalmente somadas a restrições comerciais e secundárias, estas últimas afetam aqueles que por ventura envolvam-se em negociações com o país alvo do embargo.

Em 2024 a situação política no país ganhou novo capítulo com a realização das eleições presidenciais que possibilitaram a continuidade no poder por Nicolás Maduro, o processo vem sendo amplamente questionado e acusações de crimes contra a humanidade foram trazidas à tona pela ONU em outubro deste ano⁵, o fato de a reeleição também não ter sido reconhecida de imediato por países como Brasil e Colômbia⁶, que se manifestaram no sentido de aguardar a comprovação por meio das atas de votação, bem como dos EUA, que se manifesta de maneira mais enfática,

⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/venezuela-governo-maduro-cometeu-crimes-contra-humanidade-na-eleicao-diz-onu/>

⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/americo-martins/internacional/brasil-e-colombia-nao-reconhecem-vitoria-de-maduro-e-cobram-divulgacao-de-atas/>

declarando que o vencedor das eleições é na verdade Edmundo González Urrutia⁷, compõe um quadro que pode prorrogar as dificuldades enfrentadas pelo país.

3.2 Migração

3.2.1 O estudo das migrações

A imigração não é uma novidade, como já previamente pontuado no decorrer deste trabalho, tal assertiva pode ser encontrada também nos mais diversos textos a respeito do tema: o migrar é natural do ser humano, o migrar constitui a história humana, o migrar faz e sempre fez e sempre fará parte da humanidade, comunidades inteiras foram e tem sido transformadas pela migração, tanto da perspectiva de quem vai como de quem fica. No entanto há certo consenso de que após o final da II Guerra Mundial, algo se intensificou a respeito dos movimentos migratórios, as pessoas passaram a se deslocar mais entre países. Some-se ao fim da última grande guerra o processo de globalização da economia. (Inojosa, 2009; Massey et. al. 2008, Castles, 2000)

No entanto é importante destacar que na maioria das vezes que as fronteiras entre países são cruzadas, não há uma intenção de tornar-se imigrante, tendo em vista que a maioria dos viajantes internacionais são pessoas que não tem nenhuma intenção em permanecer no lugar de destino por mais do que o tempo de suas férias ou o necessário para resoluções específicas, como negócios, questões familiares, por exemplo. A migração que aqui estudamos envolve a decisão de estabelecer-se no local de destino por certo período, seriam necessários pelo menos seis meses, de acordo com Castles (2000, p. 18).

Massey et. al. (2008, p. 436) nos diz que a maioria dos países desenvolvidos do mundo se transformaram em sociedades multiétnicas e que aquelas que ainda não haviam alcançado essa característica estavam se movimentando nessa direção, o texto é originalmente de 1993, mas poderia muito bem ter sido escrito em 2024, tamanha sua atualidade. Os autores, no entanto, chamam atenção para o fato de que apesar da migração ter se tornado um traço estrutural básico dos Estados industrializados há ainda muito que avançar em termos teóricos.

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/mundo/eua-reconhecem-gonzalez-como-presidente-eleito-da-venezuela-caracas-reage/>

No mesmo sentido:

Desde 1945, y especialmente desde finales del decenio de 1970, el volumen y la importancia de la migración internacional ha aumentado con rapidez. Un aspecto fundamental de estos movimientos migratorios es que entrañan flujos tanto desde países menos desarrollados a países desarrollados, como entre los primeros. Hoy, todas las regiones del mundo y la mayoría de los Estados son o bien países de inmigración o países de emigración y, en algunos casos, ambos. (Timur, 2000, p. 2)

Nesse ponto faz-se pertinente a citação feita por Marinucci e Milesi (2011) de Roberto Kurz (2003), no qual o ensaísta alemão pontua a necessidade de que deixemos de pensar na migração apenas como algo natural do ser humano e passemos a admitir sua complexidade e o impacto que ela significa nas sociedades, uma vez que por mais que não seja uma novidade, nunca ocorreu em tão larga escala:

A migração não é nada novo na história da modernização, mas sim, há um erro na avaliação ao dizer que as pessoas migram livremente em busca de melhores condições. É um processo coativo. Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém fazem isto porque não têm condições para controlar sua existência. A transformação da sociedade capitalista numa situação mundial produziu uma sociedade de exclusão. O ser humano participa de um sistema no qual vende abstratamente sua mão de obra e integra uma engrenagem (montada) para produzir acumulação infinita de capital (Kurz, 2003, *apud* Marinucci; Milesi, 2011, p. 4).

O posicionamento nos leva a reflexão das motivações relacionadas aos recentes movimentos migratórios, que como mencionado no tópico anterior tratam-se de migrações de crise e não crises migratórias, demonstrando estar a migração diretamente relacionada ao movimento do capitalismo e sua engrenagem que termina por coibir as parcelas menos abastadas da sociedade para fora de seus espaços de origem em busca de não simplesmente melhores condições de vida, mas de condições mínimas de sobrevivência (Kurz, 2003, *apud*, Marinucci; Milesi, 2011).

Haas (2010) citado por Salum (2019, p. 5) traz a perspectiva de que há “uma mudança de paradigma científico e na elaboração de políticas que têm se distanciado das teorias clássicas sobre migrações”, destacando ainda que novas abordagens quanto à relação entre migração e desenvolvimento estão intimamente conectadas à conceituação do que de fato se compreende por desenvolvimento.

A partir desse ponto, os estudos acerca do tema tomam certa distância das discussões com enfoque nas questões economicistas e passam a buscar aspectos mais amplos para subsidiar a compreensão do tema, e cabe aqui mencionarmos o posicionamento de Amartya Sen (1999) ao discutir quais critérios são apropriados

para avaliação do quão desenvolvido é um país ou comunidade, o autor se posiciona no sentido de que os fatores econômicos não devem ser ignorados no entanto também não devem ser tomados isoladamente, uma vez que:

(...) há também outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam, e existem boas razões para estudar a natureza e o alcance dessas inter-relações. De fato, precisamente porque as privações de renda e as privações de capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos, é importante não cairmos na ilusão de pensar que levar em conta as primeiras de algum modo nos dirá alguma coisa sobre as segundas. (Sen, 1999, p. 35).

Entendemos que este posicionamento faz sentido também ao analisarmos as migrações, tendo em vista ser um movimento complexo que envolve diferentes níveis de relações e condições, em escalas locais e internacionais. Massey et. al. (2008, p. 437) em sua introdução à apresentação das diferentes teorias da migração, destaca a diversidade de enfoques, ao nos dizer que alguns níveis de análise se atêm a questões mais individuais, outras ao nível familiar, ou ao nível nacional e algumas tem enfoque internacional, no entanto as teorias não devem ser consideradas de maneira excludentes ou incompatíveis *a priori*, considerando um ganho maior para a ciência se pensarmos as teorias de maneira complementar, tendo em vista a complexidade do tema:

No obstante, los distintos modelos reflejan diferentes enfoques, objetivos e intereses investigadores, así como distintas formas de descomponer un sujeto enormemente complejo en partes analíticamente manejables; y unas bases firmes para el juicio de su consistencia requieren que la lógica interna, proposiciones, razonamientos e hipótesis decada teoría sean claramente especificadas y bien entendidas. (Massey et. al.2008, p. 438)

Nesse sentido compreende-se que o estudo das migrações não encontra aporte em uma única teoria ou mesmo uma teoria geral da migração, tendo em vista as diferentes nuances do tema e sua extensão, Arango (2000) e Massey et. al. (2008), por exemplo, pontuam que a tentativa de construção de uma teoria da migração que fosse abrangente o bastante para conter toda a discussão a respeito terminaria por ser desnecessária, uma vez que precisaria ser demasiadamente abstrata ou genérica o que em termos práticos a tornaria inútil. Dispomos, porém de uma variedade de teorias que se encontram em diferentes disciplinas.

3.3 Teorias da Migração

Não temos aqui a intenção de realizar extensa revisão bibliográfica a respeito das diferentes teorias da migração, senão apontar alguns posicionamentos relevantes que foram construídos ao longo da história. E nesse caminho, ao abordarmos tal conjunto teórico, é imperativo iniciarmos por Ernest George Ravenstein (1876,1885,1889), geógrafo inglês, que em fins do século XIX, publicou três textos nos quais abordava o que ele nomeou de “Leis da Migração”.⁸

O autor é considerado como imperativo ao início das discussões tendo em vista ter sido pioneiro na abordagem do tema, de acordo com Nolasco, (2016, p. 15.) é considerado o primeiro e único autor clássico a respeito. As leis a que se referem o autor foram formuladas com base em dados empíricos e foram elaboradas “enquanto conjunto de proposições generalistas”, Everett Lee (1965) ao discutir o trabalho do geógrafo, elenca as 7 leis elaboradas por este, destacando que as cinco primeiras são citadas literalmente como aparecem no primeiro trabalho e as duas últimas são conclusões tiradas a partir do segundo escrito.

1. Migration and distance; (...) 2. Migration by stages (...) 3. Stream and counterstream (...) 4. Urban-rural differences in propensity to migrate (...) 5. Predominance of females among shortdistance migrants (...) 6. Technology and migration (...) 7. Dominance of the economic motive (...) (LEE, 1965, p. 48)

De acordo com esta teoria, as migrações acontecem em decorrência de disparidades econômicas entre diferentes áreas, no qual os grandes centros urbanos, em virtude de um forte comércio ou da industrialização, seriam as áreas de atração e as zonas rurais, consideradas como áreas de repulsão. Outro fator a ser considerado seria a distância, uma vez que quanto mais distante menor seria o volume da migração e nesses casos ela seria feita em etapas, o geógrafo destaca também que conforme as tecnologias e vão se aprimorando, em especial relativas a meios de transporte, a migração vai também aumentando.

“O excessivo positivismo que fundamenta as leis, a interpretação simplista, a ausência de um enquadramento teórico e ainda a pretensão generalista das leis.” (Nolasco, 2016, p. 15.) são algumas das principais críticas à teoria. No entanto a

⁸ De acordo com Nolasco (2016, p. 15): “The Birthplace of People and the Laws of Migrations” – 1876, Geographical Magazine, “The Laws of Migrations” - 1885 e 1889, Journal of the Royal Statistical Society,

despeito das críticas que se possa tecer a respeito, Ravenstein (1876,1885,1889) este deve ser reconhecido por seu pioneirismo, bem como pelo fato de ter lançado bases teóricas e metodológicas que posteriormente seriam adaptadas e desenvolvidas. Sua concepção de atração x repulsão ou *push-pull*, como já mencionado considera uma divisão na qual algumas áreas seriam atrativas, em decorrência de uma maior oferta de oportunidades econômicas e outras seriam o oposto, em virtude da escassez destas mesmas oportunidades.

Evertt Lee (1966, p. 50) passa então a reinterpretar as Leis propostas por Ravenstein, e aponta quatro fatores que influenciam na decisão de migrar: “1. *Factors associated with the area of origin*. 2. *Factors associated with the area of destination*. 3. *Intervening obstacles*. 4. *Personal factors*.” por mais que considere a existência de fatores no local de origem e no local de destino que interfiram na decisão, de acordo com Lee a situação deve ser interpretada sob outro ponto de vista, ele usa alguns exemplos como uma região com bom clima, apesar de não especificar o que se entende por “bom clima”, defende que esta região seria atraente de modo geral para maioria das pessoas, ao passo que uma vizinhança que tenha uma boa escola é importante e atrativa para uma família com filhos, no entanto para alguém que não tenha filhos é indiferente, podendo inclusive ser uma área indesejada. Devem ainda ser considerados fatores intervenientes como políticas migratórias de cada país, os custos da viagem, barreiras físicas e distância.

Como mencionado alguns parágrafos acima, as Leis de Ravenstein (1876,1885,1889) seguiram por influenciar as teorias migratórias, servido de base para diversas formulações posteriores, tais como as Teorias Neoclássicas Macro e Micro, que partem do modelo de atração e repulsão e sistematiza as ideias a respeito de migração sob o enfoque da economia política, sob um tripé formado por racionalismo, individualismo e liberalismo. Nesse sentido Nolasco, (2016,p.19) sumariza os fundamentos desta teoria, de acordo com a qual os indivíduos são considerados como seres, conscientes que tomam decisões de maneira livre, após análise e considerações quanto as limitações em seu território e as possibilidades de ganho financeiro em diferentes regiões das quais tenha informações, suas decisões seriam então livremente tomadas, sem qualquer constrangimento exterior. A migração seria principalmente empreendida pelas pessoas mais pobres de uma comunidade ou localidade e sempre com vistas a uma melhoria financeira e salarial, sendo o mercado de trabalho o enquadramento no qual esta teoria assenta sua análise.

A vertente Neoclássica que adota a perspectiva macroeconômica parte da ideia de que as diferenças salariais entre os países é o que desencadeia os movimentos migratórios e que em decorrência disso, o mercado de trabalho é o principal fator da migração, uma vez que nenhum outro aspecto seria tão relevante na decisão migratória, o que levaria a possibilidade de controle do fluxo migratório por parte dos Estados a partir da regulação do mercado de trabalho nos países que são estatisticamente considerados como países de acolhimento e também nos países de origem. Nesse mesmo raciocínio, após algum período o equilíbrio salarial entre os países seria o resultado, tendo em vista que o fluxo de imigrantes faria com que os salários nos países de acolhimento se nivelassem e os salários nos países de origem subiriam, e isso seria suficiente para acabar com a circulação de trabalhadores o que faria com a migração deixasse de ocorrer.

(Massey et. al. 2008, p. 438-439)

O recorte microeconômico dessa teoria tem um enfoque principalmente nos atores individuais, também considera o mercado de trabalho como principal impulsionador dos fluxos migratórios, mas sob uma perspectiva centrada em decisões individuais, relacionadas ao cálculo de custo-benefício realizado pelo potencial migrante, num contexto em que não houvesse diferença entre taxas de lucro ou emprego entre os países a migração não ocorreria. *“La migración continuará hasta que las expectativas de beneficio (el producto entre el índice de ganancia y el de empleo) sean equiparadas internacionalmente (el resultado de los costes de desplazamiento)”* e os deslocamentos teriam um fim quando esse produto se igualasse. (Massey et. al. 2008, Nolasco, 2016)

Como previamente mencionado não temos a intenção de discorrer minuciosamente a respeito das diferentes teorias da migração formuladas desde Ravenstein (1876,1885,1889), as teorias acima mencionadas têm o intuito de apontar o motivo pelo qual a teoria das Redes Migratórias foi escolhida como fundamento teórico da investigação que propomos. O observar das diferentes teorias nos mostra, muito mais do que uma classificação de certo ou errado, mas que a migração tem diferentes faces e se dá sob diferentes perspectivas, mas que, no entanto, há uma tendência acadêmica e histórica de ser analisada sob o viés econômico. Não descartamos que este seja um ponto relevante para o estudo das migrações, no entanto nossa hipótese é a de que a ação das Redes Migratórias acaba por fortalecer, e em muitos casos definir, o destino de determinados fluxos migratórios.

3.3.1 As Redes Migratórias

Estudar migrações sob a perspectiva das redes migratórias como ativadoras e dinamizadoras das migrações transnacionais é um caminho teórico que viabiliza questionar o enfoque economicista, como o principal, senão o único, fator determinante na decisão migratória, oriundo tanto da perspectiva marxista quanto neoliberal, bem como o rompimento com a ideia que sugere que a migração se dá a partir da ruptura dos laços com a sociedade de origem e a completa inserção em outra, (Cuberos Gallardo, 2009; Pedone, 2005; Ramírez Gallegos; Ramirez, 2005), o que constitui um movimento valioso, uma vez que, nos permite resgatar aspectos subjetivos e sociais em outros âmbitos, abrindo um espaço para a observação da influência das relações entre pessoas e comunidades e da circulação de informações, na migração.

Reforçando o que nos propõe Sen (1999), há muito mais que se considerar quando analisamos questões sociais, não devendo nos concentrar apenas em aspectos relativos a renda ou fatores econômicos como os únicos, e em alguns casos até mesmo como um fator sequer determinante, apesar de muito importantes.

Si tradicionalmente se ha enfatizado la importancia de los factores macroeconómicos – en forma de “factores de atracción” o “de expulsión” – obras como las de Ramírez y Ramírez o Herrera han invitado acertadamente a tener en cuenta la propia acción de las redes como elemento para la conformación sine qua non de flujos migratorios y su sostenimiento en el tiempo. (Cuberos Gallardo, 2009, p. 64)

Nas palavras de Claudia Pedone (2005, p. 106) esta *“perspectiva de análisis nos permite abordar la construcción dinámica de las relaciones interpersonales en las cuales los migrantes de ambos sexos están inmersos en tiempos y espacios determinados”*, sob o viés das redes há então a possibilidade de aprofundamento no estudo e compreensão quanto as construções, que chamaremos também de estratégias, que ocorrem para o embasamento das decisões pessoais, da unidade familiar, a partir da investigação do contexto no qual esses potenciais imigrantes estão inseridos bem como as expectativas que são tecidas a respeito do lugar de destino, das relações humanas de expectativa, dos conflitos e tensões, o que de alguma maneira resgata as ideias de Lee (1965) sobre os fatores intervenientes mas que sob as perspectivas das redes volta seu olhar às relações humanas mais do que aos fatores econômicos.

Tendo em vista que:

Las redes migratorias vinculan de manera dinámica, las poblaciones de la sociedad de origen y la de llegada y trascienden a los actores individuales. Por ello, es necesario investigar sistemáticamente las variaciones en la forma y función de las redes migratorias de distintos tipos de migraciones, aspectos culturales, contextos económicos, sociopolíticos y culturales. (Pedone, 2005, p. 108)

Redes Migratórias são compostas pelo entretecimento de pessoas e relações, que muitas vezes atravessam gerações, podem ser compostas por familiares, vizinhos, conhecidos ou pessoas que tenham em comum apenas o fato de pertencer a um mesmo bairro ou vizinhança em seus países de origem. No entanto essa tecidura tem um objetivo específico que é o da migração, (Massey et. al. 2008, Cuberos Gallardo, 2009).

Cabe aqui diferenciarmos a ideia de Cadeias Migratórias das Redes Migratórias, tendo em vista de que a partir do final dos anos 1980 começa-se a estabelecer uma distinção mais clara entre estas ideias, (Truzzi, 2008, p. 203), as Cadeias seriam então estruturas que existem dentro das Redes Migratórias e constituem-se em um âmbito doméstico mas que abrangem além das unidades familiares.

Nas palavras de Cláudia Pedone, (2005, p. 108) as cadeias são precisamente as pessoas do contexto local do potencial migrante que colaboram para que seja possível se realizar a empreitada de migrar, oferecendo apoio material, informações sobre documentos e demais detalhes necessários para que a viagem possa ocorrer, sua ação limita-se ao contexto local, no entanto, não confundindo-se com a atuação da rede.

Usaremos, portanto, essa conceituação ao longo do trabalho, ao nos referirmos às estruturas locais do local de origem, trataremos de Cadeias e às estruturas maiores e interpaíses Redes, no entanto destacamos o posicionamento de Truzzi (2008), ao ressaltar que o mais relevante quanto a essa teoria é que seus conceitos procuram:

(...) sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros. (Truzzi, 2008, p. 203)

De acordo com Ramírez Gallegos e Ramírez, (2005, p. 73) as redes são microestruturas socioespaciais que possuem um funcionamento próprio, formam-se de maneira contingente e descentralizada a partir de ações sociais individuais e coletivas, quando em funcionamento as redes sustentam movimentos migratórios no tempo e no espaço e em decorrência disso, desencadeiam o que os autores chamam de “*repertorios de acción migratoria*”, do qual trataremos com mais detalhes adiante, que se formam a partir da sobreposição dessas ações e da recorrência destas, desencadeando um efeito de aprendizagem coletivo, o que significa dizer que a maneira como a rede vai se formando e as decisões que vão sendo tomadas, pautam as ações dos futuros migrantes naquela rede, tais como a maneira de realizar a viagem, ou a vizinhança específica escolhida para a residência no local de destino, e etc.

Observa-se então que em alguns contextos, as Redes são elementos sem os quais o fluxo migratório para determinados destinos não ocorreria, elas direcionam e sustentam o fluxo a partir de sua ação no território de destino mas são também responsáveis pela possibilidade de continuidade de contato e comunicação com a sociedade do local de origem, além da forte atuação no sentido de possibilitar ou facilitar a inserção dos recém chegados, esclarecendo questões burocráticas, apontando o caminho entre instituições governamentais e não governamentais, auxiliando com moradia e demais trâmites iniciais naturais e necessários para qualquer contexto de mudança e essenciais na primeira fase da inserção na sociedade de destino. O que colabora para amenizar os custos iniciais decorrentes do movimento de instalação. (Cuberos Gallardo, 2009, p. 64)

A expansão da rede transforma-a em uma estrutura estabelecida e desenvolvida que leva à pavimentação de um caminho que será feito por diversos outros imigrantes que a ela estejam ligados, e, conforme torna-se essa estrutura mais desenvolvida a Rede tende a se compor de maneira autônoma à fatores positivos ou negativos associados ao destino, (Pedone, 2005, p. 108), momento a partir do qual as conotações econômicas da decisão ou eleição de determinado lugar tomam um lugar a margem, uma vez que o fortalecimento da Rede vai paulatinamente ofuscar os riscos e custos do deslocamento, como nos aponta Massey et. al. (2008, p. 460).

Essa pavimentação acima mencionada é teorizada por Ramírez Gallegos e Ramírez (2005), que emprestando conceitos formulados no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais, atribuídos especialmente a Charles Tilly (1992, 1986), aponta que

por mais que cada movimento migratório seja repleto de particularidades a partir de estratégias que consideram “contextos institucionais e lugares sociais” (livremente traduzido) é possível apontar um conjunto de ações que encadeiam e passam a existir de maneira padronizada, resguardados os pontos já mencionados de contexto, essas ações “*al articularse dentro de nexos sociales específicos dentro de una red más amplia, terminan por ser incorporados, compartidos y reproducidos por el conjunto inmigrante*” (Ramírez Gallegos e Ramírez, 2005, p. 73-74). Esse conjunto de ações padronizadas e que podemos observar como recorrentes, são nomeadas de repertório de ação migrante, numa tradução livre.

Esse repertório pode ser também pensado como um movimento cíclico, uma vez que o último passo deste é justamente o momento no qual se desencadeiam novos processos de deslocamento dentro da mesma Rede. Nos tópicos a seguir teceremos considerações a respeito de cada etapa ou passo, como preferimos chamar, mas são estes: 1. O enquadramento social da decisão de migração, 2. A provisão de recursos, 3. A viagem, 4. A instalação e inserção na cidade de destino e 5. Comunicação e circulação de informações e recursos.

3.3.2 Repertório da ação imigratória.

a. O enquadramento social da decisão de migração e a provisão de recursos.

A decisão de migrar é então o primeiro momento do repertório da ação migratória, ou apenas repertório daqui em diante, como discorreremos abaixo, essa decisão envolve diversos aspectos, Ramírez Gallegos e Ramirez (2005, p. 73) destacam este como o momento da tomada de decisão de emigrar, como uma nova estratégia social e econômica, podendo ser um processo individual ou coletivo e não diz respeito unicamente a decisão em si, mas ao enquadramento social no qual esta decisão é tomada, que tem relação tanto com o contexto social no qual a pessoa está inserida quanto com as redes migratórias previamente formadas. Como poderemos observar o raciocínio é construído de maneira cíclica, uma vez que a decisão de migrar e o enquadramento social dessa decisão é, nos casos da Rede Migratória, precedido da circulação de informações e remessas financeiras que sinalizam o último item ou passo, do repertório.

Compreender a relevância das discussões quanto a esse momento é basilar, tendo em vista que as diferentes abordagens teóricas atribuem maior ou menor grau de decisão e àqueles que migram. Nesse sentido observemos o que nos diz Silva (2017):

Na verdade, o que se coloca nesta discussão é como balizar o caráter “espontâneo” ou determinante da migração, sem correr o risco de, por um lado, naturalizá-lo, ou, por outro, atribuir-lhe uma determinação que confere demasiada importância a fatores estruturais. Esse dilema já fora enfrentado pelas análises clássicas e histórico-estruturais da migração, em cuja visão os fatores de “atração e expulsão” são determinantes na decisão de migrar, não restando ao indivíduo ou grupo outra saída, a não ser partir. Já na perspectiva da rede, outros fatores acabam pesando, como oportunidades disponíveis, fluxo de saída a partir de quem vai primeiro, questões legais de permanência e reunificação familiar, existência ou não de redes de apoio no destino, questões culturais, socioambientais, entre outras. (Silva, 2017, p. 111)

A interpretação do autor é de que os fatores de atração x repulsão seriam determinantes e que a perspectiva das Redes confere um caráter opcional e de uma tomada de decisão livre, refletida e calculada. No entanto, apesar de entendermos que, sob a perspectiva das Redes, o potencial migrante exerce de maneira consciente a decisão de para onde migrar, e que esta decisão não se fundamente unicamente em aspectos econômicos, a decisão não parte de um enquadramento livre de fatores de expulsão, uma vez que se trata de migrações de crise, desencadeadoras de deslocamentos.

Tendo em vista que no contexto das questões abordadas neste trabalho, a decisão de migrar não é tomada de maneira livre ou espontânea, tendo em vista ser decorrente de expulsões desencadeadas nos locais de origem desencadeadoras de migrações de crise, há que se considerar que ao usarmos o vocábulo “decisões” não nos referimos a uma escolha livre e meramente relacionada ao desejo de deslocar-se o que complexifica a discussão, uma vez que quando tratamos de migrações de crise, o ficar colocaria em risco a vida dos envolvidos.

Sendo assim, mesmo que impelidos por aquilo que o modelo *push-pull* classificaria como fatores de repulsão, os migrantes dos quais tratamos neste trabalho não escolheram migrar, no sentido que a palavra escolha envolva a liberdade de poder decidir entre ficar ou partir. No entanto, entendemos que a decisão quanto ao destino não se relaciona apenas com os fatores econômicos do lugar de destino e muito mais com a rede migratória já ali instalada, o migrante não estaria limitado pelas opções apontadas pelo mercado de trabalho ou fatores econômico-financeiros, mas faria reflexões a partir das informações advindas da Rede a qual tem acesso, bem como

levaria em consideração a própria existência da Rede no local de destino, uma vez que a existência da Rede possibilitaria a ele uma inserção na sociedade de destino a partir do convívio com compatriotas, amenizando os impactos culturais e financeiros, por exemplo.

Por fim, a existência da rede e o fluxo contínuo de comunicação entre as pessoas no local de origem e destino aponta para o fato de que estas pessoas não serão meramente assimiladas pelo local de destino de maneira a ter sua cultura ou seus laços familiares ou culturais extirpados, não ocorrendo uma ruptura definitiva, na maioria dos casos. Daí a dizer-se que a concepção do estudo das migrações a partir das Redes permite uma melhor compreensão do deslocamento, bem como do fenômeno como um todo.

O enquadramento social da decisão migratória é composto por um leque de aspectos de diferentes âmbitos da vida quotidiana, desde os mais objetivos como os mais subjetivos, ou materiais e simbólicos, como por exemplo a *doble cualidad de la crisis*, (Ramírez Gallegos e Ramírez, 2005) que é evidenciada quando tomada a decisão de migrar, uma vez que de um lado, existe uma forte percepção de que há grande limitação nas possibilidades no contexto em que a pessoa está inserida, em seu país de origem, e por outro, há um conjunto de novas possibilidades para além do espaço local e nacional.

No caso do Equador, as famílias ouvidas pelos pesquisadores apontavam como um marco da decisão de imigrar a crise bancária de 1999 e seus efeitos na economia do país, hipótese que acreditamos de alguma maneira se relacionar com o que também ocorreu com os imigrantes e refugiados que se deslocaram para Araguaína-TO, de que parte do enquadramento social das decisões de migrar tem forte relação com crises multivetoriais em seus países de origem (Pedone, 2005; Gallegos, Ramirez, 2005).

Compondo este enquadramento, temos o *tempo dólar* que faz referência a interferência à cotação do dólar, como fator que facilitaria ou não a tomada da decisão quanto ao melhor momento (*tiempo sucre*) para empreender-se a viagem; destacamos aqui que o momento financeiro é relevante para além dos custos da viagem, como transporte e alimentação, mas se considerarmos que algumas famílias se desfazem de bens móveis e imóveis para o deslocamento, isso também deve ser sopesado na escolha do melhor momento para venda dos bens.

Nesse sentido este seria o segundo momento, dentro do repertório da ação migratória, qual seja o da provisão de recursos, momento no qual a unidade migratória se articula para a obtenção dos recursos necessários para a realização da viagem, é comum que o valor arrecadado seja suficiente para a viagem de apenas um dos membros da unidade. Quando é possível, a própria unidade provê os recursos, quando não, eles podem ser conseguidos com pessoas da relação próxima como amigos, vizinhos etc. ou agentes externos formais ou informais, esse último sendo o mais comum quando se trata de alguém que migra sozinho, sem uma articulação com unidade migratória.

Apesar de constituírem momentos separados dentro do repertório proposto pelos autores, entendemos que a provisão de recursos se trata de um momento tão atrelado ao enquadramento social da decisão que decidimos por uni-los em um único tópico. (Gallegos, Ramírez, 2005, p. 76).

Para além desses fatores, relacionados ao contexto local/nacional e financeiro, há o posicionamento da rede, que alimenta narrativas e expectativas a partir do local de potencial destino:

En tal operación de posicionamiento juegan a favor, en segundo lugar, los imaginarios, narrativas y representaciones que circulan en el entorno social del migrante. Los relatos de los familiares en el exterior, de los medios de comunicación y de otros agentes de las redes sociales, intervienen en la construcción de imágenes que terminan por apuntalar la decisión de salir del país. En ellas se habla del relativo. (Ramírez Gallegos; Ramirez; 2005, p. 78)

O posicionamento da rede, as narrativas que se fazem do lugar de destino e todos os aspectos que envolvem a troca de informações que ocorre, colaboram para todo o enquadramento decisório, influenciando desde o local, como o quando, o como e influenciando também no sentido da decisão de quem deverá realizar a viagem. (Pedone, 2005, p. 106)

Observamos que é comum (Massey *et. al.* 2008; Pedone, 2005; Gallegos, Ramirez; 2005; Gallardo, 2009; Pedone, 2008; Castles, 2000) que as redes migratórias se fortaleçam a partir de deslocamentos iniciais de um integrante da unidade familiar, em alguns casos os homens se deslocam primeiro em outros processos ocorre uma feminilização do deslocamento, no entanto entendemos que esta deve ser considerada uma característica específica de cada rede e que em alguns fluxos específicos pode haver o deslocamento de alguns grupos familiares mesmo nos estágios iniciais da Rede.

No entanto por mais relevante que sejam os aspectos práticos relacionados ao deslocamento, há a compreensão de que a partir de certo estágio de estabilidade da Rede, mesmo quando as condições de migração ou as dificuldades de inserção digna na vida social no país de origem revelam-se completamente insalubres, isso não é o suficiente para demover os potenciais migrantes da tentativa, sendo estas vistas como condições características da migração e o enfrentamento destas e sua superação, vistas como um ato heroico. (Ramírez Gallegos; Ramirez, 2005, p. 80)

b. A viagem.

O momento da viagem, o terceiro passo do repertório, é quando a viagem se inicia, e diz respeito ao efetivo deslocamento, que pode ter suas características específicas afetadas pela maneira como ocorre, se legal ou ilegalmente, mas, para além do deslocamento físico é também momento de ruptura dos universos emocionais ligados ao fato da separação familiar, fatores que fazem com que a viagem se torne muito mais do que apenas a conta das horas que se leva para chegar até o destino (Ramírez Gallegos; Ramirez, 2005, p. 76).

Como previamente mencionado, a migração tem características específicas em determinados contextos, em alguns fluxos observa-se uma maior incidência de homens que se deslocam para depois ocorrer o encontro familiar no local de destino, em alguns fluxos observa-se deslocamentos de mulheres que são seguidas por seus filhos, Claudia Pedone (2008, p. 46) ao abordar a migração equatoriana no início dos anos 2000, comenta como a aceleração e a feminização da migração causava um impacto diferente nas estruturas familiares, em relação a situações prévias nas quais a migração não ocorria tão aceleradamente e era constituída principalmente da partida de homens num primeiro momento, nas palavras da autora: *abordamos las consecuencias que acarrea la fragmentación familiar debido a la migración y los arreglos familiares para gestionar la vida cotidiana como las estrategias de reproducción social y los cambios en los roles familiares mantenidos hasta el momento.* (Pedone, 2008, p. 47).

O deslocamento para um país diferente, na melhor das situações é uma experiência que causará diversos impactos emocionais, mesmo quando feita a partir de uma decisão livremente tomada a viagem é um marco pois sinaliza o início do afastamento do até então mundo conhecido a um destino composto, principalmente,

por um leque abrangente de incertezas. Nos contextos em que esse deslocamento se dá decorrente das expulsões que tratamos aqui, os impactos e têm sido apontados como ainda mais graves:

Estas experiências estressoras podem colocar os imigrantes em risco de problemas de saúde mental, incluindo Transtornos Depressivos e de Ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e, a chamada Síndrome de Estresse Crônico e Múltiplo (ou Síndrome de Ulisses), um termo utilizado por alguns autores para descrever um conjunto de sintomas depressivos, ansiosos e somáticos oriundo da exposição a múltiplos fatores estressores relacionados à migração (Bustamante, Brietzke e Cerqueira, 2017. p. 134)

Além das questões acima pontuadas, que Bustamante⁹, Brietzke e Cerqueira (2017) nomeiam de estressores pontuais, existem questões quanto ao afastamento de sua cultura de origem, de seu idioma, do contato social e do lugar que se ocupa nesta sociedade, da unidade familiar, compreendendo além dos laços sanguíneos a vizinhança e suas relações próximas e até mesmo das paisagens e características climáticas do local de origem além do temor pela integridade física, de acordo com Pereira e Gil Filho (2014, p. 204), Della Pasqua e Dal Molin (2009) nomeiam esses aspectos como os sete tipos de luto no processo migratório.

De acordo com os autores:

O sentido de expulsão e o sentimento de perda do ideal de pátria podem ser semelhantes à desintegração da própria identidade e, portanto, causadores de sofrimento mental. Retomar o sentimento de referência lida de é uma experiência de separação e luto que força o migrante a passar por mudanças as quais podem ultrapassar as referências que lhe sustentaram até o momento de emigrar. (Pereira, Gil Filho, 2014, p. 204)

Não temos aqui a intenção de extrapolar o campo de estudos, invadindo outros ramos da ciência, apenas ressaltar que o momento do deslocamento pode ser desencadeador de diversos quadros que se relacionam com as Redes, tendo em vista que a existência e o contato com uma Rede no local de destino tendem a suavizar os impactos causados pelo afastamento característico da migração. Ponto este que se relaciona com o próximo passo do repertório.

c. A instalação e inserção na cidade de destino.

O quarto passo do repertório é a chegada e instalação inicial no local de destino, momento no qual as redes locais e familiares construídas em torno de cada

⁹ Lineth Hiordana Ugarte Bustamante e Elisa Brietzke

imigrante são ativadas mais intensamente. Cuberos Gallardo, (2009, p. 69) nos diz que *as redes migratorias comportan ventajas evidentes en todas las facetas de la migración, pero es probablemente durante la primera fase de inserción en destino cuando dichas ventajas se manifiestan con mayor nitidez.*

O recém-chegado, em contato com os familiares, os conhecidos, conterrâneos e usa essas informações e recursos para encontrar um local de moradia, apresentar-se a possíveis empregadores e dá os passos iniciais no conhecimento básico para transitar pelo novo espaço. A inserção social ou integração diz respeito a um processo de adaptação, aprendizagem e socialização com seu lugar de destino, e isso se dá também por meio da ativação de suas prévias conexões, passa então a ocupar os espaços públicos e se produzem novas formas de organização. E é um momento de destaque para a atuação da rede no local de destino, mostrando sua eficiência e poderio uma vez que a maneira como a rede recepcionará este imigrante poderá colaborar para sua integração ou exclusão, o que, de uma maneira ou outra, marcará sua experiência migratória de maneira axiomática (Ramírez Gallegos; Ramirez, 2005, p. 47).

Cuberos Gallardo, (2009, p. 69 - 71) pontua no sentido de que a partir do momento em que o projeto migratório encontra no local de destino uma Rede fortalecida e estável, isso tende a diminuir as possibilidades de retorno, novamente, um movimento cíclico, uma vez que a cada novo migrante que se estabelece a tendência é que as informações circulem ainda mais entre a cadeia migratória do local de origem, incentivando o deslocamento de mais pessoas para aquela localidade. O autor destaca ainda que mesmo em locais em que há menos protagonismo na atuação de uma Rede informal e a atuação de ONGs e entidades de acolhimento de imigrantes em funcionamento, há uma maior confiança dos migrantes em relação às Redes informais.

Como todos os aspectos da migração, a inserção no local de destino é também um momento multifacetado, no entanto, damos aqui especial destaque a inclusão laboral tendo em vista a relevância desta como possibilitadora ou facilitadora para os demais níveis de inclusão ou integração social, no local de destino. Uma vez que compreendemos que:

O trabalho desempenhado pelo homem é caracterizado justamente pela capacidade de transmitir significado à natureza por meio de ações planejadas e conscientes e o seu processo tem como fim a produção de um valor de uso,

ou seja, um produto criado para satisfazer necessidades humanas. Nas sociedades capitalistas, tal processo tem como objetivo a produção não só de valores de uso, mas, principalmente, de valores de troca, isto é, mercadorias com vistas à valorização do capital, nas palavras de Coutinho, possuindo papel importante para toda a história da evolução humana e determinante para a manutenção da vida do homem, tanto individual como coletiva. (Albuquerque Gomes, 2021, p. 47-48)

Sob a perspectiva do trabalho como importante fator de integração social, há que se fazer um exercício de aproximação a situações do dia a dia, para que seja possível compreender quais fatores afetam e afastam os imigrantes do acesso ao mercado de trabalho formal. Dentre os principais impeditivos, encontramos aspectos de ordem subjetiva, como o pânico moral ao qual se refere Bauman (2017), mediante a ideia de que os imigrantes estariam tomando o lugar ou valendo-se de direitos que poderiam beneficiar nacionais, que, hipoteticamente, se veem desamparados em razão da presença dos imigrantes.

Há ainda razões de ordem burocrática, tais como a falta de conhecimento dos empregadores a respeito da lei, as dificuldades que se impõem para obtenção da documentação necessária, nas palavras de Lima e Castilho (2020):

Dentre as dificuldades apontadas, as empresas mostram os óbices na abertura de contas correntes, acesso a documentação necessária para estar em dia com as questões trabalhistas, e todas as demais dificuldades em integrar colaboradores migrantes a folha de pagamentos, visto que, tal situação demanda flexibilização nos processos de documentação, apresentação de certificados e comprovações de formação profissional. (Lima, Castilho, p. 403, 2020)

Nesse mesmo sentido, abordando o tema do trabalhador migrante sob a perspectiva da ação do estado e das organizações sociais para a preservação dos direitos humanos, Nicola Vetrano (2015) nos diz que:

De fato, a esperá-los existe um mercado de trabalho no qual, como consequência do processo de mundialização e de revolução tecnológica baseada na microeletrônica, se constituiu o maior exército industrial de reserva de toda história do capitalismo moderno. Portanto, na grande maioria dos casos, aquilo que na expectativa deles deveria ser o seu Eldorado, assim apresentado pelos meios de comunicação de massa, se substancia no aprofundamento, na mais total marginalização social no mundo do trabalho informal e ocasional e por salários insuficientes até mesmo para assegurar com regularidade o alimento cotidiano. (Vetrano, 2015)

Em outras palavras, a situação narrada acima traduz o que se passa com muitos daqueles aos quais Robert Castel (2015) denomina como os “supranumerários” ou os “inúteis para o mundo”, uma vez que, reforçando as ideias

acima apontadas, o autor nos ensina que o trabalho é mais que o trabalho e o não trabalho é bem mais que o desemprego, visto que a condição de trabalhador é uma maneira de integrar a pessoa à sociedade.

Por sua vez, Antunes e Alves (2004), ao discutirem as maneiras pelas quais o mundo do trabalho vem sendo fragmentado e complexificado, nos mostram que o movimento que aumenta as fileiras de supranumerários tem raízes na desestruturação do estado de bem-estar social, corroborado, dentre diversos fatores, para o “crescente processo de internacionalização do capital” (Antunes, Alvez, 2004, p. 342).

Diante disso, para que seja possível um estudo que se aproxime da realidade, ao tratarmos do mundo do trabalho, os autores no apontam, ainda, que, além de considerarmos as já conhecidas e comumente abordadas clivagens, é preciso que nos voltemos também àqueles que participam do mundo do trabalho, estando excluídos dele, em sua acepção formal, vejamos:

Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital (que hoje, como vimos acima, transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos nos serviços) e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalhos não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. (Antunes, Alves, 2004, p. 342)

Começamos, assim, a compreender o contexto no qual a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho encontra tantos desafios, que acabam por desencadear a inserção destes no mercado de trabalho informal, o que leva, na maioria dos casos, a um agravamento da situação de vulnerabilidade, como apontam os autores supramencionados. Some-se a isso o fato de que muitas dessas pessoas, para evitar uma exclusão ainda maior, aceitam assumir postos que subutilizam suas formações profissionais.

Inserir-se então a discussão quanto a maneira que o discurso de fortalecimento do papel das Redes Migratórias, por parte de governos, vem servindo como justificativa para abstenção em sua atuação estatal a partir da elaboração e implementação de políticas públicas de acolhimento a migrantes. Como podemos observar em alguns casos, o Estado entrega à Rede um papel de corresponsabilidade na recepção e inserção social de imigrantes recém-chegados e sob o manto de um discurso que se baseia em promoção de autonomia e independência, se abstém de

sua atuação. A distorção nessa compreensão, em alguns casos, encontra força para propagação a partir de discursos acadêmicos que reforçam uma visão homeostática do fenômeno, nas palavras de Cuberos Gallardo (2009, p. 65, tradução nossa) estes discursos, abusando de conceitos como capital social ou empoderamento, subsumem o fenômeno da migração transnacional num modelo de governação neoliberal que delega ao indivíduo a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

Em alguns casos, o papel é emprestado a organizações religiosas ou sem fins lucrativos, como pontua Silva, (2017, p. 107) que estudando o acolhimento de haitianos no Brasil a partir de 2010 destaca que a atuação de entidades religiosas foi o principal meio de atuação para recebimento e inserção dessas pessoas ao chegarem ao Brasil, compreendendo papéis desde as atenções primárias como o amparo para contatos trabalhistas e o aprendizado do português, uma vez que o estado não prestou qualquer tipo de ajuda, foi preciso a união de ONGs e entidades religiosas de diferentes denominações para arrecadação de alimentos e disponibilização de locais para organização de abrigos.

No caso dos haitianos, não seria exagero afirmar que, sem a atuação da rede de acolhida católica, a experiência desses imigrantes em terras brasileiras certamente teria sido mais dramática do que realmente foi. A ampla rede de assistência e orientação foi, na verdade, mais um agente facilitador da mobilidade haitiana pelo Brasil, na medida em que eles usufruíram da sua ampla estrutura para resolver questões mais imediatas, como obter alojamento temporário, alimentação, encaminhar documentação, buscar trabalho, conseguir recursos para viagem, buscar atendimento psicológico, aprender a língua portuguesa, entre outras. A passagem deles pela Amazônia está relacionada, sobretudo, com as exigências legais do visto de entrada no Brasil, já que a não posse de tal documento os obrigou a criar uma rota alternativa de entrada no país. (Silva, 2017, p. 112)

O papel de destaque da Rede no local de acolhimento é inegável e insubstituível, como pudemos observar, pois não diz respeito apenas a questões econômicas, financeiras ou materiais mas inclui diversos aspectos simbólicos ou subjetivos, como o fato de que em Rede o idioma falado ainda é o idioma do local de origem, o contato com as pessoas que não se deslocaram mantém aspectos muito intrincados do existir humano com um certo aspecto de normalidade, as facilitações decorrentes disso, especialmente ao tratarmos de migrações de crise, quando em sua maioria os migrantes não são pessoas “desejadas” pelo local de destino, tendo em vista que este fluxo destaca-se por marcadores raciais e de classe, bastante específicos, no entanto o papel da Rede não deve substituir a atuação estatal.

(Massey et. al. 2008; Silva, 2017; Cuberos Gallardo, 2009) uma vez que por mais relevante que seja a atuação da Rede, esta se vê limitada ao contexto social da localidade na qual se encontra:

Pero sobre este último punto es preciso decir que, llegado el momento de la inserción estable, las redes migratorias se ven subsumidas dentro de redes más amplias, y sometidas a la lógica de un modelo de inserción que reserva a los inmigrantes un papel subalterno, marcado por la precariedad jurídica y laboral. (Cuberos Gallardo, 2009, p. 65)

Diante disso, destacamos a compreensão de que a atuação estatal, cumprindo com os acordos internacionalmente firmados, tratados no capítulo anterior, de maneira consistente e direcionada é indispensável para a adequada inserção do migrante no local de destino, não importando o quão bem estruturadas estejam as Redes Migratórias, a ausência de atuação estatal qualificada continuará por manter pessoas a margem da sociedade. Esta atuação precisa se dar, portanto, por meio da elaboração de Políticas Públicas que alcancem também o nível local, por meio da implementação de “ uma série de ações integradas, planejadas pelo poder público” considerando que para “uma Política Pública ser efetiva, deve prever cada ação com suas metas pré-estabelecidas, com indicação dos responsáveis por cada uma das atribuições e com orçamento executável previsto e definido detalhadamente, com indicações expressas nos planos anuais e plurianuais” (Friedrich, 2020, p. 24).

Como podemos observar pelos números anualmente liberados por organizações como a OIM, agência da ONU para imigrações o número de pessoas deslocadas entre países e internamente continua a crescer e não dá mostras de que vá desacelerar, textos escritos desde 1965, como o de Everett Lee (1965), dão conta de que as migrações estão em constante debate a anos, devemos então considerar o que nos diz Bauman (2017):

Em vez de nos recusarmos a encarar as realidades dos desafios de nossa época, sintetizados na expressão "Um planeta, uma humanidade", lavando as mãos e nos isolando das irritantes diferenças, dessemelhanças e estranhamentos autoimpostos, devemos procurar oportunidades de entrar num contato estreito e cada vez mais íntimo com ele resultando, ao que se espera, numa *fusão* de horizontes, e não numa *fissão* induzida e planejada, embora exacerbante (Bauman, 2017, p. 23, *grifos do autor*).

Nesse contexto reforçamos a importância de que o Estado não se abstenha de sua atuação, atribuindo a Rede um papel de corresponsabilidade, tendo em vista que Redes não são signatárias de tratados internacionais.

d. Comunicação e circulação de informações e recursos.¹⁰

O quinto momento do repertório é crucial uma vez que a partir dele, com a circulação de informações repassadas pelo migrante, que já se inseriu na sociedade de destino, pessoas no local de origem poderão tomar a decisão de fazer o mesmo trajeto. Este é então o momento no qual o contato do imigrante com sua família, é além de uma comunicação pessoal sobre as trivialidades e intimidades de sua vida e suas relações pessoais mas constitui-se um canal de informações que passa a alcançar, em alguns casos, pessoas que não compõem sua unidade familiar no local de origem atingindo um espaço social mais amplo, chegando ao bairro, a comunidade e diferentes espaços, onde, como já dissemos, essas informações e narrativas se reproduzirão e influenciarão nos processos migratórios futuros advindos de sua comunidade de origem. (Ramírez Gallegos, Ramírez, 2005, p. 77)

Além da circulação de informações que se mostra um fator essencial para todo o funcionamento da Rede desde sua formação até seu fortalecimento e estabilização, esse momento é também o momento a partir do qual se intensificam as remessas financeiras e mostram, mais uma vez, o poder da Rede migratória, considerando que as remessas financeiras realizadas colaboram para o fortalecimento da economia nos países de origem, por exemplo, Castles (2000, p. 25) destaca que essas remessas podem influenciar no desenvolvimento dos locais de origem e destaca um aumento das remessas entre 1970 a 1995, passando de US\$ 2 bilhões a US\$ 70 bilhões; o autor destaca ainda a importância de que essas transações fossem feitas via instituições bancárias, considerando que o texto original é de quase três décadas atrás devemos considerar que a relação da internet com as transações bancárias ainda estava um tanto distante de sua popularização.

Apesar do tempo transcorrido desde o texto de Castles (2000), este mostra-se atual, levando em consideração o World Migration Report 2024, o relatório de migrações da ONU por meio da OIM, em sua versão mais recente corrobora com esse posicionamento quando aponta que:

Long-term research and analysis also tells us unequivocally that migration is a driver of human development and can generate significant benefits for migrants, their families and countries of origin. The wages that migrants earn abroad can be many multiples of what they could earn doing similar jobs at home. (Mcauliffe, Oucho, 2024, p. 6)

¹⁰ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20142/noticia>

O relatório também atualiza o volume das remessas, mostrando que em 2000 os valores eram na casa dos US\$ 128 bilhões passando a US\$ 831 bilhões em 2022. Bem como aponta que esse ainda não corresponde ao total do montante que é transferido, tendo em vista que ainda há larga utilização de meios informais, e que essa realidade ficou evidente durante o ano 2020, o primeiro ano da pandemia de Covid-19, no qual, em decorrência do impedimento de utilização dos meios informais houve um aumento inesperado no volume das remessas por canais formais. (MCAULIFFE, OUCHO, 2024, p. 35)

Outro relatório que aborda a temática é o Relatório de Economia Bancária, de 2023, elaborado pelo Banco Central no Brasil - BCB, que fala em um “esforço global para a redução do custo das *remittances*, que são transferências de recursos por migrantes no exterior para seus familiares em seu país de origem” (BCB, 2023), o relatório continua no sentido de reforçar que os valores transferidos são instrumento de combate à pobreza e fonte de renda para famílias ao redor do mundo, razão pela qual o esforço para redução dos custos para o incentivo na realização das remessas de maneira formal, menciona dentre as medidas adotadas o posicionamento do G20, que estabeleceu metas de redução contínua nos custos referentes a transações pessoais e que no Brasil a “Lei 14.286, de 29 de dezembro de 2021, permitiu a adoção de requerimentos proporcionais aos valores das operações e aos riscos envolvidos, em linha com os esforços internacionais para redução de custos e aumento de agilidade dessas remessas.” (BCB, 2023)

Mediante o exposto entendemos que o estudo do fenômeno migratório sob a perspectiva das Redes é o que melhor se adequa a situação ora estudada, no entanto não acreditamos haver uma teoria da migração capaz de comportar todo o fenômeno, sendo mais adequado pensar em teorias que se relacionem mais apropriadamente com deslocamentos específicos.

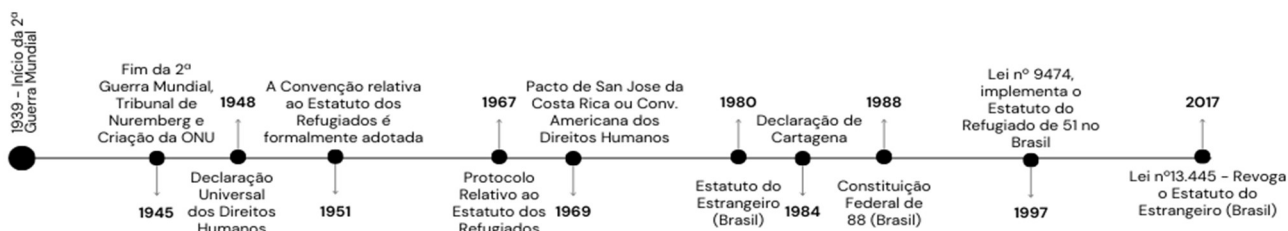
4 DOCUMENTOS INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO NACIONAL

O presente capítulo dedica-se a apresentar as legislações e documentos internacionais em vigência que versem sobre migração, visando apontar as bases legais nas quais se pautam as decisões governamentais e dos demais entes envolvidos no que tem sido chamado de acolhimento de imigrantes. Termo este que discutiremos também ao longo das próximas páginas.

Inicialmente abordaremos os documentos internacionais que se relacionem com migração, caminhando para o plano da América Latina até chegarmos aos aspectos legislativos nacionais, abrangendo em especial discussões a respeito da chamada “Nova Lei de Migração”, que em 2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro e finalizaremos o capítulo abordando aspectos gerais da Operação Acolhida, voltada especialmente para a recepção de refugiados e imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil via fronteiras terrestres em Roraima.

Para tanto, consideraremos a seguinte linha do tempo:

Figura 2 – Documentos Internacionais relacionados à migração



Fonte: Elaborado pela autora.

Entremeadas às considerações atinentes ao acima mencionado apresentaremos também alguns conceitos necessários para uma compreensão adequada do tema tratado, tais como a diferenciação entre as nomenclaturas “migrante” “imigrante” “refugiado”, tal construção se faz cabível tendo em perspectiva que os conceitos são, quando não estabelecidos, mas avalizados pela legislação.

4 1. Documentos internacionais e conceitos iniciais

Lançado em novembro de 2021, o Relatório Anual de Migração 2022 informou que “o número de migrantes internacionais cresceu de 84 milhões em 1970 para 281 milhões em 2020”, e, em outubro de 2022, o relatório *Mid-year trends 2022*, produzido

e divulgado pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, apontava que o deslocamento global atingia novos recordes, reforçava ainda a tendência de contínua escalada que os números vêm apresentando na última década:

The continued increase has led to 1 in 77 people worldwide remaining forcibly displaced in mid-2022, more than twice as many as a decade ago (1 in 167 in 2012). UNHCR's assessment indicates that forced displacement will continue to rise during the remainder of 2022. (UNHCR, 2022, n.p)

O relatório seguinte, *Mid-year trends 2023*, mostra que a previsão de continuidade de escalada estava correta, tendo em vista que ao final de junho de 2023, a Agência contabilizava que mais de uma pessoa em 73, em todo o mundo, permanecia em deslocamento forçado, sendo que destas mais de 87% que estavam em necessidade de proteção internacional por parte do ACNUR. O relatório aponta ainda que essas pessoas advinham de apenas 10 países, dentre estes encontramos a Venezuela em quarto lugar, com 5,6 milhões de pessoas em deslocamento forçado ou migração forçada. (UNHCR, 2023, p. 6-13, tradução nossa).

Os números apresentados nos falam de uma realidade que vem sendo acompanhada também por meio de institutos e grupos de pesquisa presentes nas mais diversas regiões brasileiras, do jornalismo profissional e de agências de governança nos planos nacional e internacional: cada vez mais pessoas têm sido levadas a deixar seus países de origem, ou a deslocar-se internamente, com o objetivo de proteger-se de conflitos armados, violência generalizada e/ou graves violações de direitos humanos, temos então um perfil de pessoas em migrações forçadas decorrente de situações específicas, o refugiado. O que demanda dos Estados e Organizações Internacionais deliberações específicas, que remetem a 1945. No entanto ressaltamos que a investigação a que se dedica este trabalho não é direcionada exclusivamente a refugiados na acepção legal do termo.

É interessante ressaltar que a criação de mecanismos legais de proteção a imigrantes está associada a normatização dos Direitos Humanos como um todo. Tendo em vista que a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH surge no contexto dos pós Segunda Guerra Mundial, em 1948, momento no qual os países membros lançam mão deste documento sinalizando que o impacto causado pelo recém-encerrado conflito havia deixado além das marcas no território e nas pessoas

que se encontravam nos locais de conflito obrigando milhares à dispersar-se em fuga dos horrores do *Reich*, apresentando ao mundo a ideia de “refugiado”.

Há que se observar também que tanto a criação da Organização das Nações Unidas – ONU bem como a DUDH são eventos que podem ser caracterizados como o ápice ou a reunião de entendimentos que vinham se construindo ao longo dos séculos anteriores, Francioni (2022) nos fala por exemplo de algumas fontes históricas como a Convenção de Genebra em 1864 que marcou o início do Direito Internacional Humanitário, do Tratado de Versalhes que em 1919 deu origem a Organização Internacional do Trabalho – OIT e no mesmo ano a criação da Conferência de Paz, em Paris.

Encontrar uma definição clara de Direitos Humanos - DH, pode ser tarefa um tanto quanto árdua, Hunt (1996) nos aponta, por exemplo, que no Século XVIII a Europa já tinha definições bem específicas para o que seriam os direitos políticos, relacionados a possibilidade de votar e ser votado, por exemplo e ao envolvimento no debate político como um todo, bem como a compreensão de que os direitos civis eram relativos a propriedade, ao casamento e a herança; na concepção do autor, a partir do Século XX a linha entre estes direitos começa a se tornar turva e os Direitos Humanos começam a se consolidar, como uma concepção de direitos que abarcaria ambos, direitos políticos e civis, mas não se restringindo a eles.

Ao abordar alguns conceitos basilares à discussão Mazzuoli (2019) diferencia os direitos fundamentais de Direitos Humanos, ao apontar que os primeiros são entendidos como a positivação dos DH na Constituição de um país e a partir disso em alguns pontos os Direitos Fundamentais poderiam ser mais proximamente relacionados ao exercício da cidadania, como por exemplo, o direito ao voto que é um direito fundamental, no entanto, não pode ser exercido sempre, por qualquer pessoa, em qualquer Estado, uma vez que, a exemplo do Brasil, de acordo com o art. 14, §2º da Constituição Federal “eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos” não podem exercer o direito ao voto, ao passo que:

Os chamados direitos humanos, por sua vez, podem ser vindicados indistintamente por todos os cidadãos do planeta e em quaisquer condições, bastando ocorrer a violação de um direito seu reconhecido em norma internacional do qual o Estado seja parte. Talvez por isso certa doutrina tenha preferido a utilização da expressão direitos humanos fundamentais, como querendo significar a união material da proteção de matiz constitucional com a salvaguarda de cunho internacional de tais direitos. (Mazzuoli, 2019, p. 1253)

Compreende-se então que os Direitos Humanos podem ser entendidos como direitos inerentes a condição de ser pessoa, direitos dos quais alguém poderia se valer sem que fosse necessária qualquer outra definição. Diante desta definição e distinção podemos entender de que maneira a DUDH se relaciona com a migração, tendo em vista que o acordo entre os países membros da Organização das Nações Unidas – ONU de que todo ser humano gozaria de direitos essenciais a existência não importando onde estivesse começa a lançar luz as pessoas deslocadas, forçosamente ou não.

Diante disso, percebemos em alguns trechos do documento, referências específicas a garantia de direitos de pessoas que estejam foram de seus países de origem, como no Artigo 2º: “Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa (...)” sob o qual fica estabelecido que o exercício de direitos do ser humano que seja imigrante em outro país não está atrelado ao regime de governo em seu país de origem, por exemplo ou o Artigo 6º que garante o “reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica” a todos os indivíduos, bem como os Artigos 13 e 14, que tratam da liberdade do qual todos devem dispor de deslocar-se de um país ao outro bem como de pedir asilo em outros países. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2-4)

Em texto que aborda aspectos da migração no início do Séc. XXI, Castles, (2000, p. 18.) aponta que a maioria dos países tem definidas algumas categorias específicas de imigrantes para embasar suas políticas migratórias e que a variação dessas definições em cada Estado coloca em destaque o fato de que há pouca objetividade nas definições e que em sua maioria estas definições são reveladoras de objetivos políticos e econômicos específicos de cada governo e Estado, nas palavras do autor: *“A la hora de hacer comparaciones surgen los problemas, no sólo porque las categorías estadísticas difieran, sino también porque tales diferencias reflejan variaciones reales em el significado social de la migración em distintos contextos.”* As categorias são então uma das maneiras do Estado exercer controle, razão pela qual, torna-se imprescindível que as conheçamos.

O termo migração relaciona-se com o movimento, nesse sentido, tanto o imigrante quanto o emigrante, são, em última instância, migrantes. Conforme aponta o Glossário sobre Migração (2009), da Organização Internacional para as Migrações – OIM, que traz, por exemplo, o conceito para migração internacional, migração

laboral, migrante ambiental, migrante com fins de instalação, migrante rural-urbano, migrante urbano – rural, dentre outros.

O mencionado glossário traz, para o termo “migrante”, a seguinte definição:

O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias. (OIM, 2009, p. 43)

Quanto ao termo “migração”, o referido Glossário aponta:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos. (OIM, 2009, p.40)

Sendo assim, observamos que o conceito de migrante abrange aquele que se desloca dentro ou fora de seu próprio país, e está principalmente relacionado à tomada de uma decisão livre de fatores que o obriguem a isso, a ponto de que, por exemplo, suas vidas estejam em risco. Na legislação nacional, a Lei nº 13.445 de 2017 optou por não conceituar o migrante, no entanto define:

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; (Brasil, 2017)

Como previamente mencionado, nosso foco não está em um grupo específico de imigrantes, como por exemplo os refugiados, tendo como delimitação a condição de imigrante latino-americano que resida em Araguaína, a despeito das razões que o fizeram deslocar-se, diante do qual a investigação dos motivos que levaram essas pessoas a migrar torna-se também parte do objeto, partimos, no entanto, do pressuposto, portanto da hipótese, que estas migrações ocorreram de maneira forçada.

Ao nos referimos a migrações forçadas tratamos de migrações que, como aponta o nome, foram desencadeadas por motivos fora do controle ou desejo daqueles que se viram obrigados a migrar, ao tratar de “migração forçada”, o ACNUR

se posiciona no sentido de que essa expressão abarca uma pluralidade de “movimentos involuntários”, como, por exemplo, as pessoas “deslocadas em decorrência de desastres ambientais, conflitos, fome, ou projetos de desenvolvimento em larga escala.” (ACNUR, 2016)

No mesmo texto o Comissariado defende que ao falarmos especificamente de refúgio, por exemplo, devemos nos preocupar em usar o termo adequando, refúgio, uma vez que a terminologia “migração forçada” não é amparada por um conceito legal, não havendo uma definição que seja majoritariamente aceita, seu uso, portanto, acabaria por amenizar a gravidade da situação de refugiado, termo este que possui definição legal permeada por historicidade e que traz consigo as responsabilidades dos Estados-nação junto a pessoas que se encontrem em situação de refugiado.

Nesse sentido, Giralda Seyferth (2008), ao abordar como os Estados percebem o imigrante, nos fala de uma categoria de pessoas consideradas indesejáveis para os Estados – nação:

O imigrante comum, mesmo considerado necessário, sempre foi visto como um problema, ou risco, mas a emigração forçada, principalmente aquela em massa produzida por guerras e revoluções, é por si mesma indesejável, apesar da aceitação do conceito de direitos humanos ratificado por organismos internacionais e pela maioria dos Estados, e muitas vezes esquecido ou camuflado quando o assunto são os estrangeiros ou alienígenas. (Seyferth, 2008, p.3)

No mesmo sentido, Borba e Moreira (2021) classificam os migrantes forçados como aqueles que não foram contemplados com possibilidades reais de escolha e, dentre esses, apontam os refugiados como uma categoria; por fim, trazem a definição para “migrantes de crise”. Logo, o aporte das “migrações de crise” abrange tanto aqueles que se movem supostamente por reunir condições para partir quanto os que ficam, em razão da ausência destas condições e de meios externos à sua escolha, o que resulta por determinar a sua permanência no território. (Borba; Moreira, 2021). Compreende-se, então, que o termo defendido pelas autoras, “migrações de crise” tem significado similar ao de “migrações forçadas”, tendo em vista que ambos compreendem uma gama extensa de possibilidades nas quais as pessoas podem se sentir obrigadas a deixarem seus países de origem e deslocar-se a outros lugares, sendo termos que abrangem também aqueles que, por diversos fatores, não puderam deslocar-se.

A atenção a escolha das nomenclaturas utilizadas vai além de qualquer preciosismo, mas mostra-se relevante diante da incessante associação das palavras “migração” e “crise”, associadas também a “caos”, “desordem” e “colapso” que pode ser percebida nos discursos políticos e é grandemente reforçada pela cobertura midiática das ditas “crises migratórias”, demonstrando a tendência em reforçar o entendimento de que migrantes causam crises nos países a que se destinam. (Tardelli, 2023; Borba; Moreira, 2021). Vejamos:

“Os deslocamentos são postos em uma relação causal com “crises”, que podem estar atreladas a diferentes fatores, como “conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos”, os quais geralmente são apresentados de maneira genérica e esvaziadas de seu conteúdo político. Ora, o caráter supostamente apolítico dessas narrativas revela que o foco das ações humanitárias “não está nos problemas que originam o êxodo das populações, mas assume-se que as populações em êxodo são o problema que tem de ser resolvido”, como Facundo (2017, p. 25) observou em relação ao programa de Reassentamento Solidário no Brasil.” (Tardelli, 2023, p. 267 *apud* Facundo, 2017, p. 25).

Tal posicionamento leva a que maior atenção seja dada aos problemas no país de destino e nenhuma ou pouca atenção seja dispensada aos motivos que levaram essas pessoas a migrar. Essa abordagem, concentrada em uma visão exclusivamente interna da migração, seria insuficiente e denominada de “nacionalismo metodológico”, uma vez que não abrange os processos transnacionais (Baeninger; Peres, 2017) necessários para a construção do que acaba, genericamente, denominado de “crise migratória”.

Como já mencionado, o termo “refugiado” é permeado de historicidade, tendo sua primeira definição oficialmente cunhada no contexto dos pós II Guerra Mundial. Em dezembro de 1950 a Assembleia da ONU constitui então o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados que passaria a atuar a partir do ano seguinte com um mandato de três anos e com a incumbência de reassentar os deslocados em decorrência dos conflitos da II Guerra, nos anos seguintes o papel da Agência se expandiria para além das fronteiras europeias e a limitação bem como a obrigatoriedade de renovação do mandato se encerraria em 2003. (UNHCR ACNUR, *online*).

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951). A primeira definição legal do termo “refugiado”, trazida pela mencionada Convenção, limitava o conceito de refugiado às pessoas:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados; 1951)

Como podemos aduzir da leitura, o conceito de refugiado estava estritamente relacionado aos eventos recentes à época, principalmente o final da Segunda Guerra Mundial o que restringia consideravelmente o alcance da proteção pretendida pelo instrumento, considerando os critérios, que podem ser sumarizados em quatro, quais sejam: 1. a relação da pessoa com os atos ocorridos antes do ano de 1951, na condição de sobrevivente; 2. o fundado temor de perseguição com base em raça, religião, país de origem, grupo social ou posicionamentos políticos, 3. estar fora de seu país de origem ou de outro país do qual possuía nacionalidade e 4. que o país de origem não ofereça proteção. (Gonçalves; Paiva, 2022)

Em 1967, o termo foi reformado pelo Protocolo de 1967, que subtraiu deste as limitações geográficas e temporais, no entanto, seu caráter eurocêntrico e individualista permaneceu (Gonçalves; Paiva, 2022; Borba; Moreira, 2021). Anos depois, a concepção de refugiado tomaria os contornos que usamos atualmente, com a Declaração de Cartagena de 1984, que, em decorrência do contexto sociopolítico no qual estava imersa a América Latina à época, passou a considerar:

(...) a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (Declaração de Cartagena, 1984)

A tecitura da Declaração de Cartagena contou com a participação de dez países latino-americanos Tardelli (2023, p.246) ressalta que ao mencionar a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” o documento se pauta em princípios estabelecidos pela Organização de Unidade Africana -OUA em 1969 e ainda que o documento apresente forte relação com a situação de escalada da violência sociopolítica na qual a região estava envolvida a época, que pode ser associada ao fato de que nos anos 1980, diversos países latinos estavam passando por processo

de redemocratização ou de recrudescimentos de conflitos internos relacionados a governos ditatoriais, o que faz com que a relevância do documento seja inegável na região.

Nas Américas, o Pacto de San Jose da Costa Rica ou Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH, de 1969 é entendido como um marco na proteção aos DH, em especial para o ocidente, de acordo com Andrade, Machado e Carvalho (2019) o contexto de guerra fria e tensão e disputa entre grandes as potencias, Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética, que envolviam aspectos econômicos, militares e políticos, a CADH se mostra um mecanismo de afirmação de determinadas posições ideológicas, tanto no que diz respeito ao posicionamento contrário a governos autoritários quanto no sentido de apoio a ideologia Norte Americana.

No entanto o sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos tem seu marco formal anos antes, com a proclamação da Carta da Organização dos Estados Americanos ou Carta de Bogotá, em 1948, mesma ocasião na qual teve origem a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que é adotada ainda hoje como base normativa dos DH no sistema interamericano.

Contudo, apesar de não ser o primeiro documento, a Convenção Americana de Direitos Humanos, colabora para o fortalecimento do sistema inaugurado pela OEA, Mazuoli (2019) ressalta ainda que apesar de a CADH ter sido assinada em 1969 apenas entrou em vigor em 1978, após a adesão de onze países, no entanto há que se destacar o fato de que os Estados Unidos da América do Norte nunca adotaram medidas para sua implementação e que o Canadá não chegou a assinar o documento. O autor ressalta ainda uma característica interessante da CADH a de que ela tem um papel coadjuvante ou complementar, isto é, não exime os Estados de providenciarem seus próprios mecanismos de proteção a Direitos Humanos, mas assegura que caso estes sejam insuficientes exista um mecanismo adequado no qual devem-se firmar estas garantias.

Correa e Almeida; (2022, p. 672) observam, no entanto, que por mais necessárias e resultantes de grandes esforços, os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos acabam por resumir-se a cartas de intenções, tendo em vista seu conteúdo genérico, voltando principalmente para segurança, nacionalidade e apatridia, deixando um vazio no que tange a propositura de mecanismos que propiciem as Estados parâmetros para a dirimir conflitos entre normas com diferentes abrangências.

4.2 Brasil e a Nova Lei de Migração

Como anteriormente mencionado, no contexto da Declaração de Cartagena (1984) o Brasil estava prestes a ver findar o período da ditadura militar e a partir de 1985, inclui-se na lista dos Estados em redemocratização o que levaria a, em 1988, promulgação da mais recente Constituição Federal brasileira, conhecida também como Constituição Cidadã ou CF/88, tendo como uma de suas características mais latentes a adequação e incorporação a todo seu texto dos princípios de Direito Internacional de garantias de Direitos Humanos como um todo.

Ao ser promulgada a Lei nº 9.474 de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil já apresentava a definição de refugiado em sua concepção mais moderna, reconhecendo o refugiado como o indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Brasil, 1997)

Interessante ressaltar que esta Lei entra em vigor no Brasil durante a vigência do Estatuto do Estrangeiro, a Lei nº 6.815, que havia sido promulgada em 1980, ainda no período da ditadura militar no Brasil, tal ressalva se faz pertinente tendo em vista que a adesão da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 acrescidos da Convenção de Cartagena de 1984 não condizem com o tratamento dispensado a pessoa imigrante pelo Estatuto do Estrangeiro, que somente seria revogado em 2017.

Rossana Reis (2011) analisando a política brasileira de migração aponta que o descompasso entre o Estatuto do Estrangeiro e os documentos internacionais e até mesmo em relação a Lei nº 9.474 de 1997, foi objeto de forte contestação por movimentos sociais, pesquisadores e organizações não governamentais. Aponta ainda que as raízes do Estatuto do Estrangeiro estavam fincadas na intenção do Estado, à época sob tutela dos militares, de expulsar religiosos estrangeiros que se envolviam em temas entendidos como internos, o Estatuto facilitava então a expulsão destes.

Diante disso faz-se necessário que observemos mais de perto a relação entre o brasileiro e a migração, Márcia Anita Sprandel (2015, p. 41) nos diz o quanto a imagem largamente difundida de que o Brasil é um país hospitaleiro e acolhedor não correspondem a nosso histórico legislativo ou de políticas migratórias, uma vez que durante a maior parte da história o que ocorria era a priorização do imigrante europeu e branco e a criminalização e a restrição de acesso dos imigrantes considerados indesejados ou inúteis. Há que se considerar então as marcas deixadas pelo “processo de construção e formação do Estado brasileiro” na relação com a migração, tendo em vista o status de descoberto e colonizado. (ROTTA, 2018, p. 122).

Compreendemos ainda que a relação do brasileiro com o imigrante no cotidiano, perpassa aquilo que Chico Buarque de Holanda (1936/1999) nos diz do “homem cordial”, tendo em vista especial diálogo que Lilia Schwarcz (2008) propõe entre o antropólogo Roberto DaMatta (1981) e Holanda (1936/1999), entendendo que o conceito do historiador para “homem cordial” não se destina a destacar um caráter especialmente cordato e de boas maneiras mas sim uma intrincada mistura entre o público e o privado, uma relação na qual a civilidade é utilizada como um meio de coerção: “ Na civilidade, dizia ele, “há qualquer coisa de coercitivo ... é justamente o contrário de polidez”. (...) estava mais interessado em entender como a cordialidade falava das relações pautadas na intimidade e na afetividade e que, portanto, desconheciam o formalismo.” (Schwarcz, 2008, p. 87).

O desencadeamento trazido pela autora nos mostra o raciocínio que DaMatta (1981) desenha a partir da relação apresentada por Holanda (1936/1999), no qual a sociedade estaria dividida pela dualidade dos “indivíduos” e das “pessoas”, sendo os primeiros aqueles a quem aplicam-se a lei e as burocracias enquanto para o segundo grupo estes seriam apenas questões distantes e indefinidas, diante disso:

Como falar em uma nação de iguais, numa sociedade que trata a cidadania só no fórum da intimidade? Como lidar com uma forma de sociabilidade que carrega um ritual estabelecido, e bem analisado por DaMatta, mais conhecido pela expressão “Você sabe com quem está falando”? Eis aí um desafio nos anos 1930 e um desafio da nossa própria agenda contemporânea. (SCHWARCZ, 2008, p. 87).

Giuliana Redin e Jaqueline Bertoldo (2024), ao discutir a Nova Lei de Migração brasileira, questionam especialmente os aspectos da legislação que reforçam a ideia acima, entre pessoas e indivíduos, ao nos dizer que a “estrangeiridade” é um fator

constitutivo daquilo que entendemos por Estado-nação, tanto quanto a xenofobia, tendo em vista que este, o Estado-nação, e sua estrutura tripartite, povo, território e governo, “determinam uma pertença ou identidade nacional a partir de um vínculo político de nacionalidade.” (Rendin, Bertoldo; 2024, p.56) o que torna a relação com o imigrante em patológica, desencadeando um posicionamento securitário do Estado, tanto como ente, como de seu povo.

Manuseando a teoria tridimensional do direito – que propõe uma integração normativa de fatos, segundo valores, de Miguel Reale (2002), Jesus e Santos ¹¹(2020) nos mostram o quanto o posicionamento do legislador nacional vai apontando a percepção que se faz do imigrante no Brasil, ressaltam que uma norma não surge de maneira espontânea no seio do ordenamento jurídico, é, antes de qualquer coisa, resultante de desencadeamentos sociais que a norma ou reflete ou atende. Considerando a dinamicidade da relação à norma e história, Rotta e Nunes (2019) sumarizam as legislações nacionais relativas ao tema em três fases, da seguinte maneira:

- a) colonização, “com a criação de políticas e programas de incentivo à entrada e ocupação de território pelos migrantes (forçados e ‘livres’);”
- b) restrição, “com fortes tendências eugênicas, da entrada de pessoas visando a construção de uma república dotada de uma nação culturalmente homogênea”, que mais tarde é combinada com os interesses nacionais de “políticas de segurança (Doutrina de Segurança Nacional), tratando o fenômeno e a pessoa migrante dentro do espectro criminal”; e
- c) “após um período de redemocratização do Estado brasileiro (CRFB/1988) e manutenção de um desalinhamento da legislação migratória com os preceitos daquele”, os esforços de mobilização social e governamental “vertem na criação de um diploma legal alinhado ao novo contexto migratório e pautado na estrutura de direitos humanos vigente (Lei de Migração)” (ROTTA, NUNES, 2019, p.169-170).

O descompasso entre a legislação migratória e a realidade da redemocratização bem como os intentos da diplomacia em se colocar numa posição de relevância internacional percorreu ainda um longo caminho antes de ser finalmente ajustado e isso aconteceu por meio da Lei nº 13.445 de 2017. O projeto que deu origem a lei foi o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) como podemos observar no *site* do Senado¹².

¹¹ Lílian de Brito Santos

¹² Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113700>>.

Antes que a tramitação do mencionado Projeto de Lei se tornasse Lei, outras tentativas ocorreram, como por exemplo a tentativa feita pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o projeto no entanto, apesar de receber dezenas de emendas e levar anos em tramitação, terminou por ser rejeitado e retirado de pauta, anos depois o Governo Lula enviou o Projeto de Lei nº 5.655, de 2009 que previa a adaptação do do CNlg, o Conselho Nacional de Imigração, para Conselho Nacional de Migrações o que possibilitaria o exercício de competência também quanto a emigração de brasileiros. (Sprandel, 2018; Reis, 2011) no entanto este Projeto teve sorte similar ao de seu antecessor, não logrando transformar-se em Lei.

No entanto, a partir de 2013 iniciava-se o trâmite do Projeto que viria a ser a atual Lei de Migrações, há que se ressaltar o fato de que a mencionada Lei foi amplamente debatida junto a sociedade, inclusive contando com a participação de imigrantes residentes no Brasil, com destaque para a realização da I COMIGRAR - Conferência Nacional de Migrações e Refúgio, que ocorreu em junho de 2014. O amplo debate que se constituiu para a atualização legislativa migratória no Brasil, é um marco importante uma vez que devemos considerar que a legislação migratória é uma construção a partir do diálogo entre legislações internacionais e nacionais de um Estado, ainda que em alguns casos o diálogo não leve a um acordo. (Sprandel, 2015; Baeninger, 2020).

Aqui faz-se cabível mencionar que em 2023 o Governo Federal anunciou a realização da II COMIGRAR¹³, que conta com a realização de conferências livres nos âmbitos municipais e estaduais e um encontro a nível nacional, que está previsto para ocorrer em novembro¹⁴ de 2024. De acordo com os organizadores a realização da conferência tem o objetivo de, por meio da mobilização social, aprofundar o debate a respeito do tema, discutir a propositura de políticas públicas, promover a participação social e fomentar a integração entre os atores envolvidos em todos os níveis de atuação junto a migrações, refúgio e apatridia.

Apesar de celebrado o avanço trazido pela Lei nº 13.445 de 2017 seu processo de aprovação não se deu sem controvérsias, tendo em vista os diversos vetos, considerados inesperados por parte daqueles que lutaram pela aprovação da Lei. Sprandel, (2018, p. 48) nos diz que a expectativa era de que ocorressem no máximo

¹³ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/ii-comigrar>>.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/nota-a-imprensa-2013-2a-conferencia-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatridia-tera-nova-data-1>>.

dois vetos, no entanto a nova lei foi recepcionada com nada menos que 18 vetos, numa demonstração de que o Governo Federal ignorou a carta enviada por mais de 100 entidades da sociedade civil e diversos órgãos, dentre eles o ACNUR, com a solicitação de que a Lei fosse aprovada sem vetos.

Rodrigues e Silva (2018) ao discorrer sobre as legislações do Mercosul para migrações apontam os vetos considerados mais significativos:

(...) a lei foi sancionada com uma série de vetos, sendo alvo de duras críticas. Entre eles, o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, o que, segundo justificativa do presidente, retiraria a autoridade do Brasil em selecionar a forma de acolhimento dos estrangeiros; bem como o veto à livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras, em terras tradicionalmente ocupadas, semelhantemente ao que se observa na lei venezuelana, sob a justificativa de que entraria em confronto com a Constituição. (Rodrigues, Silva, 2018, p.28)

Ressalte-se que o presidente do Brasil, a época, era Michel Temer que havia sido assunto ao poder após o golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da Presidência. Meses antes, em maio de 2016, o então presidente nomeara o general Sérgio Etchegoyen para o cargo de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, uma medida também alvo de controvérsias, tendo em vista marcar o início da retomada de protagonismo por parte dos militares no Governo Federal, o que se intensificaria nos anos seguintes, após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, momento a partir do qual se as decisões que afastavam o Brasil dos avanços conquistados com a Lei nº 13.445 de 2017, e de outros marcos democráticos, se acumulariam (Tardelli, 2023, p. 212).

De pronto, observamos que a Lei de Migração demonstra sua mudança de paradigmas ao deixar de utilizar o termo “estrangeiro” e ao referir-se aos migrantes, os distingue como “imigrante” e “emigrante”, como mencionado no primeiro tópico deste capítulo, trazendo também definições para “residente fronteiriço”, “visitante” e “apátrida”. A mudança é importante tendo em vista que apesar de serem comumente utilizados como sinônimos os termos tem significados diferentes, como nos aponta Seyferth (2008), a utilização de “estrangeiro” destina-se a destacar que aquele indivíduo não pertence ao país no qual se encontra, ressaltando portanto as diferenças, assinalando como desejáveis ou indesejáveis o que acaba por incentivar sentimentos de estranhamento e xenofobia, a conotação de imigrante, por outro lado,

fala do indivíduo que busca um país diferente daquele no qual tem sua origem com o intuito de ali se estabelecer, de construir ou reconstruir.

No entanto, há que se ressaltar que a despeito do substantivo escolhido, o estranhamento ocorrerá:

Assim, o estrangeiro, ou alienígena, em particular o imigrante que se estabelece num outro país sujeito à legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho diferente, perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável para o nacionalismo. (Seyferth, 2008, p. 4)

Redin e Bertoldo (2024, p. 67) discutem como, apesar dos inegáveis avanços, ao considerarmos as legislações anteriores, a Lei de Migração deixa a desejar, tendo em vista, que o esmiuçar do tratamento dado, em especial a questão documental, ainda demonstra ter sido o novo código “atravessado por um variado conjunto de expressões securitárias” que terminam por trazer de volta o enfoque dos “interesses nacionais, políticos e econômicos” ao deixar aspectos importantes como os relativos a questões documentais, com muitos pontos ainda no campo da discricionariedade.

A indocumentação mostra-se como um dos mais graves pontos de tensionamento na vida do imigrante, decorrendo disso a utilização de expressões como “imigrante ilegal” que dão a conotação de que a existência do ser humano em questão seria algo que foge às regras e, portanto, uma anomalia. Angelo Martins Júnior (2021) trabalhando conceitos de Bourdieu (2014) e Sayad (2004) nos fala da naturalização de ideias advindas do Estado, onde ocorreria uma des-historização e naturalização das estruturas internas do Estado, a sociedade passaria então a tomar como própria e natural o que os autores chamam de “pensamento de Estado”, o que decorre disso é:

(...)uma forma de pensamento que reflete as estruturas mentais que o Estado produziu e inculcou em cada um de nós. Este modo de pensamento “des-historicizado”, naturalizado, está inscrito na linha de demarcação que divide os “nacionais” dos “não nacionais”, “legais” dos “ilegais”, “cidadãos” dos “não-cidadãos”. (Martins Júnior, 2021, p. 15)

A Lei de Migração, em seu art. 5º, especifica os tipos de documento que, espera-se, sejam utilizados pelo imigrante, sendo estes o passaporte, o *laissez-passer*; autorização de retorno; salvo-conduto; carteira de identidade de marítimo; carteira de matrícula consular; documento de identidade civil ou documento

estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratado.¹⁵ Devemos diferenciar os mencionados documentos dos Vistos, tratados a partir do art. 6º, uma vez que o visto é um documento que dá aquele que o possui a expectativa de ingresso no território nacional.

Nesse sentido a atual legislação migratória brasileira, inova ao proporcionar a possibilidade do Visto Temporária de Acolhida Humanitária (Mendes, Brasil, 2024, p.77). O mencionado visto destina-se a apátridas ou nacionais de qualquer país que estejam em grave ou iminente instabilidade institucional, decorrente de conflito armado, desastres ambientais, calamidades ou no qual esteja ocorrendo grave violação dos Direitos Humanos.

No entanto, Rendin e Bertoldo (2024, p. 63) destacam o mencionado visto pode aparentar uma mudança positiva que em realidade não ocorreu, tendo em vista que a atual legislação extingue o visto permanente e abre novas possibilidades para vistos temporários, ampliou as situações nas quais é possível pedir residência, mas as autoras destacam que o texto reforça sempre o caráter provisório, ressaltando que a emissão de vistos continua restrita a embaixadas e consulados e manteve o visto apenas como uma expectativa de ingresso, como acima mencionado, medidas essas que limitariam as possibilidades para os imigrantes sem visto que já se encontrem no território brasileiro, restando a estes apenas a solicitação de residência temporária ou solicitação de refúgio.

Nesse ponto faz-se necessário destacar a precariedade da situação do solicitante de refúgio quanto a sua situação documental, tendo em vista que a Lei nº 9.199 de 1996, que em seu art. 21 trata da solicitação do refúgio e que ao aguardar o trâmite do processo junto aos órgãos competentes, qual seja de pelo menos 14 meses, de acordo com o *site* do Ministério da Justiça, os solicitantes utilizam como documento o “Protocolo de Solicitação de Refúgio” e que em virtude de seu formato e apresentação, não raro, despertam diversas desconfianças sempre que seus portadores necessitam utilizá-lo, como recusas em instituições bancárias, aeroportos e escolas, o que reforça o processo de exclusão já acentuado. O que nos leva a refletir na citação que Rotta, Rotta e Santos (2019) fazem de Nejamkis (2016) “estudar as políticas migratórias constitui uma das formas de refletir sobre os projetos de país e os modelos de sociedade que cada governo e cada grupo político e social com

¹⁵ O detalhamento de cada documento pode ser encontrado no Decreto Nº 1.983, de 14 de agosto de 1996.

aspirações de poder pretende instalar” (ROTTA, ROTTA e SANTOS, 2019, p. 9 *apud* NEJAMKIS, 2016: 11).

Camargo et. al. (2020), ao comentarem a situação dos venezuelanos no Brasil, especificamente os da etnia Warao, em relação à Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445 de 2017), ressaltam que, a despeito das mudanças positivas implementadas pela adequação da nova legislação a parâmetros internacionais de Direitos Humanos, no plano fático, o cenário ainda se mostra distante do ideal, considerando que os refugiados ainda encontram diversos empecilhos para acesso a direitos básicos.

Neste sentido, coadunam Lima e Castilho (2020) quando salientam, ainda, que a mencionada lei estabelece dispositivos no sentido de promover a “plena integração do migrante internacional à sociedade brasileira”, incluindo a facilitação ao acesso ao trabalho, no entanto, alertam para o fato de que a mera alteração legislativa, por mais valiosa que seja, não é suficiente para a efetiva inclusão do migrante internacional ao mercado de trabalho, pontos que abordaremos nos capítulos adiante.

Para além das mudanças já mencionadas, destaca-se, em alguma medida, a adequação da legislação nacional aos acordos de Direitos Humanos firmados internacionalmente, definindo princípios e diretrizes, firmados no combate a xenofobia, acolhida humanitária e reunião familiar, abandonando parte do viés securitário e voltando-se a garantia de direitos aos migrantes, facilitando o acesso a serviços públicos e viabilizando a possibilidade de participação destes em manifestações políticas, por exemplo, mas principalmente reconhecendo a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos. (Rodrigues, Silva, 2018; Brasil, 2017; Sprandel, 2018)

Contudo, a partir de 2018, a política migratória brasileira sofreria alguns retrocessos, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, o então presidente, havia deixado claro seu posicionamento quanto as questões relativas à migração quando ainda era parlamentar pelo partido Democratas do Rio de Janeiro, como registra Sprandel (2018, p. 42 – 43), durante os debates legislativos para a construção da Lei nº 13.445 de 2017 não poupou as falas xenofóbicas clássicas e alarmistas:

Vocês estão escancarando as portas do Brasil para todo tipo de gente! A Angela Merkel, atrás do seu quarto mandato, acabou de endurecer a sua legislação sobre imigrantes, porque acabou de ser assassinada uma menina, após ter sido estuprada, caso que comoveu a Alemanha. O comportamento e a cultura deles são completamente diferentes dos nossos. Não podemos, neste momento de crise mundial, escancarar as portas do Brasil para todo

tipo de gente! Isso vai virar — desculpem-me o termo — a casa da mãe Joana. Este País é nosso! Não é de todo mundo! Não podemos fazer isso. Até mesmo o Trump ganhou as eleições na Flórida, juntamente com os cubanos, exatamente em função disso. Nós não podemos escancarar as portas do Brasil para o mundo! Nós não comportamos esse tipo de gente aqui dentro, sem controle! (...) Pelo Brasil, peço o voto “não”. (Jair Bolsonaro)

As palavras acima são do então Deputado Federal, que ao assumir o Palácio do Planalto, teve como uma de suas primeiras medidas, em 8 janeiro de 2019, a retirada do Brasil do Pacto Global¹⁶ para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, sob alegações de que se tratava de “instrumento inadequado, que fere a soberania nacional brasileira e que o Brasil deve buscar a normatização das migrações a partir de sua realidade nacional”. Pacto¹⁷ que foi firmado no âmbito da ONU, após discussões que se desenrolavam desde 2017. O documento elenca 23 objetivos e se enquadra na meta 10.7 da agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, na qual os Estados Membros se comprometem a cooperar internacionalmente para facilitar a migração segura, ordenada e regular. O Brasil retorna ao integrar a iniciativa em janeiro de 2023¹⁸ ou seja, logo no início do terceiro mandato como presidente de Luís Inácio Lula da Silva (ROTTA *et al.* 2019; OIM Brasil, *online*).

4.2.1 Operação Acolhida

Em 2014, a Universidade Católica Andrés Bello, instituição de ensino superior privada, na Venezuela, divulgou estudo no qual consta que, entre os anos de 2013 e 2014, a parcela da população venezuelana que era considerada extremamente pobre praticamente dobrou, indo de 13,1% em 2013 a 25,2%, e, em 2014, a parcela de pessoas consideradas pobres ultrapassou os 50% da população. Os dados são relevantes, uma vez que, em decorrência do agravamento contínuo da crise humanitária, gradativamente os venezuelanos(as) passaram a buscar condições de sobrevivência fora de seu país e, dentre os destinos buscados, o Brasil foi o escolhido por muitos deles.

Como já mencionado, a pesquisa aqui proposta não destina-se exclusivamente a investigação de refugiados ou solicitantes de refúgio venezuelanos no Brasil, porém, ao tratarmos de imigração é fundamental abordarmos o tratamento dispensado aos

¹⁸ Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-parabeniza-brasil-pelo-retorno-ao-pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>>.

milhares de refugiados e migrantes venezuelanos que adentram as fronteiras nacionais mensalmente, conforme dados do Observatório das Migrações Internacionais - OBMIGRA (2024), considerando apenas os números dos dois primeiros meses do ano de 2024, mais de 30 mil venezuelanos entraram no país por meio da fronteira terrestre.

A Operação Acolhida é criada em 2018, que como podemos observar, é o ano em que praticamente dobra a entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil, em relação ao ano anterior, pela Medida Provisória nº 820 de 2018, assinada por Michel Temer, que ainda em 2018 transforma-a em Lei, a Lei nº 13.684 de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências, dentre elas a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, em seu art. 6º, atualmente regulado pelo Decreto nº 10.917 de 2021.

Em 2019, este Comitê, por meio da Resolução nº 9 autoriza que os subcomitês firmem parcerias com agências da ONU, iniciativa privada e a sociedade civil, passando a adotar a ideia de “governança compartilhada” como nos aponta Tardeli (2023, p. 227), no entanto o autor ressalta que não deve-se tomar a expressão “governança” por algo que se assemelhe a um processo democrático, sendo antes, de acordo com este, uma tecnologia de governo, emprestando a ideia proposta por Foucault (2017), na qual governança corresponde a uma intrincada forma de governo na qual o controle da população é o objetivo último.

Para consecução de seus fins a a Operação é definida como uma estrutura com três pilares: o ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. O primeiro se destina a promover a regularização documental dos refugiados a partir de uma triagem inicial e providenciamento de solicitações de refúgio, a segunda destina-se ao acolhimento institucional, como os cinco abrigos geridos pelo ACNUR, que tem capacidade para aproximadamente 8 mil pessoas¹⁹ e o terceiro, a interiorização, que pode ocorrer de pelo menos 4 maneiras, sendo duas delas por reunião, familiar ou social, institucional, quando as pessoas deslocam-se de um abrigo para outro ou por meio da vaga de emprego sinalizada, que ocorre quando o imigrante recebe alguma proposta de emprego em outras cidades.

5 PESQUISA QUALITATIVA, ENTREVISTA E ANÁLISE DE CONTEÚDO.

Nosso trabalho se inscreve na definição de uma pesquisa qualitativa, na qual utilizaremos da entrevista tendo como procedimento de análise a análise de conteúdo, como proposta por Bardin. A abordagem qualitativa ou idiográfica faz-se pertinente uma vez que nosso intento é o de compreender os significados nos quais se encaixam as ações dos grupos pesquisados, relacionando-se com temas centrais como experiência, vivência, senso comum e ação, por meio da maneira como são enunciadas. Compreender é então o principal verbo da abordagem qualitativa, seguido por interpretar e dialetizar. (Fraser, Gondim²⁰; 2004; Minayo²¹, 2012)

Antes de adentrarmos os meandros das especificações quanto as demais decisões metodológicas realizadas ao longo de nosso trabalho, destacamos aqui a decisão de sempre que mencionarmos o nome de pesquisadoras mulheres pela primeira vez ao longo do texto, utilizarmos o nome completo destas, tendo em vista a percepção advinda das observações ao longo do processo de escrita de que incontáveis vezes pesquisadoras foram tidas por pesquisadores, uma vez que dada a ideia de dominância masculina na área da pesquisa facilmente presume-se que os sobrenomes referem-se a homens, entendemos aqui que nem em todos os casos é possível identificar o gênero a partir do nome.

No entanto a decisão tomada é parte do processo da pesquisa aqui apresentada. Entendemos, como nos apresentam Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2021) que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Que nos leva a compreensão de que a reflexão deve permear todas as escolhas que se relacionem com a pesquisa, razão pela qual explicitamos aqui a opção feita.

A compreensão de que a pesquisa deve fundar-se em posicionamentos solidamente científicos visa afastar ideias equivocadas de que a pesquisa qualitativa tenha qualquer coisa de informal ou insuficiente quando comparada com pesquisas quantitativas, ideias essas que vem sendo combatidas desde a emergência das discussões quanto a possibilidade de que a pesquisa em ciências sociais poderia fazer uso de outra abordagem que não a quantitativa, Minayo e Sanches (1993, p.

²⁰ Márcia Tourinho Dantas Fraser; Sônia Maria Guedes Gondim.

²¹ Maria Cecilia de S. Minayo.

243) nos falam em uma “uma escola sociológica que se rebelava radicalmente”, que surge, na Alemanha, a partir do Séc. XIX e nos Estados Unidos da América do Norte, mais especificamente na cidade de Chicago, a partir do século seguinte.

Diante disso, percebe-se que, o que torna uma pesquisa qualitativa ou ideográfica, começa antes da escolha do procedimento que será utilizado para o tratamento dos dados advindos da atividade de campo, essa referência se encontra desde a decisão pelo delineamento teórico, base para todo o andamento do trabalho. Firma-se na constatação de que as decisões humanas e a maneira de enunciá-las possuem significados e debruça-se na busca por estes significados subjetivos ou intersubjetivos visando enriquecer o debate a partir de perspectivas desconhecidas ou pouco conhecidas relativas a processos sociais de grupos particulares. (Duarte²², 2004; Fraser e Gondim; 2004; Batista, Matos e Nascimento²³, 2017).

Nesse sentido faz se premente destacar que não coadunamos com o pensamento de que seja possível hierarquizar de maneira genérica os tipos de abordagem, se ideográfica ou nomotética, tratando-se em primeiro plano da busca pela abordagem que mais se encaixa com a teoria adotada, o objeto a ser estudado e do resultado que se espera alcançar com a pesquisa proposta, compreendendo que todas as técnicas e métodos deparam-se com limites e possibilidades diversas, sendo necessária uma abordagem que permita a melhor integração e aproveitamento dos dados coletados em diálogo com a teoria escolhida, bem como com o esmero por parte do pesquisador ou pesquisadora em proceder com coerência e clareza ao longo de todo o processo de pesquisa. Razão pela qual, não raro, percebe-se que a melhor abordagem é na verdade uma mescla entre qualitativo e quantitativo.

Considerando o que nos dizem Minayo e Sanches (1993):

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Adequa-se, por exemplo, ao estudo de um grupo de pessoas afetadas por uma doença, ao estudo do desempenho de uma instituição, ao estudo da configuração de um fenômeno ou processo. Não é útil, ao contrário, para compor grandes perfis populacionais ou indicadores macroeconômicos e sociais. É extremamente importante para acompanhar e aprofundar algum problema levantado por estudos quantitativos ou, por outro lado, para abrir perspectivas e variáveis a serem posteriormente utilizadas em levantamentos estatísticos (Minayo, Sanches, 1993, p. 245)

²² Rosália Duarte

²³ Alessandra Bertasi Nascimento

A abordagem qualitativa mostra-se a mais adequada a nosso estudo, tendo em vista tratar-se de investigação envolvendo um grupo de pouco menos de 200 pessoas, em um contexto específico, num período de tempo e espaço limitados e ainda, que firma-se no intento de compreender o papel ou não das Redes Migratórias na decisão migratória dos grupos, considerando as diferentes nacionalidades, Cubana e Venezuelana, ou seja, a ocorrência de um fenômeno específico e delimitável, como apontado pelos autores.

A coleta de nossos dados tem então três fontes principais, a primeira delas trata-se do relato em primeira pessoa dos fatos relacionados com a chegada de imigrantes e refugiados, sob a perspectiva da pesquisadora enquanto servidora pública municipal, comissionada e responsável pelo departamento denominado como ponto focal no atendimento a pessoas imigrantes em Araguaína-TO, a segunda fonte diz respeito aos dados coletados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, trabalho e Habitação da mesma cidade, dados estes que possibilitarão a estratificação de informações que por vezes não serão captadas na condução das entrevistas, sendo estas a terceira fonte dos dados a serem analisados. Entendemos que a construção da pesquisa dessa maneira colabora para validação das informações coletadas por meio de cada uma delas separadamente.

Kaufmann (2013, p. 7) ressalta uma característica da pesquisa qualitativa a de que vez e outra esta abordagem será construída com uma “dimensão improvisada, intransferível” e “autoconstruída” e essas características tão específicas, entendemos, tem relação com a própria essência de sua busca uma vez que trata-se de uma investigação que aprofundar-se-á em relações, decisões humanas elementos subjetivos. Não devendo, no entanto, haver confusão entre a necessidade de adaptar-se a realidade encontrada no campo de pesquisa, qual seja a dimensão mencionada pelo autor, com a falta de estrutura ou intenção. Tendo em vista ser a entrevista um meio de coleta de dados que pode ser visto com desconfiança diante do fato de tratar-se de técnica acessível e em alguns casos utilizada sem rigor ou clareza. (Kaufmann, 2013; Duarte, 2004).

Tendo ainda em mente, as ideias dessa dimensão improvisada, intransmissível e autoconstruída, trazemos aqui o que nos diz Minayo (2012, p. 623) em texto que apresenta proposta de estruturação de ideias e procedimentos que devem suceder-se em uma pesquisa qualitativa, como quinto elemento de dez, a autora nos ensina quanto a necessidade de ir a campo munido de teoria e estratégias mas não se deixar

cristalizar por estas mas entendendo que o campo muito possivelmente trará aspectos imprevistos que devem ser considerados na composição da análise uma vez que “é preciso imergir na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial.”

Diante disso, a utilização da entrevista adequa-se bem a abordagem qualitativa, tendo em vista não ser um procedimento viável em pesquisas nas quais a pretensão seja a de alcançar um grande grupo, uma vez que o imenso volume de material que se originaria, destina-se então a coleta de dados subjetivos, que não poderiam ser captados claramente por meio de outras técnicas, no entanto podem também entregar ao pesquisador dados objetivos capazes de corroborar ou complementar as informações obtidas por meio das entrevistas. Este método mostra-se, portanto, essencial quando há necessidade de aprofundamento nos sentidos subjetivos que permeiam decisões humanas e suas expressões a respeito, possibilitando o mapeamento destas mesmas questões subjetivas. (Boni e Quaresma²⁴, 2005; Duarte, 2004).

A história do uso da entrevista como prática de pesquisa é rica e perpassa diversos campos científicos (Marconi e Lakatos, 2021; Kauffman, 2013), ressalte-se que ao longo do tempo a utilização da entrevista foi conferindo cada vez mais valor a ouvir o entrevistado, no sentido de ser cada vez menos engessada, afastando-se do questionário, diferenciação essa que Batista, Matos e Nascimento (2017, p. 6) apontam residir no fato de que a entrevista se constitui a partir de certa fluidez dos questionamentos, as perguntas devem ser pensadas para incentivar que os entrevistados falem, possibilitando assim que sejam evidenciadas suas “concepções e opiniões”, enquanto que no questionário o participante tem um rol limitado de opções dentre as quais pode escolher, ou questionamentos que levam a respostas mais sucintas e padronizadas.

Outra característica relevante quanto a entrevista é que ela pode ser aplicada de diferentes maneiras, sendo conhecidas como “entrevista estruturada, semi-estruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e também a entrevista projetiva” (Boni e Quaresma, 2005) ou “entrevista informal, (...) focalizada, (...) em sondagem de opinião, (...) estruturada, (...) semiestruturada, (...) aberta ou em profundidade, (...) por telefone, (...) projetiva, (...) face a face, (...) individuais e grupais

²⁴ Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma

(Batista, Matos e Nascimento, 2017) ou ainda “Padronizada ou estruturada, (...) Despadronizada ou desestruturada, (...)” Marconi e Lakatos, (2021). O que todos estes autores e autoras concordam é que a entrevista não deve ser entendida como um bate-papo informal, devendo ter muito claras suas intenções e o direcionamento a ela dado.

As vantagens do uso da entrevista são, principalmente o fato de que pode ser aplicada a qualquer recorte de indivíduos, considerando que não há necessidade do exercício da escrita por parte do entrevistado ou entrevistada, na pesquisa que conduzimos, por exemplo grande parte dos participantes consegue expressar-se em português falado, ou em uma mistura bastante compreensível de português e espanhol porém não poderiam responder às mesmas perguntas com a mesma riqueza de detalhes tendo em vista não serem letrados em português e em alguns casos nem em espanhol.

A comunicação face a face permite também que o pesquisador esclareça algum ponto obscuro ou não compreendido das perguntas bem como possibilita que o pesquisador faça a leitura de questões não verbais, como expressões faciais, postura corporal e outros elementos que permeiam a fala humana, as vantagens, no entanto, não devem ser ignoradas, uma vez que como em qualquer diálogo o mero menear de cabeça de um dos interlocutores pode levar o outro a alterar o curso daquilo que está comunicando, ou em alguns casos o entrevistado pode sentir-se tentado a dizer aquilo que acredita que a pesquisadora ou pesquisador desejam ouvir, mesmo que não seja uma informação precisa, enfrenta dificuldades também com a disponibilidade do entrevistado de participar ou não. (Marconi e Lakatos, 2021; Batista, Matos e Nascimento, 2017), por todas essas razões, tanto as vantagens quanto das desvantagens o pesquisador ou pesquisadora deve empenhar-se em ler o momento, buscando compreender, interpretar e dialetizar com todos os aspectos que se desenrolam durante a entrevista.

Após cuidadosa análise das opções de entrevistas categorizadas, optamos pelo conceito das professoras Marconi e Lakatos (2021) na qual aplicamos uma entrevista não estruturada do tipo clínica, na qual:

(...) o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (...) Entrevista clínica: trata-se de estudar os motivos, os sentimentos, a conduta das pessoas. Para

esse tipo de entrevista pode ser organizada uma série de perguntas específicas". (Marconi, Lakatos, 2021, p. 215)

Como demonstraremos em momento oportuno, buscamos nos guiar pelo entendimento acima expresso, tendo em vista a perspectiva de que a abordagem proporcionada pela entrevista não estruturada, que por alguns autores é também conhecida como semi estruturada possibilita a compreensão de uma realidade específica e como nos apontam Fraser e Gondim (2004) é uma oportunidade de ampliar o papel do entrevistado, uma vez que o pesquisador ou pesquisadora é levado a manter uma postura aberta durante a interação, não se restringindo às perguntas pré-estabelecidas mas permitindo-se explorar novos caminhos que possam surgir ao longo do diálogo.

Rosália Duarte (2004, 217 - 219), propõe a reflexão acerca de dois pontos no qual entende haver equívocos no quanto a utilização de entrevistas como base de dados em pesquisa. O primeiro deles seria a crença de que serviria para "dar voz" à comunidades silenciadas e oprimidas, no entanto essa seria uma ideia errônea tendo em vista que por mais aplicado em seu trabalho, o exercício do pesquisador, ao final expressará sua própria voz apresentado a dialética entre os dados e a teoria, trata-se de "uma fala polifônica, espera-se, pois a ela estarão incorporadas as vozes dos informantes, mas, ainda assim, uma fala pessoal, de natureza acadêmico/científica, emitida a partir de um lugar de poder."

O segundo ponto de equívoco, é a ideia de que tudo que é dito pelo entrevistado deve ser analisado, quando na realidade, o pesquisador ou pesquisadora deve se atentar aos pontos que se relacionam com os objetivos do trabalho, tendo em vista que uma pesquisa realizada da maneira correta, com quantidade de entrevistados e entrevistadas adequada geraria um volume de informações elevado e que diversas das informações podem, por mais interessantes que sejam, não ter qualquer relação com o objeto da pesquisa.

A partir disso entende-se que a escolha dos informantes não deve ser feita de maneira fortuita, uma vez que a quantidade de participantes não é o principal objetivo sendo antes a profundidade das informações com as quais podem agregar o trabalho, proporcionando ao pesquisador ou pesquisadora maior densidade de perspectivas. Diante disso deve-se estabelecer critérios bem definidos e que compreendam uma amostragem relevante da comunidade que se propõe a investigar, visando a realização de entrevistas que proporcionem opiniões e pontos de vista pessoais

porém generalizáveis dentro daquela comunidade, (Fraser e Gondim, 2004) razão pela qual em alguns contextos, como deste trabalho, mostra-se relevante buscar informantes de diferentes faixas etárias, gênero e nacionalidades, no entanto considerando as representações familiares e a quantidade de pessoas no total do grupo, questões que detalharemos em tópicos futuros.

Diante disso deve-se estabelecer critérios bem definidos e que compreendam uma amostragem relevante da comunidade que se propõe a investigar, visando a realização de entrevistas que proporcionem opiniões e pontos de vista pessoais porém generalizáveis dentro daquela comunidade, (Fraser e Gondim, 2004) ou nas palavras de Minayo e Sanches (1993, p. 245) “de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (...), e, ao mesmo tempo, (...) transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.” razão pela qual em alguns contextos, como deste trabalho, mostra-se relevante buscar informantes de diferentes faixas etárias, gênero e nacionalidades, no entanto considerando as representações familiares e a quantidade de pessoas no total do grupo, questões que detalharemos em tópico futuro.

As reflexões até então elencadas devem ser colocadas em prática desde antes da primeira entrevista, sendo necessária prévia organização, considerando os elementos já pontuados, como a análise do estilo de entrevista mais adequado a pesquisa proposta, a eleição das pessoas que serão abordadas com o convite para participação nas entrevistas, preparações que envolvam uma abordagem inicial, uma aproximação com a comunidade, o contato com lideranças, caso trate-se de alguma comunidade específica, a escolha adequada do ambiente ou de possíveis locais para a realização das entrevistas. Alguns aspectos que devem ser observados ao longo da entrevista, como a importância de demonstrar ao participante que trata-se de um espaço seguro, no qual as informações ali compartilhadas não serão expostas de maneira a causar dano ou constrangimento, bem como a atenção necessária ao registro das informações recebidas com fidedignidade, ressaltam ainda que a entrevista deve terminar da mesma maneira como começou, com cordialidade, como nos apontam Marconi e Lakatos (2021).

Entre o momento da entrevista e o início da análise há a preparação do material, que no caso das entrevistas passa pela transcrição das informações obtidas por meio da gravação do diálogo, Boni e Quaresma (2005) destacam que a transcrição

não deve conter apenas as palavras ditas durante o diálogo mas abarcar os silêncios, as risadas, a velocidade da fala, eventuais expressões faciais que sejam consideradas reveladoras das subjetividades que se busca alcançar através da realização de entrevistas, demonstrando a lealdade do pesquisador ou pesquisadora ao participante. Duarte (2004) destaca, no entanto, que apesar da fidedigna transcrição o responsável por fazê-la tem a responsabilidade de editar o texto, quando não tratar-se de análise de discurso. Vejamos:

(...) frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições. Da versão editada, devem ser retiradas também as respostas obtidas por meio de perguntas capciosas, ambíguas, tendenciosas ou que tenham levado o informante a confirmar ou negar afirmações feitas pelo pesquisador. (Duarte, 2004, p. 221)

Considerando tratarmos de análise de conteúdo, entendemos que a transcrição deve ser feita de maneira fidedigna à entrevista, incluindo todos os pormenores e detalhes que sejam possíveis captar. No entanto para que a análise possa ser realizada de maneira satisfatória é necessário que se façam leituras posteriores das transcrições e a análise cuidadosa quanto aos pontos que podem e devem ser editados e quanto aqueles que em caso de edições descaracterizariam o relato.

6 ANÁLISE

Pautamos, portanto, nossa lista de pergunta, de maneira a guiar o diálogo, na tentativa de evitar que em meio ao grande volume de informações que poderia advir, informações se perdessem e acabássemos deixando de coletar dados diretamente relacionados ao assunto de interesse.

Utilizamos como baliza para as perguntas pontos centrais em nossa revisão teórica, como o roteiro migratório e a investigação quanto aos motivos da migração, fundamentados nas expulsões, no entanto, ao aplicar as entrevistas, permitimos que cada pessoa se expressasse de sua própria maneira em seu tempo, acautelando-nos, porém, de orientar a conversa de volta aos tópicos centrais.

Ao longo dos diálogos nos surpreendeu perceber que em alguns casos a resposta para uma pergunta apareceria algumas perguntas depois, quando já havíamos partido para outro tópico, entendemos que isso se dá em decorrência da escolha da abordagem, tendo em vista valorizar as respostas espontâneas e a liberdade quanto a maneira de expressar-se, o que é um ambiente propício para o surgimento de questões não antevistas que podem revelar-se úteis a investigação, como nos apontam Boni e Quaresma (2005, p. 75).

Com o objetivo de nos desviarmos dos equívocos apontados como recorrentes entre pesquisadores iniciantes, pautamos a conduta durante as entrevistas, em um roteiro para além das perguntas que pautavam a conversa, buscando um roteiro de procedimentos, diante disso, considerando o apontado por Batista, Matos e Nascimento (2017) e Marconi e Lakatos (2021), nos conduzimos da seguinte maneira:

- a. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em outubro de 2023 e aprovado em dezembro do mesmo ano, sob o CAAE: 75657323.6.0000.0342.
- b. Os locais das entrevistas foram os escolhidos pelos entrevistados, evitamos apenas o encontro em residências, optando sempre por espaços nos quais pudéssemos ter acesso a outras pessoas facilmente;
- c. A apresentação formal da pesquisadora, apesar de já ser conhecida dos entrevistados a partir de seu exercício profissional, houve uma apresentação como pesquisadora, na qual foi identificada a Universidade e o Programa de Pós-Graduação ao qual está associada;

- d. A exposição clara, em termos não técnicos do objetivo tanto da pesquisa quanto da conversa que ali se empreendia;
- e. A abertura para que a entrevista fosse encerrada a qualquer momento, para que perguntas fossem recusadas e para que a pesquisadora fosse posteriormente procurada para esclarecimentos, após a entrevista, em qualquer tempo, caso o participante sentisse qualquer inquietação a respeito;
- f. Dada especificidade da comunidade, a todos os participantes foi assegurado que nenhuma das informações seria compartilhada fora do contexto da pesquisa, especificamente com outros membros da comunidade;

Compreendemos que a sequência das condutas acima adotadas fortalece o fazer científico. Combinado com os procedimentos acima arrolados, compreendemos também que o proposto por Rosália Duarte (2004), ao tratar das desconfianças muitas vezes dirigidas a utilização das entrevistas em pesquisa qualitativa, mostra-se pertinente, a autora aponta que alguns esclarecimentos devem ser prestados por parte do pesquisador, o primeiro deles é a explicitação do motivo pelo qual a entrevista se mostra o método mais adequado, como já apontado extensivamente ao longo deste texto, entendemos que a entrevista nos permite compreender aspectos que não poderiam ser encontrados em dados objetivos, tendo em vista nossa escolha teórica.

A autora (Duarte, 2004) ainda destaca a importância da descrição e caracterização dos informantes bem como da justificativa quanto a escolha de cada um, esclarecimentos quanto ao transcorrer das entrevistas, do roteiro destas e dos procedimentos utilizados para a análise. Pontos que a respeito dos quais discorreremos nos parágrafos a seguir.

Os critérios utilizados para a escolha e convite dos entrevistados podem ser divididos em objetivos e subjetivos, sendo assim:

Tabela 4 – Critérios de escolha dos entrevistados

CRITÉRIO	Objetivos	Nacionalidade cubana ou venezuelana
		Estar residindo atualmente em Araguaína
		Ter chegado à cidade em 2016 ou a partir de 2016
		Idade igual ou superior a 18 anos no momento da entrevista
	Subjetivos	Protagonismo no núcleo familiar

Fonte: Elaborado pela autora.

Não fizemos diferenciação entre pessoas que atualmente componham ou tenham viajado em núcleos familiares, núcleos sociais ou sozinhos e buscamos mesclar a oitiva de pessoas dos gêneros masculino e feminino, considerando a paridade dentro de cada nacionalidade. O número dos informantes propõe o alcance de grupos familiares, tendo em vista que restaria infrutífero entrevistar mais de um integrante da mesma família. Destacamos aqui algumas particularidades quanto a dificuldade de alcançarmos mais entrevistados, a primeira é que muitos deles não falam ou compreendem o português bem o bastante para a condução das entrevistas a segunda é que, em decorrência da atuação profissional atual, o convite a participação na pesquisa não pode se estender para além de uma ou duas tentativas, sob pena de constranger os possíveis participantes.

Nesse contexto, entendemos por grupos familiares a reunião de dois ou mais núcleos familiares, sendo núcleo familiar a reunião dos indivíduos que compartilhem laços familiares e de parentesco, como casamento ou relacionamento similar, filiação, irmãos e irmãs que residam juntos e grupos sociais os grupos que se identificam por afinidade, mesmo que haja ou não relações familiares e/ou de parentesco entre estes.

Diante disso, identificamos abaixo os entrevistados, com as especificações pessoais e da realização da entrevista, destacamos que as entrevistas que ocorreram no prédio da Secretaria Municipal da Assistência Social de Araguaína-TO, se deram em razão da escolha dos entrevistados, uma vez ser o local já conhecido por estes e de fácil acesso, destaque-se também que ocorreram em horário oposto ao funcionamento do órgão, em ambientes diferentes daqueles nos quais ocorrem os atendimentos usuais, sem que a pesquisadora trajasse qualquer vestimenta que remetesse a suas atividades laborais.

No entanto entendemos que mesmo nas entrevistas realizadas fora deste ambiente, como as que ocorreram na UFNT, na Via Lago, no Parque CIMBA ou na Praça CEU, os entrevistados não se distraíram da percepção de com quem falavam, uma vez que nas oportunidades mencionadas, as entrevistas se encerraram com o diálogo adentrando assuntos dos atendimentos que são realizados no dia a dia, porém compreendemos que tendo em vista o enfoque da pesquisa não há prejuízo aos levantamentos feitos o que seria diferente caso a pesquisa se debruçasse sobre analisar a percepção dos imigrantes quanto aos atendimentos ou políticas públicas implementadas ou não para o atendimento destes, no entanto em nenhum momento o diálogo aborda qualquer questão relativa a este tema.

Tabela 5 – Dados gerais sobre os participantes

Ordem	Identificação	Data de Nascimento	Gênero	Nacionalidade	Data da Entrevista	Local da Entrevista
1	LMQ	11/07/1985	Feminino	Cub.	09/07/24	Sala na SEMASTH
2	AJZ	16/07/1996	Masculino	VIW	12/07/24	Via Lago
3	ADCL	05/01/1994	Feminino	VIW	15/07/24	UFNT – Sala PPGDire
4	DLA	03/08/1978	Masculino	Cub.	28/07/24	Pátio na SEMASTH
5	YNR	30/10/1996	Feminino	VIW	07/10/24	Sala na Praça CEU
6	DDVP	04/11/1979	Feminino	VNI	08/10/24	Sala na SEMASTH
7	DJBA	23/12/1983	Masculino	VIW	09/10/24	Sala na SEMASTH
8	KCC		Feminino	Cub.	10/10/24	Sala na SEMASTH
9	UZR		Masculino	VIW	10/10/24	Sala na SEMASTH
10	TYG		Feminino	Cub.	13/10/24	Parque CIMBA

Fonte: Elaborado pela autora

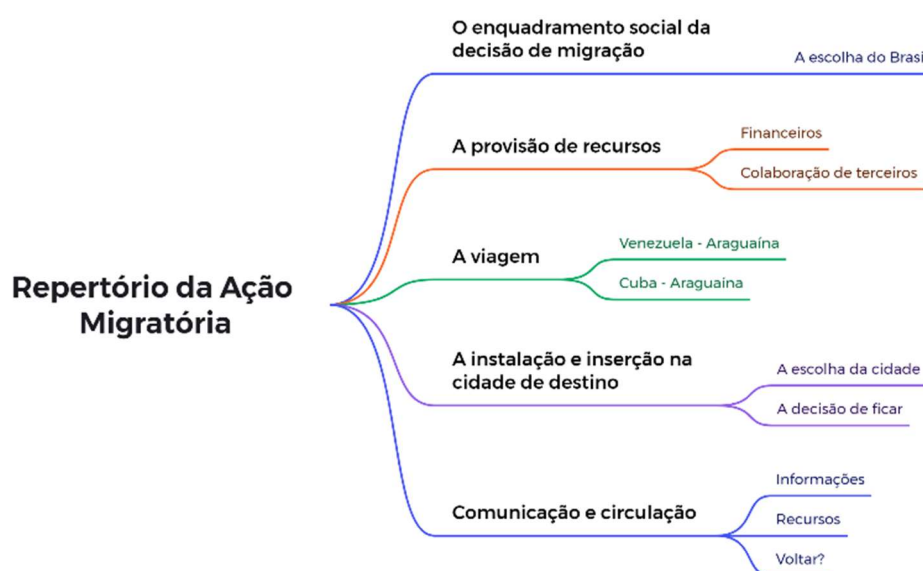
Como é possível perceber das datas as entrevistas foram realizadas em duas levadas, a primeira em julho e a segunda em outubro do mesmo ano. Após a realização de cada entrevista, seu conteúdo foi transcrito de maneira literal, significando que, tendo em vista a particularidade de que os entrevistados não tem o português como sua primeira língua e utilizam de algumas palavras em espanhol e em alguns casos, mesclam na mesma palavra os dois idiomas, foi feita uma primeira transcrição literal, considerando a fonética das palavras, após esse primeiro momento, a partir de uma cópia do documento, as entrevistas foram traduzidas e editadas de maneira a não alterar o sentido daquilo que foi dito, apenas convertendo-as para o português e limpando seu conteúdo de cacoetes de linguagem, como no caso de D.L.A. que encerrava todas as falas com a expressão “¿no tiene?” ou A.J.Z. que as encerrava com “será?”. Tal edição se faz possível e necessária, tendo em vista a utilização da análise de conteúdo.

Após o tratamento dos textos resultantes das entrevistas os arquivos foram importados para o WebQDA, software de análise de conteúdo, em documentos individuais. E a análise se iniciou tendo-se categorias *a priori*, tendo em vista a abordagem teórica das Redes Migratórias e o fato de que o roteiro da entrevista foi construído para a identificação ou não do Repertório da Ação Migratória nas ações

dos migrantes alvo da investigação. No entanto, após o início da codificação das fontes, ficou evidente a especificidade de informações relacionadas a cidade de Araguaína-TO.

Após a realização da segunda leva das entrevistas, em outubro, as categorias de análise foram revistas e passaram a integrar apenas um grupo, tendo como raiz o Repertório da Ação Migratória, as categorias relacionadas a Araguaína inseridas como subcategorias da CAT.4 - A instalação e a inserção na cidade de destino e a categoria “Voltar?” integrada à CAT. 5 - Comunicação e circulação de informações e recursos, resultando nas seguintes categorias:

Figura 3 – Repertório da ação migratória.



Fonte: Elaborado pela autora

Durante a codificação das categorias, consideramos nas falas aquilo que se relacionavam com as categorias do Repertório da Ação Migratória como apontadas em nossa fundamentação teórica, quanto às subcategorias que surgiram a partir da leitura das entrevistas, usamos o critério das falas que se relacionavam quanto a escolha da cidade como local de destino, um momento posterior, quando já alocados na cidade os migrantes se deparavam com a decisão de poder seguir viagem para outro lugar ou escolher ficar e a terceira categoria é composta com as respostas quanto a ideia de deixar a cidade e retornar para seu país de origem.

Após a codificação das fontes, ou seja, dos textos transcritos e tratados das entrevistas, passamos a análise de cada uma das categorias, visando encontrar quais

as palavras mais frequentemente utilizadas pelos entrevistados em cada uma das categorias, diante disso, analisaremos cada categoria, apresentando as palavras mais frequentes, quando relevante, e depois analisando trechos daquilo que foi dito pelos entrevistados em cada uma das categorias. Não apresentamos todos os recortes de cada categoria, buscamos apresentar os recortes que melhor evidenciavam as enunciações gerais a respeito, no entanto em algumas categorias consideramos relevante apresentar as falas de todos os entrevistados.

1. O enquadramento social da decisão de migração e a escolha do Brasil

Como previamente discutido, o enquadramento da decisão migratória é um primeiro passo que envolve diversos fatores, trata-se do momento no qual a migração passa a ser vista como uma possibilidade, uma nova estratégia. Abordaremos primeiro o momento no qual a decisão de migrar passou a se tornar uma possibilidade e num segundo momento, como ocorreu a decisão pelo Brasil.

Essa categoria destaca trechos nos quais eles relatam o contexto no momento da tomada de decisão quanto a migração, contendo os recortes sobre os motivos que os levaram a desejar migrar, quantas pessoas viajaram, quanto tempo levou a decisão de migrar para o início da jornada e etc. As respostas para esta categoria, em mais de uma oportunidade, surgiram ao perguntar “Como era sua vida no seu país de origem?”, como por exemplo para LMQ, ADCL, DDVP, DJBA, em outras, como resposta para variações da pergunta “Como e quando você decidiu migrar?”

Tabela 6 – Categoria 1: O enquadramento social da decisão de migração (parte 1)

CT. 1	O enquadramento social da decisão de migração
LMQ	<i>Só que o que acontece é que estava demorando e eu precisava sair de Cuba porque já não estava me sentindo bem, precisava sair, porque não tinha futuro lá, eu via que não tinha futuro lá, não tinha futuro de nenhum tipo. Trabalhando, trabalhando, trabalhando, mas sem poder adquirir o que precisava.</i>
AJZ	<i>Eu lembro que quando a crise do país já estava afetando tudo, comunidade, cidade, estado, país, minha mãe decidiu emigrar, mas nós não sabíamos a palavra migrar. Só dizíamos, "vamos, vamos ficar dois, três meses e vamos voltar," mas não era assim, como ir e nunca voltar até agora.</i>
ADCL	<i>Muito tempo, porque não é fácil sair do nosso país, mas é, pensando bem sobre a criança, ver a criança chorar de fome, nós ficamos... temos dinheiro mas não tem comida para comprar ou se tem comida, não tem dinheiro e aí nós pensamos em viajar para Pacaraima.</i>

DLA	<i>A mulher que eu tinha, minha esposa, assinou um papel lá em Cuba, que aparentemente era um papel que era para mudar alguma coisa boa nesse tema. Aquele papel se chama Projeto Varela. (...)A partir desse momento, a vida começou a complicar. Mas aí começamos a ter dificuldades com a polícia, porque esse papel não era para... como se fala? Era para mudar um sistema, era... político.</i>
DDVP	<i>Em 2017. Em 2017 se tornou a verdadeira crise na Venezuela. Tínhamos dinheiro, mas não tínhamos comida. Quando nós tínhamos comida, mas não tínhamos dinheiro. Aí eu comecei a vender minhas coisas, fui vendendo minhas coisas. E para comer. Já teve um momento que não podia vender para comer. Aí tomei a decisão de vir para o Brasil.</i>
DJBA	<i>Lá na Venezuela, antes da chegada da revolução, como chama o governo lá, o socialismo, eu fazia serviço no colégio e aí era tranquilo. Eu morava bem e sem preocupação. Até chegar o governo, esse socialismo (...)chegaram para 2005. E foi até 2012, 13, 14, por aí foi que começou a...a ter crise, os supermercados ficaram vazios, o preço subiu, aí o salário não dava. Foram esses fatores que intervieram, porque muitas pessoas... Eu, no meu caso, foi também por esse motivo, minha saída de lá.</i>
KCC	<i>(...) mas Cuba...veja, eu gosto do meu país. Nós gostamos do nosso país. Nascemos lá. Temos toda a família, a pequena família que eu tenho, a que tem meu marido. Temos um ministério que levantamos de zero. Pessoas que amamos, pessoas que nos amam. Mas é impossível viver lá. São duas ou três horas [por dia] que não tem energia elétrica, água cada é a cada 21 dias. A comida é muito cara, muito cara. Muito trabalho, muito trabalho. (...) Mas ainda assim, nunca nosso coração...para ir para nenhum lugar, porque temos um ministério que apesar de tudo isso...nunca Deus nos deixou, nunca Deus nos desamparou. Sempre estava conosco, mas é difícil, é difícil viver em Cuba. Alguém que não tenha Deus...</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Tendo em vista que o enquadramento da decisão migratória se faz a partir daquilo que constitui a vida da pessoa quando a decisão é tomada, observar como o relato a respeito da necessidade de migrar invade as respostas a respeito de como era a vida no país de origem, é também significativo. Podemos aduzir disso como a migração passou a ser uma realidade não convidada ao cotidiano. Destacamos nas falas acima, aspectos que podem ser relacionados as Expulsões, tendo em vista a maneira como os entrevistados apresentam, sob suas perspectivas a vida em seus países de origem era boa e suficiente, não havia um projeto migratório, a questão passa a surgir a partir do momento em que os mínimos existenciais deixam de ser acessíveis.

DLA traz outro aspecto presente em quadros de Expulsões: a perseguição política. Esta, desencadeada pela assinatura de documento que se manifestava contra o posicionamento do governo, tratando-se de proposta assinada por 11.020 cubanos e cubanas pedindo por mudanças democráticas na condução do país. O documento, entregue em 2002, não foi bem aceito pelas autoridades e o governo foi posteriormente acusado de perseguir politicamente os assinantes. Quando consideramos todo o contexto social e político no qual o país está envolvido é possível perceber a ação das formações predatórias que tem papel protagonista nas Expulsões, compreendendo que as estruturas que desencadearam as pressões

políticas sofridas pelo entrevistado têm suas raízes profundamente fincadas em processos internacionais.

Outro aspecto de relevância no contexto do enquadramento da decisão de migrar é o tempo. Quanto tempo levou entre o momento em que se começou a discutir a possibilidade da migração e o momento em que esta efetivamente começou? O *tiempo sucre*, é avaliado em cada caso de maneira bastante pessoal, ao ser perguntada a respeito, ADCL usa o sintagma nominal “muito tempo” não quantificando em anos ou meses o tempo transcorrido, já no caso de DLA, há a especificação de que “15 anos” se passaram entre o momento em que começaram a considerar o deslocamento até o momento em que este efetivamente começou. AJZ relata que a ideia circulava entre a família a partir dos relatos das pessoas que enviavam informações do Brasil, no entanto, aponta que a partir do momento em que decidiram se mudar, em menos de 24 horas estavam a caminho.

A análise quanto ao melhor momento é então um desdobramento de todas as considerações que são feitas no primeiro momento, o momento no qual a migração se torna a nova estratégia. Os recortes dão destaque a outra discussão essencial quando tratamos de migrações de crise que é a voluntariedade, tendo em vista que o que as falas apontam não constituem uma decisão voluntária, demonstrando muito mais a adoção de uma postura mediante coações que compunham o momento social, político e econômico no qual estavam inseridas, sem as quais não teriam iniciado o processo migratório. Interessante perceber a menção que o entrevistado faz ao fato de nem ao menos conhecer o que se tratava a ideia de migrar.

LMQ reforça em pelo menos outros 03 momentos da entrevista que a “alimentação” é o ponto central em sua decisão de sair, afirmando diversas vezes que se não fosse isso ela ainda estaria lá ou que retornaria. DJBA havia perdido uma filha que nascera com uma doença congênita, que ele não especifica, logo outra filha adoeceu e se viu sem medicamentos para tratá-la, mesmo buscando a ajuda de profissionais de saúde, faltaram coisas como seringa, menciona que esse foi o momento definitivo que acarretou a mudança, não admitia perder outra filha. A época da mudança tinha seis filhos, entre meninos e meninas.

A subcategoria “A escolha do Brasil” reúne os recortes sobre o momento em que o Brasil passou a ser a opção para a migração. Para alguns entrevistados foi preciso perguntar especificamente a respeito do Brasil, em outras conversas surgiu naturalmente. Observamos que a decisão pelo país se fundamenta em alguns

aspectos que se repetem de maneiras diversas nas falas dos entrevistados, mas é recorrente a menção de 1. Já conhecer pessoas aqui no Brasil, 2. Ser mais acessível documentalmente, 3. Ser mais barato acessar o país.

Dos 10 relatos, 8 envolvem menções diretas a informações prévias passadas por terceiros, o de DJBA, ele já havia estado no Brasil, na fronteira anteriormente, o de KCC há o relato da revelação espiritual. Foi feita mais de uma tentativa em conversar com a família com a qual DLA viajou, que poderia nos apontar como eles decidiram pelo Brasil, no entanto a representante da família marcou e não compareceu em pelo menos 02 oportunidades.

Abaixo, trechos que abordam, o contexto no qual foi feita a decisão pelo Brasil. Consideramos que seja um segundo passo dentro da categoria principal, a decisão de para onde ir.

Tabela 7 – Categoria 1: O enquadramento social da decisão de migração (parte 2)

CT. 1	O enquadramento social da decisão de migração
Sb. 1	A escolha do Brasil
LMQ	<i>Porque eu ia entrar nos Estados Unidos com um Parole Humanitário, que é um programa dos Estados Unidos, e só posso solicitar a entrada dos meus filhos e da minha mãe, só eles. Então eu falei “Bom, se não posso trazer meu esposo, não tem como resolver isso com meu esposo”, e então eu falei “O Brasil eu posso estar com você, quando tiver o dinheiro você pode vir para cá”.</i>
AJZ	<i>As pessoas que emigraram primeiro para o Brasil chegavam e falavam: “porque se você ficar aqui, você vai morrer de fome e lá é bom.” Minha mãe falou: “vamos ver na realidade que estão vivendo, será que é bom, será que é ruim?” Então, um dia, conversamos e, depois, como hoje, nós falamos e na madrugada do dia seguinte, já saímos para a fronteira, para migrar.</i>
ADCL	<i>É porque, já, muitas pessoas antes de nós, muitos indígenas, já tinham vindo e estavam dizendo que o Brasil era bom para trabalho, que havia muita comida, mais do que tudo, comida. E aí nós decidimos ver... como era mais fácil vir para cá do que ir para a Guiana ou para a Colômbia; era mais fácil vir para cá.</i>
DLA	<i>Fui ao Suriname e, quando cheguei lá, encontrei uns amigos que começaram a falar: “Vamos para o Brasil, vamos para o Brasil, vamos para o Brasil.” E eu: “Para o Brasil? Eu? Moço...” E aí disseram: “Vamos para o Brasil, moço!” E aí pronto, viemos para cá.</i>
DDVP	<i>Para Colômbia tinha que ter passaporte, para Peru tinha que ter, Chile, todos tinham que ter passaporte, a gente não tinha passaporte, era difícil tirar passaporte lá na Venezuela, era muito caro, aí o Brasil não, o Brasil tinha essa facilidade, que a gente não tinha passaporte e dava esse abrigo para a gente.</i>
UZR	<i>Porque muitas pessoas falavam que aqui no Brasil era bom. O Brasil abriu a porta para o Venezuelano. Porque muitos países, às vezes, não eram como aqui no Brasil. Por isso todo o Venezuelano... Não é todo, muitas pessoas correram aqui para Brasil.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Ponto em comum nas falas dos entrevistados e entrevistadas venezuelanos é o deslocamento ou ocorreu de maneira pendular ou pretendia-se que assim fosse, uma vez que a decisão inicial de partir não contemplava uma ida definitiva para o novo

destino o que não ocorre nos relatos do fluxo cubano. Dos VIW e VNI, envolve, dentre os 06 entrevistados, 03, DDVP, ADL, YNR, que vieram uma primeira vez ao Brasil, retornaram a Venezuela para logo retornar em caráter definitivo, ao Brasil, no caso de AJZ o plano era retornar em breve e DBJA, relata ter vindo a fronteira para trabalhar em algumas oportunidades.

Podemos inferir que o intento era o de aproximar-se da fronteira do país, possibilitando maior acesso aos mínimos existenciais, mas mantendo-se próximos de seu país de origem, uma vez que a decisão migratória não compunha um quadro definitivo em seu planejamento inicial. Entendemos que este é também um fator que compõe o enquadramento social da decisão de migrar, nos mostrando que estas pessoas não tinham a intenção de deslocar-se e que iniciaram este processo a partir das Expulsões sofridas em seu território, mas orientados pelo movimento da Rede Migratória que havia se estabelecido previamente.

Encerramos, portanto, a análise desta categoria, pontuando como as falas reforçam os aspectos da não voluntariedade na decisão migratória, presente em todas as entrevistas, tendo em vista que a migração não constituía um plano de vida prévio às Expulsões, ao apontarem que em outro contexto, que não envolvesse fome ou perseguição política, a migração não teria ocorrido bem como percebemos o movimento pendular como outra maneira de manifestação da não voluntariedade da migração.

Destacamos a influência da Rede na escolha do país destino e ainda o quanto os fatores se entrelaçam envolvendo questões familiares, a dúvida quanto ao ficar ou o melhor momento para partir, a escolha do local. O debate sobre quem deve partir primeiro e em que momento se espera que possa ocorrer a reunião familiar do local de destino, bem como o surgimento de palavras como “comida” e “trabalho” reforçam o contexto das preocupações que cercam o momento da tomada de decisão, como pudemos observar nos recortes analisados.

2. A provisão de recursos

Essa categoria aborda o levantamento de provisões que possibilitassem a viagem. Se constitui de duas subcategorias, uma destinada a pontuar questões propriamente financeiras e outra para colaborações de terceiros que sejam além de dinheiro, como caronas e os relatos destacados apontam especialmente para o

movimento das Cadeias Migratórias que por meio de diferentes atuações facilitam o início do movimento por parte daqueles que estão começando o processo de deslocamento.

Ao perguntarmos dos aspectos financeiros relacionados a migração, em alguns casos, como o de DLA percebemos que não houve muita abertura para maior detalhamento de como ocorreu o custeio de sua viagem, relatando apenas que foi custeado pelo amigo que encontrou no Suriname, relatando que o amigo havia vendido a casa na qual residia no país de origem. As outras duas falas nos mostram um espectro maior quanto as medidas adotadas, vejamos:

Tabela 8 – Categoria 2: A provisão de recursos (financeiros)

CT. 2	A provisão de recursos
Sb. 1	Financeiros
LMQ	<i>Olhe, eu tive que vender uma moto em Cuba, eu tinha, uma moto, não era minha, meu tio tinha uma moto e a casa dele, ele vendeu e eu falei “Tio, eu preciso sair do país.” Ele também queria vir para cá, só que não tinha como vir sozinho, não queria vir sozinho. E ele falou “Vamos, que eu vou pagar tudo.” Meu tio vendeu, eu não precisei fazer nada além de vender a moto e a casa.</i>
AJZ	<i>Ah ai minha mãe pegou o salário e guardou o dinheiro para passagem de São Félix para Santa Helena</i>
DJBA	<i>Eu não tinha como vir. Eu liguei para o meu cunhado que fazia serviço lá em Boa Vista. Expliquei o caso das meninas que estavam com doenças, que não conseguiam melhorar. E aí ele pagou para mim, ele me enviou 300 reais. Com esses 300 reais, eu vim. Logrei chegar de Tucupita até Pacaraima.</i>
KCC	<i>R: Você falou que Deus supriu financeiramente, como isso aconteceu? KCC: Porque nós temos pastores. E o pastor, dormindo, Deus lhe falou de nos ajudar com um dinheiro. Quando o pastor nos disse “Não, olha, o Espírito Santo...onde está sua esposa? Eu quero falar com ambos”. E então, sim, está bem, e quando chegamos, eu venho, que estava cozinhando, “Não, olha, o Espírito Santo tratou comigo de dar-lhe um dinheiro, não sei para que é, mas o Espírito Santo tratou comigo para dar-lhe um dinheiro”.</i>
UZR	<i>Não, eu... Para entrar no Brasil eu vendi minhas coisas. Falei com minha mãe para vender e tirar dinheiro. Vendi. R: Vendeu as coisas? UZR: Isso. Para me passar e para chegar à fronteira da Venezuela. A Brasil, então.</i>
TYG	<i>Nós estávamos juntando [o dinheiro]. E logo nós tivemos que vender a casa para juntar tudo e poder sair de lá.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Há que se fazer menção ao fato de que, as referências a vendas, tratam da venda de imóveis, como o amigo de DLA que desfez-se da casa e o tio de LMQ que desfez-se tanto da residência quanto de um meio de transporte, não podemos portanto deixar de perceber o significado que há no ato de desfazer-se de sua casa em prol da consecução do objetivo migratório, percebemos também nesse movimento mais um desdobramento da Expulsão relacionada ao movimentos característicos de migrações de crise, no qual a pessoa ou família é coagida a desfazer-se de bens

materiais tão simbólicos como as próprias casas para empreender em uma nova estratégia sob pena de padecer de fome e ver seus entes passarem pelo mesmo.

Observamos então a maior recorrência de 1. Venda de bens e imóveis e 2. Doações e, em menor número, o 3. Uso de reservas financeiras, podendo haver a associação de duas ou mais estratégias.

Tabela 9 – Categoria 2: A provisão de recursos (colaboração de terceiros)

CT. 2	A provisão de recursos
Sb. 2	Colaborações de terceiros
LMQ	<i>Ele falou “Eu posso ir com você e depois eu me mudo, só para não chegar sozinho ao Brasil, porque não conheço nada”. E então meu esposo falou “Não tem problema”, porque o conhecemos, sabemos como ele é, conhecemos a família dele em Cuba, ele vai à igreja também. Então ele ficou com meu esposo e vieram juntos.</i>
AJZ	<i>(...) porque de Tucupita, onde nós morávamos, fomos de carona para São Félix.</i>
KCC	<i>Nós ficamos em casa de um apóstolo amigo. Nós somos reconhecidos em Cuba inteira como pastores, nós fomos ministrar aqui e ali assim, em Cuba inteira. Nós ficamos em casa de um apóstolo amigo nosso em Camagüey. Chegamos lá e ficamos uns cinco dias.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

A segunda subcategoria, evidencia as algumas maneiras possíveis de participação das Cadeias Migratórias, que são as estruturas locais das Redes, mediante o acolhimento dos migrantes em sua residência, oferecendo carona ou mesmo companhia.

No fluxo venezuelano percebemos mais menções a caronas, especialmente no trajeto dentro da Venezuela já no fluxo cubano as menções de colaboração são voltadas a companhia e no caso de KCC o oferecimento de estadia provisória. Entendemos que apesar de uma categoria com declarações sucintas, é de grande relevância aos fluxos, influenciando inclusive em seu direcionamento.

3. A viagem

No repertório da ação migratória, a viagem é o momento no qual o deslocamento de fato se inicia, envolve aspectos práticos, como os locais pelos quais o trajeto se dá, como observamos algumas menções a cidades, estados e países, como “Belém”, “Macapá” e “Suriname”, bem como palavras que podemos relacionar a questões logísticas como “passagem” ou “abrigo” e ainda um elemento que pode ser considerado tanto subjetiva quanto objetivamente “tempo” mas que percebemos

nessa categoria se relacionar com o tempo destinado a realização do trajeto entre um e outro ponto e para marcação dos períodos de abrigo.

Importante especificar que em nossa análise consideramos como “Viagem” todo o trajeto realizado até o estabelecimento na cidade de Araguaína, como indicam os nomes das subcategorias. No caso do deslocamento cubano percebemos que esse se dá com paradas menores ao longo do caminho enquanto a Rede venezuelana se move por etapas, incluindo estadias mais demoradas nas cidades que percorre. Marcando a busca pela reestruturação da organização social e de vida ao longo do caminho.

Vejamos como os entrevistados se manifestaram quanto a viagem, num primeiro momento analisaremos o percurso Venezuela – Araguaína.

Tabela 10 – Categoria 3: A viagem (Venezuela - Araguaína)

CT. 3	A viagem
Sb. 1	Venezuela - Araguaína
AJZ	<i>Como nós falamos, saímos de madrugada, de carona. De carona até São Félix, uma cidade onde pegamos ônibus até Santa Helena. De São Félix até Santa Helena, tinha que pagar passagem. Depois passamos uma noite em Santa Helena e, de lá, pegamos outra carona para chegar na fronteira, em Pacaraima. Em Pacaraima, ficamos dois anos em refúgio e abrigo. Meu irmão estava trabalhando em Boa Vista e mandou dinheiro para a passagem, então pagamos o ônibus de Pacaraima direto para Manaus. Manaus, é...nos ajudou uma irmã que é evangélica e estava ajudando imigrantes para ir para outro estado. (...) ela aceitou e pagou a passagem de avião, de Manaus até Belém. (...) Não, em Belém ficamos alugando, pagando casa. E depois [ficavam] falando, lá tem uma cidade que é boa, tem trabalho e também nós pedimos na rua para pagar a passagem, porque em Belém, como é grande, não tinha como ir para a Assistência Social, nada, para pagar a passagem, ficamos na rua pedindo, coletando, para pagar a passagem e viemos para cá, Araguaína.</i>
DDVP	<i>Aí depois na segunda vez que eu vim com minha filha, estava entrando muita gente em 2018 lá em Boa Vista. Aí até ocorreu que eu passei minha filha escondida, porque nós tínhamos que fazer um trâmite lá na Venezuela. Eu fui conhecendo, já me informei no momento que eu voltei para a Venezuela, como eu podia trazer meus filhos. Aí explicaram, se você tem filho menor, você tem que ter autorização do pai. Aí como o pai não deixou trazer o outro, que estava com 14 anos, aí ele falou, não, “tu leva ela e deixa esse aqui comigo”. Aí eu tinha falado com meu ex-marido, porque eu vim pra cá, eu falei, não, eu vou tentar, vou com ela, está a minha irmã lá e vou tentar que eu consiga ir pra lá. Aí ele ficou lá na Venezuela, então eu vim só com minha filha. Quando eu cheguei na fronteira, que já era um momento de... que era uma fila enorme, eu levei, eu fiz a declaração que me deu o pai. Só que tinha que passar por outro órgão, e eu não passei. Eu registrei, mas não passei. Aí falaram que não podia, mas eu estava sem dinheiro. E aí eu falei, “Como eu vou voltar?” Já estava longe, estou sem dinheiro. Aí eu falei com o motorista, aí eu saí chorando, peguei a minha filha, já era 6 horas da tarde. Aí eu falei com o motorista, “Eu não posso, eu vou voltar pra quê? Eu não tenho dinheiro”. Aí ele disse, “Vamos tentar”. Aí eu falo que foi coisa de Deus, porque quando nós estávamos passando onde estava a polícia, ele disse, “Bota a menina embaixo”, né? Que tinha uma bolsa, porque ela era pequenininha, fininha. Botei ela embaixo, 7 anos, e botei a bolsa em cima. Fiquei com a bolsa. Aí eu fiquei, mandaram todo mundo descer. Aí o guarda falou, “Não, você fica aí”. Porque eu já estava ruim, não sei, meu rosto, ele viu. “Pode ficar aí”. Aí eu disse, “Tá”, “Pode ir embora”. Aí, quando ela saiu, começou a chorar. Nossa, foi... Chegamos a Boa Vista meia noite. Meu Deus, com o coração na mão.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Optamos por destacar apenas as falas de AJZ e DDVP tendo em vista que seus relatos resumem de maneira bastante eficiente as informações obtidas também junto aos demais entrevistados venezuelanos. O trajeto de todos os imigrantes venezuelanos com os quais tivemos contato, tanto no âmbito das entrevistas quanto na atuação profissional, se inicia em Tucupita, no Delta do Amacuro, a partir daí os entrevistados informam com mais ou menos detalhes que seguem para cidade de São Félix, trecho geralmente feito de carona, seguindo daí a Santa Helena de ônibus, num trajeto mais longo de aproximadamente 12h, de Santa Helena até Pacaraima, município ao norte do estado brasileiro de Roraima, o trajeto é feito também de carona e dura aproximadamente 30 minutos.

Após a chegada a Pacaraima, os entrevistados venezuelanos apontaram ficar na cidade fronteira por algum período, no qual ainda consideravam a possibilidade de retornar para sua cidade de origem, no entanto após descartar a ideia de retorno imediato instalam-se na cidade por períodos que variam, dali seguem para Manaus e depois para Belém e relatam tomar a decisão por Araguaína a partir da capital paraense na maioria dos casos. No entanto a segunda leva de entrevistas apontou que em alguns casos, como YNR e UZR a decisão por Araguaína foi tomada a partir de Redenção e Acailândia.

O relato de DDVP nos mostra um aspecto delicado da viagem, qual seja a travessia de sua filha, representando as dificuldades enfrentadas pelos migrantes venezuelanos no percurso, além disso sua trajetória inclui um período no qual teve que viver em uma barraca na rodoviária em Pacaraima e um tempo de abrigamento, durante o qual atuou colaborando com os administradores do abrigo junto a educação de crianças e a mediação no atendimento de necessidades diversas das crianças e suas famílias, relata ainda que, uma vez que suas irmãs e seu companheiro não foram aceitos no abrigo, tendo em vista não estarem acompanhados de crianças ou adolescentes, ocuparam uma casa que passou a receber pessoas que estavam desabrigadas em Boa Vista, a casa era mantida com esforços de todos e a ajuda informal de alguns militares que levavam o que restava da comida consumida no abrigo Rodon 1.

Seu relato se relaciona com o de seus compatriotas em alguns pontos, como as incertezas para a travessia acompanhada de crianças, a estadia em abrigos e o envolvimento social nos abrigos, como relatam também AJZ e DJBA, o primeiro conta ter colaborado nas cozinhas do abrigo onde estava em Roraima e o segundo relata

ter se disposto a lecionar para as crianças venezuelanas num primeiro abrigo, atuado como agente comunitário de saúde num segundo momento e constantemente atuado como mediador entre a comunidade Warao e os responsáveis por atendimentos no Brasil.

Como já pontuamos, nenhum dos relatos venezuelanos informa uma decisão de mudança com um trajeto previamente definido a longo prazo, é recorrente a informação de que optaram por iniciar o trajeto e fazer incursões de exploração na qual avaliavam novas cidades e informavam aqueles que haviam ficado no ponto anterior do trajeto.

Na segunda subcategoria, temos o percurso feito pelos migrantes cubanos. Tal como os migrantes venezuelanos, os cubanos têm em comum serem todos de uma cidade e província específicas em Cuba, qual seja a cidade de Santiago de Cuba, que está localizada em província homônima.

Tabela 11 – Categoria 3: A viagem (Cuba - Araguaína)

CT. 3	A viagem
Sb. 2	Cuba - Araguaína
LMQ	<i>Então, Cuba, Suriname, de avião, em Suriname, um táxi e comecei a cruzar a fronteira. Suriname, Guiana Francesa, Guiana Francesa, Macapá, e em Macapá peguei um barco para Belém. Quando cheguei a Belém, comecei a procurar para qual cidade ir.</i>
DLA	<i>Aí, pronto, fizemos a travessia. Pegamos de Suriname e fomos até... ah... Guiana, Guiana? Sim, fomos até a Guiana e aí pedimos um documento para transitar na Guiana. Ficamos um dia, pedimos 5 dias, mas ficamos só um dia. R: E aí de Guiana, pra cá? Vocês vieram da Guiana pra o Brasil, ou ainda parou em algum outro país? DLA: Não, aí não paramos em nenhum país, daí já viemos... R: Qual foi a primeira cidade aqui no Brasil que vocês chegaram? DLA: Não sei, foi... Oíapoque? Macapá? Macapá ou Oíapoque? Um desses aí. [riem]</i>

Fonte: elaborado pela autora.

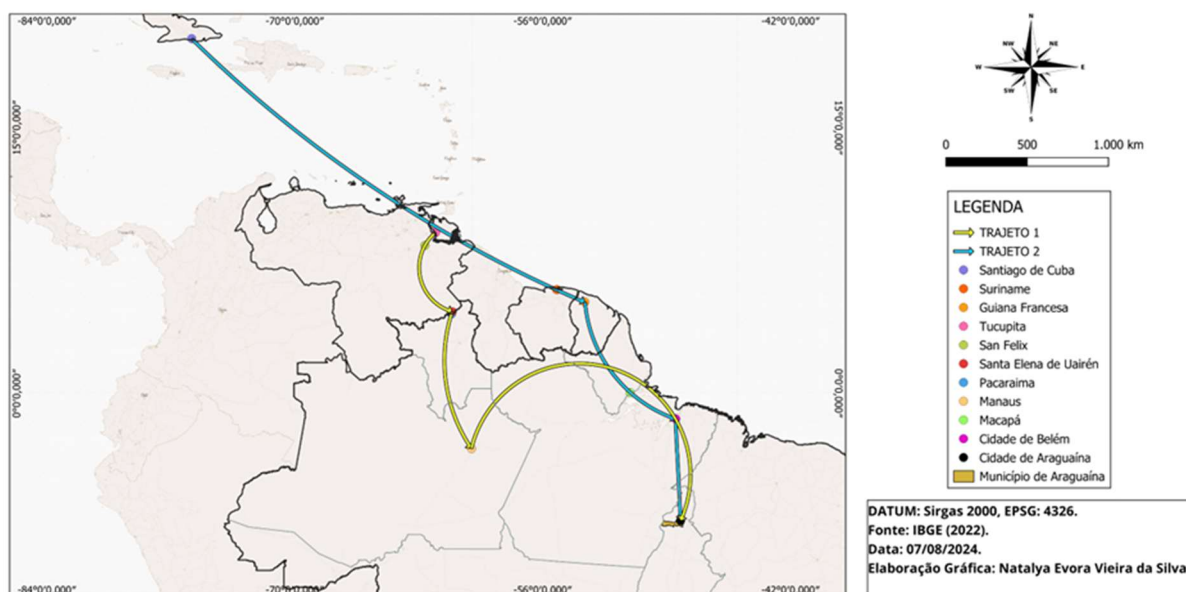
Os migrantes que partem de Cuba, também relatam trajeto que compartilha os mesmos pontos entre si, a saída de Santiago de Cuba até o Suriname de avião, país no qual ficam por alguns dias, o suficiente para organizar a documentação necessária para seguir para o Brasil, a partir do Suriname seguem para Guiana Francesa onde atravessam a fronteira para o Brasil no Oíapoque, município do Amapá, norte do país, a partir do Amapá a viagem é feita de barco até Belém e, semelhantemente aos migrantes venezuelanos, relatam que a decisão por Araguaína foi feita em Belém.

Ressaltamos que ao mencionar a entrada no Brasil, há algumas referências também ao município de Macapá no Amapá, situação que apenas se esclareceu com a realização da segunda leva de entrevistas, compreendemos então que os migrantes

cubanos entram no Brasil pelo Oiapoque e ao chegar a Macapá, tomam o barco que os leva a Belém.

O mapa abaixo permite a visualização dos principais trajetos realizados pelos dois fluxos:

Figura 4 – Os principais trajetos realizados pelos migrantes



Fonte: IBGE (2022).

A similaridade dos caminhos percorridos por cada uma das duas nacionalidades até a cidade de Araguaína, e principalmente o fato de que cada fluxo compartilha um único ponto de partida nos países, reforça a ideia da ação da Rede e seu fortalecimento, tendo em vista que uma de suas características é a padronização do trajeto a ser percorrido pelos viajantes. Cabe destacar o papel de atores que se repetem nas narrativas, como a pessoa que providencia passagens de avião para migrantes venezuelanos de Manaus para outras cidades do país, surge tanto no relato de ADCL quanto de AJZ, o que sinaliza também o fortalecimento da atuação da Rede que passa a se tornar conhecida de terceiros, já no país de destino.

Outro ponto de atenção no trajeto é as pessoas que o percorrem, no caso da imigração venezuelana percebemos que há maior tendência do deslocamento em grupos, exceto por UZR, todos os venezuelanos relatam terem saído de seus locais de origem acompanhados por seu núcleo familiar, o que contrasta em alguma medida com a maneira de deslocamento dos cubanos, que no caso dos entrevistados, observamos que se deslocaram em grupos menores, TYG, viaja apenas com o

esposo, LMQ com o tio, deixando o esposo e os filhos, o esposo posteriormente chega a cidade acompanhado de um vizinho, o Senhor C., DLA vem com uma família de amigos mas deixa esposa e filhos, e KCC com o esposo e dois dos filhos.

Podemos inferir que o percurso realizado e as questões financeiras que envolvem o deslocamento são os fatores que se traduzem na diferença da abordagem de cada Rede, tendo em vista que a economia dolarizada e a maior distância para empreender a viagem de Cuba ao Brasil seria um dos fatores que levaria ao parcelamento dos grupos de viajantes.

4 A instalação e inserção na cidade de destino

Essa categoria se subdivide em duas subcategorias e tanto na categoria principal como nas subcategorias foram encaixados relatos. Na categoria principal os recortes estão relacionados a um aspecto mais geral das experiências, as subcategorias são “A escolha da cidade” e “A decisão de ficar” que serão definidas em momento oportuno.

Ao buscar pela palavra mais frequente desta categoria no WebQDA, considerando palavras com dimensão mínima de 05 caracteres, excluindo as palavras “porque, então, vocês, assim, tenho, quando, depois, também, estou, estava, minha, Araguaína, entendi”, o resultado como palavra mais frequente é “pessoas” com 30 ocorrências, seguido por “disse” (19) “muito” (17) “trabalho” (15) “falou” (15).

Estas cinco palavras como as cinco mais repetidas nos recortes a respeito da instalação e inserção no local de destino, nos aponta alguns aspectos relevantes, primeiro o protagonismo das pessoas nesse processo tanto como facilitadoras como significando um estranhamento, uma vez que a atuação da Rede Migratória pode ser pontuada ao longo de todo o trajeto daqueles que estão em deslocamento, no entanto o momento da chegada e inserção no local de destino é aquele no qual seu papel ocupa uma posição de destaque, considerando que o acolhimento ou não pela Rede bem como as relações que se estabelecem a partir desse contato terão forte influência em como os recém-chegados percebem a nova localidade.

A ocorrência de dois vocábulos que dizem respeito a comunicação, disse e falou, a circulação de informações necessárias no momento de realocação, que possibilitará a inserção laboral, o aluguel de imóveis e acesso aos serviços na cidade

bem como a combinação dos termos muito e trabalho, que em diversas oportunidades aparecem associados, apontado as perspectivas anunciadas a respeito da cidade.

Tabela 12 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino

CAT. 4	A instalação e a inserção na cidade de destino
LMQ	<i>Que falar? [rindo] O que quer que eu fale? Oye Rhaïssa, eu me levanto às três e meia da manhã, vou trabalhar e chego às quatro horas da manhã, a pé, porque ainda não tenho moto, não tenho carro. Trabalho toda a manhã, até às 12 horas do dia, depois vou para casa, tento dormir, não consigo, porque nesse momento meus filhos fazem chamadas. (...) Aqui não, aqui eu tenho uma doença, desde a manhã fico com dor de cabeça e tenho medo de dizer que tenho dor de cabeça porque tenho medo de que me mandem embora, porque preciso do trabalho."</i>
AJZ	<i>AJZ: E nós conseguimos trabalho, primeiro salário que nós pegamos, saímos de aí para alugar, ficamos no Tiúba um ano, porque não conseguimos trabalho, ficávamos na rua pedindo, coletando, e chegaram as pessoas da Defensoria, Ministério Público. Depois, falaram que havia vaga para trabalhar na prefeitura, mas nossa família ficou de fora (...)</i>
DDVP	<i>Aí inclusive já conheci um dia, tava trabalhando, e tava um doutor que tinham me falado que ele era cubano. Aí eu tava lavando um banheiro e aí ele falou, "Posso entrar?" E a menina já tinha me falado, "Tu conhece ele, ele é cubano" Eu falei, "Não, não conheço não". Ela disse, "Mas eu vou falar pra ele". Eu falei, "Pode ser". Aí eu esperei a oportunidade, ele disse, "Posso entrar?" Eu falei, "Puedes entrar". Ele disse, "O qué? Tu hablas español?"R: É bom, né? Deve ter sido muito bom. DDVP: "Oxe", ele falou, ai eu "Sim, eu falo espanhol". Aí, começou a falar, "Bem-vinda, estou com 25 anos aqui, vai dar certo". Aí, sabe, até chorei, porque eu olhei aquela coisa, que a gente ia se encontrar com pessoas que já passaram aquela dificuldade. Porque ainda não é fácil, mas temos que continuar.</i>
DJBA	<i>DJBA: Já falta pouco. Mas eu me quero dedicar a outra coisa. Eu estou pensando em fazer um projeto educativo. Porque estou vendo a cultura, que nossa língua está desandando. Os meninos estão aprendendo mais português, a cultura brasileira. E... Porque nós pertencemos a uma língua indígena. Somos um grupo originário indígena. E temos nossos próprios costumes, nossa própria língua. E aí, essa cultura é intangível. Essa cultura não se pode perder. Eu me quero dedicar a isso. A que também os brasileiros conheçam nossa presença, nossa língua, nossa cultura.</i>
KCC	<i>Sim. É uma etapa de...de se acostumar a algo novo. O idioma, as pessoas, as ensinanças, tudo. A cultura, nada é igual. Tudo é diferente. Então, não somente nós, os mais velhos, mas também os meninos. Sim. E... nós nos demos conta de... Não sei. Não vou ofender. Que [os brasileiros]... São um pouco brutos.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Das declarações de AJZ podemos também vislumbrar a atuação de terceiros que atuam como suporte para a Rede na cidade, como V., personagem ligada à igreja católica que tem atuação próxima aos migrantes venezuelanos, no entanto, destacamos a particularidade de que esta personagem não é mencionada pelos migrantes cubanos, o que mostra a especificidade de cada um dos fluxos.

Quanto a LMQ relata estar trabalhando em dois locais, um deles esporadicamente e outro, uma rede de padarias da cidade e, também exercendo funções que não exercia em sua cidade de origem. Ressaltamos o que esta entrevistada trás quanto a maneira como se sente ameaçada, sob o fato de que pode

ser demitida caso relate estar se sentindo mal. O que nos leva a refletir quanto, por mais robusta que possa parecer a legislação trabalhista, sua efetividade deixa de alcançar ocasiões específicas. Ao comparar o tratamento dos dois países a questão trabalhista, percebemos que os elementos por ela apresentados teoricamente são válidos também no Brasil, uma vez que o trabalhador tem a possibilidade e o direito de apresentação de atestado para abonar faltas trabalhistas, no entanto a entrevistada não se sente segura para o exercício desse direito, diante do fato de que trabalhar para pessoas tem implicações diferentes das de trabalhar para o ente estatal, como ocorria em Cuba.

DJBA, menciona duas questões que valem especial destaque, uma delas, a dificuldade com moradia enfrentada pelos migrantes, especialmente diante dos relatos dos VIW, de acordo com informações de AJZ e ADCL, reforçadas pela fala de DJBA, estes não pagavam aluguéis na Venezuela, mencionam que viviam em casas cedidas pelo governo, inclusive que as casas foram repassadas a outras pessoas após eles deixarem as casas e não retornarem. DJBA ao mencionar a questão da moradia no Brasil, diz que esse era uma dificuldade que ele não tinha até agora.

Ao longo dos anos de atuação no atendimento dos imigrantes em Araguaína pudemos acompanhar a dificuldade de adaptação destes a realidade de serem responsáveis pelo custeio dos aluguéis de suas casas, das contas de água e energia. As dificuldades são potencializadas diante do costume dos grupos familiares em manter uma convivência próxima, o que leva com que seja comum que dois ou mais núcleos familiares optem por residir no mesmo imóvel ou em conjuntos de *kitnets* o que em mais de uma oportunidade resultou em contas de água de milhares de reais.

Some-se a este cenário a necessidade de devolver as casas no estado em que se encontravam inicialmente, outra regra que os VIW nos informavam não entender e diante disso não se atentar ao seu cumprimento. A junção destes fatores à xenofobia causa aos migrantes indígenas alguns empecilhos para conseguir casas de aluguel o que em mais de uma situação demandou o envolvimento do ente municipal para mediar as contratações. No entanto, ressaltamos o papel da xenofobia, uma vez que não são poucos os relatos de tentativas de aluguel que se encerram quando o locatário entende tratar-se de migrantes, sejam indígenas ou não, venezuelanos ou cubanos.

O outro ponto levantado por DJBA é sua preocupação com a cultura Warao. Entendemos que o recorte escolhido para o quadro é de grande relevância uma vez

que mesmo desejando pertencer a cidade na qual agora reside o entrevistado demonstra a preocupação de não ver a cultura de seu povo apagada, preocupa-se que as crianças deixem de falar a língua e que as características que os definem como povo sejam perdidas. O momento no qual trás isso a conversa é ao comentar sobre o trabalho que recentemente deixou, a pedido seu, porque deseja dedicar-se a esse projeto, informa inclusive, já ter se reunido uma vez com a Secretária Municipal de Educação para tratar do assunto. A preocupação de DJBA também dialoga com a compreensão das Redes Migratórias, justamente porque a partir dela entendemos que o migrante não corta laços com seu local de origem quando se insere na sociedade de destino, e isso vai além de manter contato com as pessoas que não migraram.

Parte desta percepção pode ser captada também a partir do relato de DDVP que nos mostra como os sofrimentos e estranhamentos naturais ao processo de inserção e instalação na nova localidade podem ser amenizados a partir do encontro com a cadeia migratória, a emoção relatada por ela ao poder conversar com alguém no trabalho em seu idioma materno somado ao fato de tratar-se de alguém que, por ter migrado, teria a compreensão das dificuldades enfrentadas por ela, não apenas no trajeto mas na instalação e inserção. Poder reconhecer um pouco de si em um Outro que já tenha superado a fase de adaptação poderá fortalecer a compreensão do migrante de que os processos pelos quais está passando fazem sentido e valerão a pena.

A subcategoria “A Escolha da Cidade” destaca falas nas quais os migrantes informam o momento no qual souberam de Araguaína. Na maioria dos casos, em resposta a pergunta “Como você soube de Araguaína?” mas em alguns casos a resposta apenas surgia em meio ao relato do trajeto.

Nesse recorde da categoria podemos perceber a verdadeira formação da Rede Migratória, uma vez que ao repassar as informações quanto as condições da vida na cidade, os migrantes já instalados interferem na maneira como os demais migrantes tomarão decisões em seu trajeto.

Tabela 13 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino (a escolha da cidade)

CAT. 4	A instalação e a inserção na cidade de destino
Sb. 1	A escolha da cidade
LMQ	<i>Estava buscando qual cidade escolher, só que um homem aí falou: 'A melhor cidade para vocês que são cubanos, que não sabem falar, tem uma mulher cubana, faz muitos anos,</i>

	<i>que trabalha em uma agência em Belém. Vocês são cubanos? Eu falei 'Sim'. [Ele respondeu] 'A melhor cidade para vocês que são imigrantes é Araguaína, porque é uma cidade supertranquila para vocês começarem, não tem favela.' Aí eu disse 'Ah, vamos para Araguaína'. Assim, contatei um cubano que estava morando lá e perguntei 'Onde você está morando?' Ele me disse 'Em Araguaína.'</i>
AJZ	<i>Sim, o UZR estava aqui, estava aqui em Araguaína, ele falou, "AJZ onde você está?" "Eu estou aqui em Belém" aí ele falou "Não, então você está perto, você pode vir aqui, é bom, os brasileiros..." [faz um comentário pessoal a respeito dos brasileiros] os brasileiros são todos boas pessoas, [volta à fala de C.] "aqui em Araguaína, os brasileiros ajudam, dão trabalho, às vezes quando saem na rua, coletam mais" eu falei para minha mãe, para toda a família, para mudar de Belém para Araguaína.</i>
ADCL	<i>Depois de Belém, é...já...minha mãe tinha uma família que estava aqui em Araguaína, é assim como estavam falando, tem muito trabalho. Mais do que tudo nós estávamos procurando trabalho, para melhorar a situação. "Não, que aqui tem muito trabalho, que você pode vir" e assim foi que nós viemos.</i>
DLA	<i>E aí, pronto, lá no terminal de Belém, o homem que vendia as passagens falou: "Há uma cidade, mais ou menos perto, que é boa para ficar." Então eu perguntei: "Qual é?" E ele disse: "Araguaína" — não, não era Araguaína, era Tocantins, algo assim, ou Palmas, ele falou Palmas. Algo disso.</i>
YNR	<i>Não, já anteriormente estava um primo meu aqui que morava. E ele disse, não, aqui é bom, pois aqui é bom. E dão comida e tudo isso. É um refúgio. Não é um refúgio grande, mas aqui cabe pessoal para morar e isso.</i>
DDVP	<i>Ele pegou esse barco, "Bora conhecer", e ele chegou em Belém, aí foram para a rodoviária, aí que ficaram ele e outras pessoas mais, porque ele...com uma namorada que ele tinha e a mãe da namorada, aí perguntaram e [disseram que] "Araguaína é bom para viver", aí eles vieram para Araguaína.</i>
DJBA	<i>Já eu decidi... Vamos continuar. Vamos para outro estado. Talvez haja pessoas que nos ajudem. Até que... Não era para vir aqui. Nós fomos para Redenção do Pará. Quando chegamos aqui... AJZ ligou para V. E ela ligou lá. Quando ela nos viu, ela me apresentou. E ela falou... Você pode ficar aqui. Aqui tem uma prefeitura que atende aos Warao. Os Waraos estão trabalhando já. Me alegrei. E aí foi que... Sem querer, fiquei aqui.</i>
KCC	<i>KCC: É isso. Nós viemos para Araguaína, porque conhecíamos a LMQ, mas não conhecemos as características de LMQ [dando a entender que não são íntimas].</i>
UZR	<i>R: Entendi. Mas quem que te falou de Araguaína? [Ele corta e diz "Não"] Ou você viu na internet? UZR: Eu vi na internet. R: Você viu na internet? Como é que foi? UZR: Na internet eu procurei a cidade, porque eu sempre procurava o estado. Falei, vou para pedir. Então aí eu procurei aqui em Araguaína. Gostei. Então eu preferi vir aqui.</i>
TYG	<i>Nós escolhemos o Brasil por uns amigos nossos que já estavam morando aqui. Eles recomendaram o Brasil e recomendaram este estado, esta cidade. E pronto, nós viemos para cá.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Dentre os 10 entrevistados podemos observar que 07 pessoas, optaram pela cidade após o relato de alguém que já estava aqui, 03 pessoas, informam que optaram pela cidade após conversar com alguém que vendia passagens no terminal rodoviário de Belém e uma pessoa, informa apenas o uso da internet, temos os casos de DLA que combina uma primeira informação no terminal rodoviário com a pesquisa na internet e LMQ que recebe a informação no terminal mas toma a decisão após conversar com o conterrâneo que já está aqui.

Destacamos que no caso de LMQ, a intenção era de ir até outra cidade brasileira, mais ao sul, Curitiba, capital do Paraná, no entanto em sua fala, LMQ conta

que pesquisou a cidade sugerida pelo vendedor de passagens e que não encontrou nada muito animador, informa inclusive que não encontrou a cidade, apenas o estado do Tocantins e que apesar de receber a sugestão por parte do vendedor de passagens para vir para Araguaína, ela ainda tem a intenção de comprar passagem para Curitiba, no entanto entra em contato com RTM que já está na cidade e esse lhe dá informações positivas, a despeito do resultado da pesquisa da internet e mesmo que as pessoas em seu lugar de origem comentem mais a respeito de outras cidades, como as capitais por ela apontadas, a entrevistada opta pela cidade onde tem conhecidos. O que reforça a importância da análise das Redes, que nos permite observar o conjunto de fatores que influenciam no movimento migratório.

Há que se ressaltar que DLA chegou à cidade antes de LMQ e que ambos fazem menção a um mesmo personagem R, que chamaremos de RTM, que chegou ao Brasil em março de 2023, acompanhado de sua esposa, três filhos e DLA, e é o amigo que DLA encontrou no Suriname e o convenceu de seguir caminho para o Brasil. RTM e sua família desempenharam papel relevante para o desenvolvimento desta Rede Migratória cubana para Araguaína, considerando que após sua chegada pelo menos outros 5 grupos de cubanos chegaram à cidade, entre 2023 e outubro de 2024, todos advindos da mesma província, Santiago de Cuba.

Destes grupos três deles foram acolhidos em sua residência num primeiro momento, um deles o de LMQ. No entanto há relatos de que houve desentendimentos entre a família RTM e o restante da Rede, relacionados a cobranças e questões financeiras, inferimos que seja parte da razão pela qual DLA optou por manter-se afastado.

Os meandros mencionados, nos apontam especificidades que os relacionamentos na Rede podem desencadear, uma vez que esta é antes de tudo fundamentada em conexões e informações que são replicadas entre os migrantes, o que nos leva a crer que um rompimento de relações ou relatos de dificuldades de inserção que pudessem ser atribuídos a integrantes da Rede poderia desencadear o enfraquecimento desta, no entanto observamos que o papel assumido por LMQ proporciona um espaço que oferece segurança para que os deslocamentos sigam ocorrendo, conforme informa na entrevista, após sua chegada a cidade com o tio ela recepcionou o esposo e um conhecido, Senhor C., e a época da entrevista aguardava a chegada de mais uma família, que é a de KCC.

Quando consideramos o fluxo venezuelano indígena em Araguaína observamos atualmente a formação de dois conjuntos distintos, que reúnem diversos grupos familiares, ADCL e AJZ compõem um mesmo conjunto, que chamaremos de Conjunto A, o outro conjunto que chamaremos de Conjunto B, mostra-se menos disponível para o envolvimento em alguns tipos de atividades coletivas. Destacamos, portanto que ao falar em conhecer apenas seus familiares ao chegarem à cidade, nenhum dos dois se refere a apenas seu núcleo familiar, mas ao conjunto formado por diversos grupos.

Compreendemos que a divisão se iniciou quando da chegada das famílias Warao a Araguaína, quando todos eles foram alocados em espaço no Setor Tíuba, por integrantes de um grupo religioso; à época um dos representantes desta primeira família se autointitulava como Cacique dos Warao em Araguaína, no entanto não teve sua liderança acolhida pela comunidade o que desencadeou alguns rompimentos, as famílias que compõem o Conjunto B são mais proximamente relacionadas ao mencionado Cacique, que deixou a cidade ainda em 2021.

Os relatos apresentados por AJZ mostram um dos pontos de conflito enfrentado pela Rede, uma vez que ao chegarem aqui, AJZ e seu grupo não foram completamente recebidos pela comunidade que já residia aqui o que despertou algumas complicações, como a dificuldade para aceitarem que residissem no mesmo espaço cedido pelo grupo religioso que amparava a Rede à época ou os empecilhos colocados para que AJZ e seus familiares tivesse acesso às vagas de emprego disponibilizadas pelo ente municipal.

A despeito dos conflitos mencionados, AJZ e seu núcleo familiar residiram no espaço mencionado e tiveram acesso as vagas de emprego num segundo momento. Os relatos de ADCL contam como a dificuldade inicial se desenrolou, tendo em vista que, conforme ela manifesta, mantém relações apenas com as pessoas que são de sua família. Como mencionamos anteriormente, o papel da Rede no acolhimento dos recém-chegados é crucial, podendo servir de base para uma inserção eficiente ou não, quanto aos migrantes venezuelanos indígenas, podemos perceber a cisão dessa Rede, no qual os recém-chegados tendem a manter-se em conjuntos separados.

“A Decisão de ficar” reúne falas que abordam o momento em que os entrevistados apontam que houve uma decisão pela cidade de Araguaína, quando demonstram não ver mais a necessidade de continuar buscando um lugar para reestruturar a vida. Como pudemos observar nos relatos até aqui o projeto migratório

de cada família e pessoa foi se construindo ao longo do caminho, ponto que merece destaque, uma vez que entendemos que esta seja uma característica da migração de crise, tendo em vista que nestas a certeza de que é necessário partir se mostra mais bem estruturada do que o destino para onde seguir.

Tabela 14 – Categoria 4: A instalação e a inserção na cidade de destino (a decisão de ficar)

CAT. 4	A instalação e a inserção na cidade de destino
Sb. 2	A decisão de ficar
AJZ	<i>Depois nós também falamos: “Vamos nos comprometer. Se conseguirmos trabalho para viver bem, os meninos vão para a escola e nós vamos ficar aqui.” E foi assim mesmo, conseguimos trabalho e também perguntamos a outras pessoas, à minha família, que viemos de Belém: “Vamos para outra parte ou vamos ficar aqui?” “Não, vamos ficar aqui, porque Araguaína é bom.”</i>
ADCL	<i>É...hummm...a verdade é que estou muito agradecida, primeiramente a Deus, depois às pessoas que me estenderam a mão. É por isso...meu esposo está trabalhando, eu também estou trabalhando, e meus filhos... é... em todo esse tempo, onde estivemos, meus filhos nunca estudaram. Já tinha uns 3 anos sem estudar, até que chegamos aqui e, mais que tudo, foi inscrever na escola.</i>
DLA	<i>Eu me conformo com o que o Brasil tem me oferecido. E me deu uma oportunidade. Eu sou uma pessoa que gosta de trabalhar e sou muito respeitoso quanto a isso, mas também sou uma pessoa que gosta de cumprir com tudo. E aí, pronto, se me derem a oportunidade, sigo morando e vivendo aqui. Assim.</i>
YNR	<i>Eu fiquei aqui, quando eu consegui o trabalho aqui, fiquei aqui e ainda tô aqui.</i>
DJBA	<i>Já não querem voltar, porque Araguaína, que é uma cidade com muita segurança. É uma cidade tranquila, Araguaína. É pequena, mas tem muitos serviços. E aqui é tranquilo. Nós, venezuelanos, vemos a Araguaína tranquila. A diferença da outra cidade, que é muito insegura, tem muita insegurança. A cidade tipo Manaus, que vocês passam. Manaus, Belém, é ruim demais. (...)Desde o momento eu gostei. É uma cidade boa, uma cidade que tem um desenvolvimento. Tem constantes... Movimentos, né?</i>
UZR	<i>UZR: Não. [hesita] minha vida foi mudando, mudando demais. Quando cheguei aqui em Araguaína, já...minha vida já, mudou tudo porque aqui...era muito difícil, todo Estado. Nunca conseguia trabalho. Aqui, aqui em Araguaína, sim, porque Araguaína, tem... me ajudou muito. Então, eu... Fiquei aqui. E preferi.</i>
TYG	<i>Araguaína é tranquila e até agora eu gosto daqui. (...) A vida aqui, eu acho, para mim, que foi bem acertada, bem calma. Consegui arrumar trabalho rápido, me aceitaram de boa e tranquila. E tudo bem, meu marido e eu estamos bem. (...) Foi tranquila [a inserção no trabalho], sempre muitas perguntas. Eles sempre curiosos, querendo saber tudo. Mas tranquilo, me aceitaram bem, tudo. Sempre aí juntos, não que me separam, não. Sempre juntos, tudo tranquilo.</i>

Fonte: elaborado pela autora

Como discutido previamente, o trabalho é ponto basilar na inserção do migrante na cidade de destino, considerando a compreensão de que o trabalho é muito mais do que ter uma ocupação, permitindo um lugar na sociedade, a possibilidade financeira da busca pela independência e autonomia e percebemos que para o migrante o fato de poder informar que está trabalhando confere um tom de dignidade a sua estadia no país, diminuindo as percepções xenofóbicas a seu respeito.

Há que se ressaltar que dentre os entrevistados apenas DJBA, não está empregado no momento, informou que optou por pedir demissão para dedicar-se ao projeto que mencionamos anteriormente. AJZ, ADCL e YNR, integram os quadros da Prefeitura Municipal de Araguaína, ocupando cargos de contratados para o exercício das funções de Auxiliar de Serviços Gerais, as contratações são resultantes da proposta feita pelo ente municipal em 2021, que procedeu a contratação de 13 representantes de famílias de imigrantes venezuelanos Warao, quando da Ação Civil Pública. Os três não estavam entre as primeiras 13 famílias Warao a chegarem ao município, razão pela qual não foram contratados inicialmente, no entanto, conforme alguns dos representantes inicialmente contratados renunciaram a suas vagas, deslocando-se para outros centros urbanos, ADCL, AJZ e YNR foram contratados. As funções exercidas por eles diferem daquilo que exerciam em seu país de origem.

O período no qual passaram desempregados despertou em cada grupo familiar estratégias diferentes, no caso do grupo de ADCL o fato de que os integrantes masculinos conseguiram emprego primeiro, asseguraram a ela a possibilidade de aguardar por algum tempo até que fosse possível ser contratada, o grupo de AJZ no entanto utilizou-se da estratégia do que os imigrantes venezuelanos Warao chamam de “coleta”, caracterizado pela atividade de pedir por ajuda em semáforos e pontos estratégicos da cidade.

Conforme relata ADCL, ela e seu grupo familiar moraram por algum tempo em outras cidades, após chegarem ao Brasil, a procura de emprego e Araguaína tornou-se interessante a partir da promessa de emprego, no entanto não pode ser considerado um fator isolado de atração, uma vez que outros lugares poderiam ser anunciados da mesma maneira, no entanto o fato de que a informação partiu de um familiar reforçou sua confiabilidade e incentivou o deslocamento.

No quadro abaixo relacionamos cada migrante a atuação em seu país de origem e a desenvolvida no Brasil:

Tabela 15 – Profissões dos migrantes no país de origem e no Brasil

NOME	NO PAÍS DE ORIGEM	NO BRASIL	FORMAÇÃO
LMQ	Administrativo de padaria	Cozinheira em padaria	Administrativo
AJZ	Auxiliar de cozinha	ASG	-
ADCL	Auxiliar de sala – educação	ASG	Docente
DLA	Veterinário em uma granja	Embalador em um frigorífico	Veterinário
YNR	Feirante – vendendo peixe	ASG	-
DDVP	Professora	ASG em hospital	Pedagogia
DJBA	Professora	Auxiliar de pedreiro	Pedagogia

KCC	Cabeleira	Boleira	-
UZR	ASG	ASG	-
TYG	Administrativo fábrica de charutos	Vendedora em loja de roupas	Administrativo

Fonte: elaborado pela autora

Destacamos que as formações foram registradas conforme enunciadas por cada um. Especialmente entre aqueles que desenvolviam funções relacionadas a formação podemos perceber que a insatisfação reside na dificuldade em validar os diplomas no Brasil e ter suas profissões e currículos reconhecidos.

Apesar da conhecida narrativa de que os migrantes tiram as possibilidades de trabalho dos nacionais, o que pudemos perceber na atuação é que, no recorte do município de Araguaína, a percepção é de que os migrantes são preguiçosos, razão pela qual aqueles que informam estar trabalhando são aceitos com um pouco mais de facilidade.

Optamos por dar enfoque ao aspecto do trabalho nesta subcategoria uma vez que o restante das discussões na categoria abrange os demais aspectos da inserção e da escolha da cidade na estratégia dos migrantes das Redes estudadas.

4. Comunicação e circulação de informações e recursos.

O último passo no Repertório da Ação migratória é o momento no qual a Rede se fortalecerá, tendo em vista a compreensão, a partir desta teoria, de que as informações e recursos que fluem a partir daqueles que já se estabeleceram no local de destino incentivarão o deslocamento de outros migrantes para a mesma localidade.

Para melhor visualização, esta categoria foi dividida em três subcategorias, a primeira faz referência a circulação de Informações, a segunda à de valores ou bens, nomeada de Recursos e a terceira emergiu a partir do ponto em que as entrevistas chegavam ao final, após as respostas a respeito de como era a vida no Brasil e das relações nos países de origem sob a perspectiva da distância e o questionamento vinha a tona “Voltar?”

Na subcategoria Informações, destacamos falas que tratem da circulação de informações por parte dos entrevistados a respeito da cidade ou da comunicação destes com os familiares e comunidade em seu país de origem, buscando entender se o deslocamento promoveu o rompimento de laços entre aqueles que migraram e os que ficaram.

Tabela 16 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (informações).

CAT. 5	Comunicação e circulação de informações e recursos.
Sb. 1	Informações
LMQ	<i>“Eles falaram que queriam sair de Cuba também, só que tinham medo de ir para qualquer cidade que não conheciam, porque eles vêm com dois filhos. Eu falei “Eu estou aqui, disponível para ajudar quem vier, eu posso ajudar nos primeiros dias morando em minha casa, não tenho problema com isso porque eu tenho que ajudar a todos, porque me ajudaram bastante, tá?”</i>
AJZ	<i>R: As suas tias que moram aqui em Araguaína vieram depois de vocês? AJZ: Si depois? R: Vieram quando? Meses, anos... AJZ: Um ano R: Um ano depois? AJZ: Um ano depois. R: Elas já moravam aqui no Brasil? AJZ: Não, elas vieram da Venezuela direto. R: Direto para Araguaína. Vieram para reunir com vocês? AJZ: Sim, porque lá em...ficaram também, em uma cidade, Pacaraima, mas eles decidiram vir para cá. Porque a minha mãe, como era a irmã mais velha, e minha tia disseram: “Vamos ir, vamos morar todos juntos, a família como antes morava na Venezuela.” Ai na Venezuela, sempre morávamos juntos com a família.</i>
KCC	<i>R: Você mantém contato com as pessoas do seu país de origem? KCC: Claro [Ri] R: Seu filho que você falou, ficou quem mais lá da sua família? Toda a sua família? KCC: Não, a minha família é pequenininha. Ai tenho minha mãe e tenho meu filho, sua esposa e sua filha. R: Ah, é pouquinha a gente KCC: E falamos, nós somos pastores e ainda estamos na frente do ministério com a igreja, ministrando as reuniões quase todos os dias do ministério R: Com a igreja? Pela internet? KCC: Sim, pelo WhatsApp.</i>
UZR	<i>R: Você já contou para alguém de Araguaína? UZR: Já. R: Já? Me fala sobre isso. UZR: Eu sempre ligo para Venezuela, né? Falo com muitas pessoas. “Se você quiser ir para migrar para o Brasil você pode chegar em Araguaína. Aqui em Araguaína é bom. Tem trabalho. Tem muito trabalho”. Muitas pessoas já falam que quando vai migrar para o Brasil já sabe que vai chegar aqui.</i>

Fonte: elaborado pela autora

Importante registrar que todos os entrevistados mencionaram que mantém contato com pessoas em seu país de origem, com maior ou menor frequência, optamos por dar destaque as falas nas quais as respostas estão elaboradas com mais elementos. Podemos inferir que o acesso à internet e a *smartphones* é o meio que facilita a comunicação e permite que os laços pré-existentes a mudança possam ser mantidos, mesmo que nos países de origem o acesso a tais tecnologias não se dê em larga escala ou com qualidade, como pontuado pelos entrevistados.

Quando pensamos a migração sob a perspectiva das Redes Migratórias devemos entender que a comunicação com familiares e/ou amigos que estejam no país de origem, não são conversas triviais, tendo em vista que as informações, por mais pessoais que pareçam, como, por exemplo, sobre o fato de encontrar emprego, conseguir um aluguel, menções a atendimentos ou a ausência destes, comentários sobre ter encontrado no local de destino outros migrantes compatriotas ou não, ao serem compartilhados no local de origem tornam-se informações relevantes para a decisão de migrar ou não dos conterrâneos.

Nos recortes acima podemos perceber como a circulação de informações a partir dos entrevistados influenciou o deslocamento de outras pessoas em seu país de origem. Sem descartarmos a especificidade de cada Rede, ao considerarmos que na migração dos venezuelanos indígenas podemos delinear claramente o aspecto familiar da influência das informações enquanto na Rede cubana observamos que atinge pessoas para além do contexto familiar tradicionalmente pensado.

LMQ por exemplo, aponta duas situações nas quais outras famílias, de pessoas conhecidas suas em Cuba foram influenciadas pelas informações repassadas por ela. Na primeira parte do relato, um casal procura por informações a respeito de para onde podem ir com a família e o contato com LMQ os direciona para a cidade onde esta se encontra e já atingiu certo grau de estabilidade na inserção, no segundo caso, o deslocamento já ocorreu, trata-se do Senhor C. que tinha a intenção de ir até a cidade de Curitiba, no Paraná, no entanto ao entrar em contato com o esposo de LMQ quando ainda em Cuba é informado que esta está bem acomodada na cidade de Araguaína e adapta sua rota para a cidade, mesmo que inicialmente com intenção de que seja algo provisório, como pudemos observar em relato anterior, Senhor C já não considera mais seguir viagem. A fala de LMQ nos mostra a potência da Rede em atrair pessoas a localidades que, sem a ação desta, não seriam atrativas para alguns fluxos de pessoas.

No que tange à vinda de AJZ e ADCL, podemos observar que a Rede se movimenta especialmente num sentido de reunião familiar. AJZ chega à cidade informado por um amigo que trabalhava com ele na Venezuela, UZR além da família de AJZ, temos conhecimento de pelo menos mais uma família que se deslocou para a cidade de Araguaína a partir de informações de UZR, tendo em vista que em 2023 este viajou de férias, uma vez que era contratado pela Prefeitura Municipal, e retornou para a cidade com um primo e a família deste, que seguem residindo na cidade.

A família da AJZ ainda estava no país de origem, e iniciam o deslocamento a partir da comunicação com a irmã mais velha, mãe de AJZ, que chama a família a reunir-se. Não podemos ignorar os diversos aspectos culturais que permeiam o deslocamento de cada grupo, em específico dos indígenas, vez que AJZ pontua o fato de que havia o desejo de manter a estrutura familiar como era na Venezuela, mas em cada um deles fica clara a importância da atuação da Rede.

Como pudemos ver, para além das questões financeiras ou econômicas o interesse no deslocamento da família de AJZ ou dos conterrâneos mencionados por

LQM foi direcionado pelo fato de que na cidade de Araguaína havia pessoas com os quais eles já tinham algum relacionamento o que evidencia que o estudo da migração sob a perspectiva das Redes permite que contemplemos aspectos que não seriam observados se nos concentrássemos apenas em questões econômicas. Os fatores de atração e repulsão existem e agem, no entanto, não devem ser vistos unicamente sob o viés econômico, em casos como os fluxos estudados, esses fatores são modulados e influenciados pela atuação da Rede.

Abaixo as respostas dadas quando questionados a respeito do envio de valores ou bens ao país de origem, a subcategoria Recursos:

Tabela 17 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (recursos)

CAT. 5	Comunicação e circulação de informações e recursos.
Sb. 2	Recursos
LMQ	<i>Estou trabalhando só na Padaria Livramento agora, só que tem um dono que tem um pequeno restaurante em Via Lago e eu preciso às vezes de fazer folga. E eu falei com eles que, se precisassem de mim, eu estava disponível, porque preciso do dinheiro para poder mandar para Cuba para meus dois filhos.</i>
ADCL	<i>Nós mandamos. Eu por exemplo, a última vez que eu mandei, que eu recebi, eu mandei 300 reais, para meu vovô? [confirmando a palavra] (...) eu recebi, eu mandei 600 reais para lá, para meu avô, vovô, e para minha tia e uma prima que mandou uma foto de seu filho, que tinha muita ferida, muito assim [faz movimento com as mãos sobre os braços] que não tinha dinheiro para comprar...que mandei para ela e para outra tia.</i>
DLA	<i>R: Já teve a situação de você mandar algum valor em dinheiro pra eles? Isso acontece?DLA: Sim, eu mandei. R: Todo mês? Como acontece?DLA: Não, quando tiver possibilidade [rindo]. Porque tenho que pagar aluguel, água, energia, internet... tudo, não é?</i>
YNR	<i>Todo mês. Quando eu recebo pagamento dou quinhentos, quatrocentos. Às vezes, trezentos. Quando é pouco, trezentos. R: Ah, todo mês.YNR: E mais, eu tenho que mandar... Pra minha mãe, mando mais. Mais dinheiro. Pra minha irmã, só mando cem reais. Às vezes, cento e cinquenta.</i>
DDVP	<i>Sempre a gente, quando eu recebo, eu mando pra cada um. Tem uma irmã que ficou lá e um irmão que também ficou, que não tem a condição, né? Que tem problema de coluna, e sempre eu tô mandando pra ele, quando eu recebo, mandar esse pouquinho pra remédio, pra ajudar. R: Quanto mais ou menos? DDVP: R\$100 pra cada um. Pra ajudar.</i>
DJBA	<i>R: Vocês enviam algum valor, algum dinheiro? DJBA: Sim. Cada pagamento eu envio 300 reais para os meus irmãos que estão lá.</i>
KCC	<i>Então ele não me pediu nada, ele falando com minha filha, ela me disse, “Ai mamãe, meu irmão e minha avó estão com fome, não tem o que comer”, e eu disse, “Vamos ver o que podemos fazer”. [KCC olha ao longe enquanto fala essa parte. Sua voz embarga e lágrimas escorrem do seu rosto] E eu peguei e lhe mandei 150 reais, que com isso não puderam nem comprar frango, não deu, puderam comprar picadinho, picadinho de frango e algumas [ininteligível] foi para o que deu, entende? E é difícil. [Faz sinal com a mão, enquanto seca as lágrimas]. Perdão.</i>
TYG	<i>Quando eu posso, mando. Quando não posso, não mando. R: Mas acontece com certa frequência? TYG: Não, não pode ser com certa frequência, porque aqui tem contas para pagar. Quando eu posso. Tem mês que sim, tem dois ou três meses que não</i>

Fonte: elaborado pela autora

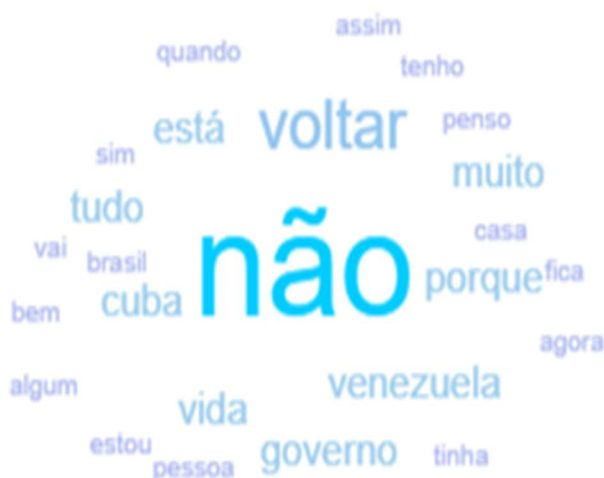
Nos recortes acima temos as falas de 08 dos 10 entrevistados, no entanto destacamos que todos os 10 afirmaram enviar valores ao país de origem, o entanto percebemos que entre os cubanos a regularidade dos envios é menor, dentre estes apenas LMQ indicou que faz remessas com frequência e procura uma maneira de enviar roupas para que possam vender e levantar um valor mais alto do que o que ela consegue enviar diretamente em dinheiro, os outros 03 apontam que fazem envios quanto é possível, não que seja uma decisão feita sem avaliação ou custo emocional, como aponta o relato de KCC que demonstra sofrer por ter podido enviar apenas R\$ 150,00.

Dentre os entrevistados venezuelanos, observamos que entre os 06, cinco indicam fazer transferências com regularidade, como pudemos observar, no mês de julho de 2024, ADCL havia enviado para sua casa o correspondente a 42,49% de seu salário (R\$ 1.412,00) para a família na Venezuela, DDVP, envia mensalmente R\$ 100 a cada um dos irmãos, YNR chega a enviar R\$ 500 e DJBA informa enviar R\$ 300, UZR relata que envia valores a mãe mas não delimita quanto. Podemos inferir que os valores enviados com regularidade representam parte da renda contabilizada por aqueles que não puderam migrar. A fala de KCC nos mostra ainda que o anseio pelo alcance da estabilidade na inserção no país de destino abrange além da vida daqueles que se deslocaram mas é também a possibilidade de melhores condições para aqueles que ficaram tendo em vista que ela relata ter pedido ao filho que não lhe pedisse ajuda nos meses iniciais porque ela ainda não teria como ajudar.

Constatamos que as remessas financeiras são parte do cotidiano dos migrantes de crise, uma vez que ao deslocarem-se de seus países de origem deixam aí pessoas que necessitam dos valores enviados em maior ou menor quantidade.

Nossa última subcategoria é direcionada pela pergunta que surgiu ao final das conversas, após as reflexões sobre como a vida atual, em Araguaína, se apresentava “Voltar?”. O nome escolhido para esta subcategoria é uma pergunta respondida pela palavra mais frequente “não”. Como podemos perceber da nuvem abaixo, “não” foi repetido 60 vezes no recorte desta categoria:

Figura 5 – Nuvem de palavras sobre possível regresso



Fonte: elaborado pela autora.

A análise das 25 palavras mais frequentes nos ajuda a perceber algumas nuances da decisão de não retornar, como menções ao governo, os nomes dos países o tempo dos verbos, no entanto é insuficiente para evidenciar as nuances que surgem ao observarmos as falas dos entrevistados.

Tabela 18 – Categoria 5: Comunicação e circulação de informações e recursos (“Voltar?”)

CAT. 5	Comunicação e circulação de informações e recursos.
Sb. 3	Voltar?
LMQ	<i>Sim, todos os dias, eu chorei bastante, falando “Vou ligar para a prefeitura para ver como fazer a deportação”. R: Pra te devolver? LMQ: Sim, só que a cubana que está aqui há 19 anos diz “Hã hã, você não vai voltar para trás, você deixou tudo em Cuba, já não tem trabalho como tinha em Cuba antes e vai passar trabalho igual. O que te resta é lutar, tentar vender a sua casa em Cuba para que seus filhos possam vir.”</i>
AJZ	<i>Pensamos, pensamos em voltar, mas se formos para a Venezuela, para a comunidade, lá também a casa acabou, caiu porque era palafita...palafita? Perto da água. E na cidade não temos casa, porque a casa que deixamos era do governo, foi entregue para outra pessoa e se formos para a Venezuela, para a cidade, onde vamos viver sem casa?</i>
ADCL	<i>Não. Porque nós já não temos nada...onde que nós vamos chegar lá, que não temos casa. R: Verdade, fica bem mais complicado. ADCL: E lá...um terreno, é tudo com dólar, é tudo dolarizado. Nós não temos dólar.</i>
DLA	<i>Lá em Cuba, não tem vida. R: Pensa voltar, algum dia, pra Cuba? DLA: Voltar?! Não, moça... voltar, não. Voltar? Pff [ri irônico].</i>
YNR	<i>Sim, quando ainda... Bom, ainda está... Ainda não está bem, bem lá, pois. Está ruim aí. Se algum dia melhorar lá, eu volto.</i>
DDVP	<i>Tinha uma esperança de voltar para a Venezuela, com essas eleições, não deu, o governo fez o que fez, esqueci. Não uma vida para mim, uma vida para minha filha, porque ela precisa continuar essa vida. Eu falo, “não, mas porque tu não voltas?”, poderia voltar para mim, porque eu aguento, mas ela...R: É, então voltar não é uma opção, ou é? DDVP: Não é não, não é não. R: Agora, então você tinha uma esperança de voltar, mas depois da eleição, agora já... DDVP: É, eu tinha tudo já planejado, eu volto, vou trabalhar esse ano, tal, porque tinha mais esperança que o governo ia sair. Mas, complicou aí, a gente, como falei “não, desisti”. Estou mais focada no serviço, quero fazer alguma coisa (...)</i>

DJBA	<i>Não. Eu não penso em voltar porque tenho criança. Se fosse por mim, talvez voltaria. Mas quando penso com os meninos, não. Eu vendo, escutando a conversa, a realidade. Eu falo de um lado. Por enquanto, esse senhor continua lá no poder. Até eu ver que o país normaliza. Não, eu não tenho previsto voltar. Porque quando a criança fica com fome e em casa não tem nada para comer, as pessoas têm que sair, às vezes têm que pedir emprestado. E isso incomoda as pessoas. As pessoas não têm esse digno. E aí, eu prefiro morar aqui.</i>
KCC	<i>KCC, você pensa em voltar para Cuba? KCC: Voltar? Não.</i>
UZR	<i>Prefiro morar aqui em Araguaína. Não quero mais voltar.</i>
TYG	<i>R: Vocês pensam em voltar para Cuba? TYG: Eu penso não. Sempre quando aqui eu fiquei de boa, tranquila, como até agora, eu não penso em voltar.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Dos 10 entrevistados apenas YNR ainda menciona ainda pensar sobre retornar, demonstrando esperança de que um dia a situação em seu país de origem melhore e a segunda leva de entrevistas, ocorridas em outubro, acrescentou o elemento da esperança frustrada por alguns dos venezuelanos de retornar a seu país caso o resultado das eleições presidenciais ocorridas em julho deste ano.

A partir da leitura das respostas percebemos que o “não” dado à possibilidade de retornar na maioria dos casos não resulta do desenvolvimento de laços de afetividade ou afinidade com a cidade de Araguaína, mesmo aqueles que residem na cidade a mais tempo como AJZ, ADCL, DJBA, DDVP ao serem questionados quanto perspectivas de retorno nos respondem com o motivo pelo qual não retornar: eles não sentem que tem para onde retornar, seja pela impossibilidade de ocupar as casas que deixaram ou pela situação política. Percebemos nisso a característica marcante das Expulsões, que ocorrem de maneira tão profunda que arrancam dos sujeitos até mesmo a ideia de que eles poderiam tentar um retorno.

Sob outros aspectos podemos observar das falas de LMQ e DLA os mesmos traços da expulsão, LMQ sofre de saudade de seu país de origem, considerou pedir para ser “deportada” mas entende que não pode retornar uma vez que a vida de seus filhos estaria em risco, dada a falta de alimentos, LMQ aponta então encontrar orientação em uma amiga conterrânea que migrou para o Brasil a mais tempo reforçando a compreensão de que voltar não é uma ideia que deve ser alimentada.

DLA escolhe uma impressão interessante para falar quanto a sua percepção de Cuba, ao dizer que o país “não te da vida” e mencionar o cerceamento de direitos, dentre os quais a possibilidade de que alguém ascenda profissionalmente fora do contexto do governo. Não podemos deixar de pontuar as visões diametralmente opostas que os conterrâneos DLA e LMQ tem de seu país, uma vez que a estabilidade do emprego estatal é um dos aspectos mencionados por ela como algo que lhe faz

falta, enquanto o mesmo ponto é visto por DLA como sufocante. No entanto observamos que ambos resultam em expulsão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado em caráter introdutório, o interesse pelo tema da pesquisa aqui apresentada emerge do contato diário com latino-americanos chegados a Araguaína a partir de 2021, de maneira que esta vivência pautou a definição dos objetivos e influenciou a escolha das teorias selecionadas para o tratamento das informações recebidas. No entanto o deslinde da pesquisa trouxe novas camadas ao conhecimento e reflexões advindos da prática profissional, de modo que o caminhar da primeira passou a afetar e alterar as decisões da primeira.

Nosso trabalho tinha como objetivo geral a identificação e problematização do movimento migratório de latino-americanos para Araguaína, sob a perspectiva da inter-relação de expulsões e redes migratórias com isso em mente, entendemos que precisaríamos identificar quem são essas pessoas, a partir da individuação do perfil socioeducacional e profissional dos participantes, num segundo momento precisaríamos compreender o papel da rede migratória no contexto da tomada de decisão pela cidade bem como no acolhimento destas pessoas, por fim, a problematização da dinâmica entre o papel dos entes estatais e as redes migratórias.

Percebemos então que a cidade tem recebido, principalmente migrantes advindos de Cuba e da Venezuela, compondo dois fluxos distintos e bem marcados entre si, ambos movimentando-se a partir das relações formadas dentro de pelo menos duas Redes Migratórias, uma advinda de cada país.

Podemos pontuar que os migrantes que chegam da Venezuela compõem duas Redes, uma de VIW e outra de VNI, ambos reportam ser originários do Delta do Amacuro, no entanto aqueles que chegam a Araguaína são, em sua maioria, VIW – Venezuelanos Indígenas Warao, e que, apesar de possíveis breves passagens em anos anteriores, tendo a cidade como rota para outras localidades, sua presença na cidade passa a ser mais intensamente percebida em 2019.

Dentre os migrantes venezuelanos, tomando como uma totalidade os grupos de VIW e VNI, podemos observar composição heterogênea de formações profissionais, com diferentes graus de instrução, desde analfabetos funcionais a graus de graduação com anos de atuação profissional. Outra especificidade do fluxo venezuelano é a marcação nas falas de que não havia a intenção de mudança definitiva traçada desde o primeiro momento, a decisão se constrói ao longo do caminho.

Quando tratamos da migração de cubanos para a cidade, há que se especificar, tratar-se de um fluxo e uma Rede com marcações bastante delimitadas, uma vez que a presença de cubanos e cubanas na cidade não é um fenômeno completamente desconhecido, tendo em vista que há na cidade algumas pessoas desta nacionalidade que vivem algum tempo, atuando como médicos, principalmente. No entanto a Rede analisada é composta de pessoas advindas de Santiago de Cuba, que reportam ser vizinhas na cidade de origem, trazendo consigo, inclusive os aspectos positivos e negativos da convivência prévia a migração.

O movimento desta Rede tem início, do ponto de vista do local de destino, com a chegada do primeiro grupo no início de 2023, uma família de 05 pessoas e um conhecido/amigo, da família, a partir de então passamos a perceber a chegada regular de pessoas por meio desta Rede e uma intensificação a partir do segundo semestre do ano de 2024. Nesse grupo podemos perceber uma maior equivalência de formações e profissões, não tendo sido identificado, até o momento, nenhum caso de analfabetismo, por exemplo e todos relatam prévias experiências de trabalho, apontando existir uma continuidade profissional no país de origem. Este movimento migratório revelou-se ocorrer de maneira mais direcionada, a Rede se move em direção a Araguaína de maneira pré-estabelecida, mesmo que deixem em aberto a possibilidade de mudar-se posteriormente.

Os relatos trazidos pelos participantes puderam então atestar que a escolha de Araguaína como ponto de destino dos deslocamentos atuais e mapeados de venezuelanos e cubanos para a cidade estão fortemente associados as relações estabelecidas pela Rede Migratória e podemos perceber que no caso da primeira nacionalidade, o movimento atingiu uma estabilização, uma vez que não há mais chegadas de grandes grupos ou chegadas contínuas o fluxo cubano por sua vez inicia-se em 2023 e vem gradualmente se tornando mais intenso, vale pontuar, por exemplo que após o fechamento dos dados para a pesquisa, em setembro, a cidade já recebeu pelo menos mais três grupos familiares de cubanos, oito pessoas ao todo, associados a mesma Rede.

É fundamental destacar que em nenhum dos casos os imigrantes informaram que havia um interesse prévio em deslocar-se de seus países de origem. Esta é possivelmente, uma das poucas similaridades entre os dois fluxos, o fato de que a opção pelo deslocamento surge como estratégia para debelar as expulsões enfrentadas em seus países de origem. Fato este que precisa ser seriamente levado

em consideração ao abordarmos a questão, tendo em vista a perspectiva das migrações de crise, que devem nos levar a refletir de que maneira decisões de outros Estados tem afetado tão duramente a vida na América Latina, produzindo expulsões que são paralelamente repelidas, como podemos compreender por exemplo dos discursos anti-imigração largamente propalados em campanhas políticas mundo afora, não sopesando que as decisões de embargos e sanções, que ferem princípios de direito internacional, são justamente as decisões que compõem o quadro que leva milhares de pessoas tratadas como “indesejadas” às portas de outros países.

Como relato pessoal, de experiência da pesquisadora, percebo o quanto foi valiosa a oportunidade de me debruçar sobre os meandros que constituem o todo dessa análise, poder compreender melhor como as pessoas do meu dia a dia se inserem num contexto global e mais antigo que todos nós, poder perceber como decisões tomadas lá atrás e reforçadas cotidianamente afetam a vida de milhares de pessoas de maneiras tão extremas, trouxe perspectivas que não foram possíveis antever. Lembro-me de que no primeiro dia de aula, ao ouvir sobre as ideias de Sáskia Sassen (2016) percebi que faziam sentido com o que era vivenciado no dia a dia e ao longo da caminhada o contato com outras pesquisas e servidores públicos de outras municipalidades me mostraram, também, o quanto a realidade de Araguaína era algo que estava se replicando em outras cidades médias, todos esses movimentos.

Esperamos que o texto que aqui desenvolvemos sirva para em alguma medida colaborar para que a municipalidade de Araguaína compreenda melhor nova realidade como a qual vem lidando e que provavelmente será normalizada, uma vez que os motivos para migração de crise no mundo não dão sinais de que cessarão. Que a cidade possa continuar no caminho de entender de que maneira se insere num contexto maior e abrindo-se a perspectiva de não perceber os imigrantes que a escolhem como uma ameaça ou um problema, mas que possa aprender cada dia mais a recebê-los como as pessoas que são, cheias de sonhos, de projetos, pessoas que necessitam de abrigo, acolhimento e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Interiorização**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/construir-futuros-melhores/solucoes-duradouras/integracao-local/interiorizacao/>>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados da Venezuela**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-da-venezuela#:~:text=Mais%20de%20125%20mil%20migrantes%20e%20refugiados%20C%20da%20Venezuela%20j%C3%A1,n%C3%BAmero%20de%20acolhidos%20C%20desde%202018>>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

ALBUQUERQUE GOMES, A. de. **O acesso ao trabalho digno como fator de inclusão social das pessoas com deficiência**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2021.

ALMEIDA, Domingos de; SHUEN, Li-Chang. **Reaproximação diplomática entre EUA e Cuba na perspectiva da teleSur**. *Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria*, 2022.

ANSCHAU, Ana Laura. **A governança multinível das migrações internacionais e o papel das cidades brasileiras**. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2024.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29 jun. 2023.

ANTERO, R. Urbanização pela migração em Araguaína (TO). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 59, p. 228-243, set. 2016.

ARANGO, J. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 165, set. 2000.

BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19: mudanças na era da migração?. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.); ZUBEN, C. von; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Org.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2020. p. 211-220.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. de O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, e202113, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>. Acesso em: 28 set. 2024.

BAENINGER, R.; PERES R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Custos das remessas no Brasil**. Relatório de Economia Bancária, 2023.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, tri. III 2017. ISSN 1980-7031.

BBC NEWS BRASIL. **Crise migratória**: pescador diz que encontrar corpos em sua rede é comum. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n6v75ze3qo>>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan.-jul. 2005.

BORBA, J. H. O. M.; MOREIRA, J. B. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.38, 1-20, e0137, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 15.792, 23 jul. 1997.

BRITO, Clara Kelliany Rodrigues de; SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do. **Da crise humanitária em razão do bloqueio econômico dos EUA sobre a Venezuela denunciado na OMC: uma análise a partir do Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos**. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, v. 7, n. 2, p. 111-131, jul./dez. 2021.

BUSTAMANTE, L. H. Ugarte; BRIETZKE, E.; CERQUEIRA, R. de O. Estresse e migração: um olhar a partir da imigração boliviana em São Paulo. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 80, p. [páginas], jan.-jun. 2017.

CAMARGO et. al. O povo Warao e a Nova Lei de Migração no Brasil. In: CAMARGO et. al. (Orgs). Nova Lei de Migração: Os três Primeiros anos. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – **Nepo, UNICAMP – Observatório das Migrações em São Paulo/Fadisp**, 2020. p. 117-126.

CANTÓ, L. **Cuba encerra 2018 sem um Castro presidente e economia em apuros**. UOL, Havana, 30 dez. 2018, 04h00. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/12/30/cuba-encerra-2018-sem-um-castro-presidente-e-economia-em-apuros.htm>. Acesso em: 24 set. 2024.

CASTEL, R. A Nova Questão Social. In _____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do Salário. Editora Vozes, 12^a ed., 2015. p. 495-591.

CASTLES, S. Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 165, set. 2000.

CELAG. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica. **Las Consecuencias Económicas Del Boicot a Venezuela**. 08 fev. 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHAER, P. M. **XV CONADEP**: Atuações do Núcleo de Minorias e Ações Coletivas de Araguaína e região (NUAmac) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins para a defesa da tutela dos Venezuelanos Warao que se encontram na condição de moradores na cidade de Araguaína. 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=58085>. Acesso em: 24 set. 2024.

CNN BRASIL. **Entenda como a recente crise migratória nos EUA pode afetar a reeleição de Biden**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-como-a-recente-crise-migratoria-nos-eua-pode-afetar-a-reeleicao-de-biden/>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/convencao-relativa-ao-estatuto-dos-refugiados-pdf>. Acesso em 18 nov 2024.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. **Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história**. *BBC News Brasil*, São Paulo e Londres, 22 out. 2018. Atualizado em: 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CORREA, M. A. P. da C.; ALMEIDA, V. Conjuntura histórico-jurídica da migração internacional em países em desenvolvimento: uma análise do caso brasileiro (1970-2020). **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro - SP, v. 10, n. 2, p. 648-684, 14 jun. 2022.

CUBEROS GALLARDO, F. J. Redes sociales e integración de los inmigrantes: el caso de las mujeres ecuatorianas residentes en Sevilla. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 32, 2010. Disponível em: <https://www.remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/164>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. **Colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá**: problemas jurídicos e humanitários. Cartagena das Índias, Colômbia, 22 nov. 1984.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS; MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação civil pública nº 1001804-81.2021.4.01.4301**. 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Araguaína-TO, em face da União Federal, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Estado do Tocantins e do Município de Araguaína.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

DI MÉO, G. Notes de lecture. **REMI**, v. 26, n. 1, p. 187-191, 2010.

DIAS, V. G. A interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos nas cidades não capitais da Região Sul do Brasil que mais interiorizaram venezuelanos (2018-2022). In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 46., 2022, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2022.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO TOCANTINS (FIETO). **Relatório Perfil da Indústria do Tocantins 2024**. Palmas: FIETO, 2024.

FELLET, J. Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU. **BBC News Brasil**, 08 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FRANCIONI, F. Z. M. de O. Instrumentos internacionais e nacionais de proteção dos refugiados. In: (Org.) **Educação, saúde e meio ambiente**: caminhos da formação cidadã e a realidade. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2022. p. 09-22.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FRIEDRICH, T. S. **Disposições preliminares**. In: FRIEDRICH, T. S.; SOUZA, I. L. T. S. de; CRUZ, T. V.(Orgs.). **Comentários à Lei 13.445/2017**: a Lei de Migração [eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. p. 19-23.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Municípios certificados – Selo UNICEF**. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/municipios-certificados>. Acesso em: 29 jan. 2025

G1. **Número de refugiados no Brasil aumenta 117% em 2023**; venezuelanos e cubanos são maioria, diz estudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/13/numero-de-refugiados-no-brasil->

aumenta-117percent-em-2023-venezuelanos-e-cubanos-sao-maioria-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

G1. Trump escala discurso anti-imigração e pede pena de morte para imigrantes que matem cidadãos americanos. **G1**, 11 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2024/noticia/2024/10/11/trump-escala-discurso-anti-imigracao-e-pede-pena-de-morte-para-imigrantes-que-matem-cidadaos-americanos.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GARFIELD, R.; SANTANA, S. **The impact of the economic crisis and the US embargo on health in Cuba**. American Journal of Public Health, v. 87, n. 1, p. 15-20, 1997.

GAZETA DO POVO. **Sob Trump, críticas; sob Biden, o silêncio**: democrata já deportou mais de 700 mil imigrantes em 12 meses. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/sob-trump-criticas-sob-biden-o-silencio-democrata-ja-deportou-mais-de-700-mil-imigrantes-em-12-meses/>>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

GONÇALVES, A.G.P; PAIVA, A.R. Declaração de Cartagena e os desafios para os direitos humanos de pessoas refugiadas na América Latina. **Revista Ágora**, v. 33, n. 2, 2022.

HEREDIA, V. B. M. Migrações internacionais numa cidade média brasileira no século XXI. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 26, dez. 2022.

INOJOSA, A. H. F. A. **Questão da Emigração e a Convenção 94 DA OIT**. 2019. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/162911/2019_inojosa_anne_questao_emigracao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Araguaína - TO: panorama**. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 28 set. 2024.

INSTITUTO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (IPS Brasil). *Scorecard – Município de Araguaína (TO)*. Disponível em: <https://ipsbrasil.org.br/pt/explore/scorecard/1702109>. Acesso em: 29 jan. 2025.

JESUS, L. E. S. de; SANTOS, L. de B. Migração no Brasil: os avanços da Lei nº 13.445/2017 e os obstáculos ao acolhimento humanitário do migrante. **Revista Mosaico**, v. 11, n. 2, p. 131-139, jul./dez. 2020.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; DE OLIVEIRA, A. T. R. *Refúgio em números 2024*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / OBMigra, Brasília, DF, 2024.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva**: um guia para a pesquisa de campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 202 p.

LEE, E. S. **A Theory of Migration. Presented at the Annual Meeting of the Mississippi Valley Historical Association**, Kansas City, April 23, 1965. ("Population Studies Center Series in Studies of Human Resources," No.1).

LEITE, Maria do Carmo Luiz Caldas. **Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba**. *Reoriente*, v. 3, n. 2, p. 144-168, jul./dez. 2023. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v3i2p144-168.

LEON, Lucas Edgardo Pordeus; CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Embargo econômico enquanto instrumento de política externa estadunidense: o caso da Venezuela contemporânea**. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 74-81, jul. 2022.

LIMA, G.L.S.P.; CASTILHO, M.A.Z. Da proteção do migrante internacional frente a Lei 13.445/2017: Os Desafios para integração do migrante internacional no mercado de trabalho brasileiro e geração de renda. In: CAMARGO *et al.* (Orgs). **Nova Lei de Migração: Os três Primeiros anos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo, UNICAMP – Observatório das Migrações em São Paulo/Fadisp, 2020.p. 397 a 409

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed. Atualização João Bosco Medeiros. São Paulo: Atlas, 2021.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2011. p.1-19. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%87%C3%83ONO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MARTINS JUNIOR, A. A lei e seus outros: a negociação e produção do "bom" ("legal") e o "mau" ("ilegal") migrante entre os brasileiros em Londres. **Revista Trilhos**, v. 2, n. 1, p. [páginas], jun. 2021.

MASSEY, D. S. et al. Teorías de migración internacional: una revisión y aproximación. **ReDCE**, n. 10, p. 435-478, jul./dic. 2008. Tradução de Augusto Aguilar Calahorro. Trabalho originalmente publicado em *Population and Development Review*, vol. 19, n. 3, sep. 1993.

MAZZUOLI, V. de O. Proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente. In: _____. **Curso de Direito Internacional Público**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019. cap. Proteção Internacional dos Direitos Humanos, p. 1249-1508.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. (eds.), 2021. **World Migration Report 2022**. International Organization for Migration (IOM), Geneva.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. (eds.). **World Migration Report 2022**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2021.

MENDES, A. de A.; BRASIL, D. R. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 41, n. 84, p. 64–88, 2020. DOI: 10.5007/2177-7055.2020v43n84p64. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p64>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

MICHAELIS. **Crise**. Dicionário Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/crise/>>. Acesso em: 09 de abril de 2024.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de Araguaína**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.

MIGRACIDADES. **Relatório de Atualização de Diagnóstico Migracidades do Município de Araguaína**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2023.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul.-set. 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Refúgio em Números**. 4ª Edição. 2019

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Rev. Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 99.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. Março de 2016. Oficina n.º 434. Oficina do CES. Centro de Estudos Sociais. Laboratórios Integrados. Universidade de Coimbra.

OIM BRASIL. **Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular**. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>>. Acesso em 14 de julho.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Pacto de San José da Costa Rica** (Convenção Americana de Direitos Humanos), de 22 de novembro de 1969.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Direito Internacional da Migração - **Glossário sobre Migração**. Genebra: OIM. 2009.

PACÍFICO FILHO, M.; LEITE, J. de D.; LIMA, L. R.; RODRIGUES, P. H. E. Araguaína–TO, cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira: entre práticas e discursos. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 1-20, jan./dez. 2022.

PEDONE, C. “Varones aventureros” vs. “madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. **REMHU, Revista**

Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, v. 16, n. 30, 2010. Disponível em: <https://www.remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/76>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PEREIRA, R. M. C.; GIL FILHO, S. F. Uma leitura da mundanidade do luto de imigrantes, refugiados e apátridas. **GeoTextos**, vol. 10, n. 2, dez. 2014, p. 191-214.

PRIETO, H. (Org.). **De La UCAB ao país que queremos**. Universidad Católica Andrés Bello, 2014.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; OJIMA, Ricardo; CAMPOS, Jarvis; FUSCO, Wilson. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, e202033pt, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/8tk6cLLz5XJSDxbyF87X9vc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAMÍREZ GALLEGOS, F.; RAMIREZ, J. P. Redes transnacionales y repertórios de accion migratória: de Quito y Guayaquil para las ciudades de Primer mundo. In: HERRERA, G.; CARRILLO, M. C.; TORRES, A. (Org.). **La migración ecuatoriana: transnacionalismo, redes e identidades**. Quito: FLACSO, 2005.

REDIN, G.; BERTOLDO, J. Lei de migração e o “novo” marco legal: Entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 85, p. 55–72, 2019. DOI: 10.48213/travessia.i85.308. Disponível em: <<https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/308>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

REIS, R. R. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, ed. 1, p. 47-69, janeiro/junho 2011.

RIBEIRO, Jacqueline; FRANZONI, Luis Fernando; CAMARGO, Murilo; GARCIA, Thiago Henrique; SOUZA, José Gilberto de; LIRA, Messias de. **Economia de defesa, interesses estratégicos e a crise política na Venezuela**. *XVI Curso de Altos Estudos de Defesa Nacional – CADN*.

ROTTA, D. G.; NUNES, P. S. Evoluções e retrocessos: perspectivas históricas das políticas migratórias do Brasil Colônia à República Federativa do Brasil. In: FILPO, K.; LEAL, P. et al (org.). **Direitos Humanos e Sociedade**. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019, pp. 158-173.

ROTTA, D. G.; ROTTA, E.; SANTOS, A. L. C. A ascensão do neoconservadorismo no Brasil e seus influxos nas políticas migratórias. In: **IX Simpósio iberoamericano en comercio internacional, desarrollo e integración regional de la red cidir**, [s. l.], nov. 2019.

RODRÍGUEZ, Raime R.; ALVES, Milena L.; RAMOS, Carlos A. **Propriedade dos meios de produção em Cuba: Origens e atualidade do debate econômico**. *América Latina en la Historia Económica*, v. 30, n. 1, p. 1-21, 2023. DOI: 10.18232/20073496.1304.

RODRIGUES, G. M. A.; SILVA, L. F. Legislação migratória nos países do Mercosul: um novo paradigma com enfoque em Direitos Humanos? **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, p. 17-36, 2018.

SALUM, L. Z. **Mulheres migrantes e desenvolvimento humano: potencialidades de agência**. 2019. Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1148/1083>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SARAIVA, F. A definição de crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO. **Nação e Defesa**, n. 129, 5.^a série, p. 11-30, 2011.

SASSEN, S. **Expulsões, brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, 336p. Tradução: Angélica Freitas

SASSEN, S. Três migrações emergentes: uma mudança histórica. **SUR**, v. 13, n. 23, p. 29-42, 2016.

SCHWARCZ, L. M. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de "cordialidade". **Ide** (São Paulo), Jun 2008, vol.31, no.46, p.83-89. ISSN 0101-3106

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Ministério da Justiça. **Refúgio em Números**. 3^a Edição. 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. **26^a Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, Brasil, 01-04 jun. 2008. PPGAS. Museu Nacional – UFRJ.

SILVA, S. A. da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, BH, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2017.

SILVA, Marcos Antonio da. **Um legado de sanções e confrontação**: as relações entre Cuba e EUA durante a administração Trump. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 56, p. 223-238, jan./jun. 2022. Disponível em: [ISSN 1517-5901].

SPRANDEL, M. A. Leis migratórias e conservadorismo parlamentar no Brasil: o caso da Lei 13.445, de 2017. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 13, n. 13, 2018. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, p. 37-59.

SPRANDEL, M. A. Marcos legais e políticas migratórias no Brasil. In: PRADO, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 41-55.

TARDELLI, G. C. M. **Entre o poder colonial e a razão humanitária**: sobre os modos de gestão da população Warao. Orientador: Carla Costa Teixeira. 2023. Tese (Doutorado Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2023.

THOMAS, Merlyn; WENDLING, Mike. Imigrantes comendo pets? De onde vem afirmação infundada de Trump em debate. **BBC News Brasil**, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjw3jx87d38o>. Acesso em: 29 jan. 2025

TIMUR, S. Las Migraciones Internacionales. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 165, set. 2000.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 1, jun. 2008.

TOCANTINS. Lei nº 4.200, de 18 de julho de 2023. Declara Capital Econômica do Estado do Tocantins o Município de Araguaína. **Diário Oficial do Estado**, Palmas, n. 6.372, 19 jul. 2023.

UNITED NATIONS. **Necessity of ending the economic, commercial and financial embargo imposed by the United States of America against Cuba**. A/79/L.6, 79th Session, 10 Oct. 2024. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4063859?ln=en&v=pdf>. Accessed: 20 Nov. 2024.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). Mid-Year Trends 2022. **UNHCR** Global Data Service, UN City, Marmorvej 51, 2100 Copenhagen, Denmark.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). Mid-Year Trends 2023. **UNHCR** Global Data Service, UN City, Marmorvej 51, 2100 Copenhagen, Denmark.

VETRANO, N. O papel do Estado e das organizações sociais na preservação dos Direitos Humanos do trabalhador migrante. SEÇÃO II – Migrações, Direitos Humanos e mundo do trabalho. In: PRADO, E.P.; COELHO, R. (Orgs). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 87 a 162.